

PRESERVANDO A MEMÓRIA:

SOBRE AS ÁGUAS DO PANTANAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

PRESERVANDO A MEMÓRIA: SOBRE AS ÁGUAS DO PANTANAL

CAMILA VITORIA SILVA QUEIROZ

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande (MT), como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador^a: Jessica Seabra

Várzea Grande - MT
Dezembro de 2025



Cada etapa da minha trajetória acadêmica e das experiências vividas durante a graduação, foi marcada por pessoas que cruzaram meu caminho, algumas permaneceram por mais tempo, outras deixam aprendizados breves, mas todas contribuíram de algum modo, para minha formação.

Por isso, agradeço a todos que fizeram parte dessa fase e principalmente, aquelas que estiveram sempre comigo:

Agradeço a Deus, por me manter firme e fortalecer minha caminhada.

A minha orientadora, Jessica Seabra, minha gratidão por ter aceitado a orientação deste trabalho e por cada ensinamento compartilhado com cuidado e dedicação. Graças ao seu direcionamento, este projeto se tornou um motivo de orgulho e um marco significativo na minha trajetória acadêmica.

As amigas que a faculdade me deu de presente, Letícia Filgueira e Maria Fernanda, obrigada por tornarem a jornada mais leve, repleta de trocas, risadas e cumplicidade que levarei comigo para sempre. E em especial a Ana Clara, minha dupla de todos esses anos, dentro e fora da universidade, obrigada pela parceria, lealdade e por dividir comigo cada desafio e cada conquista.

Aos meus colegas de trabalho (Equipe BB), que contribuíram para minha evolução profissional, e em especial a Eduardo Menacho, por me mostrar na prática, aprendizados que nenhuma sala de aula seria capaz de ensinar.

Agradeço a minha família,

Em especial aos meus pais, Celma Mendes e Walmir Queiroz, por todo incentivo, apoio e por acreditarem em mim. Obrigada por serem minha base e minha maior inspiração.

A minha irmã, Maria Eduarda, por caminhar sempre ao meu lado em cada momento em que precisei.

Aos meus avós, Célia Mendes e Sebastião Pereira, pelos laços com as paisagens e histórias do pantanal, lugar que moldou meu olhar, meus afetos e a essência deste trabalho.

E, por fim, ao meu avô João Luiz Gonçalves de Queiroz (in memoriam) e a minha avó Maria Antônia Pacheco de Queiroz (in memoriam), que fazem falta todos os dias. Mesmo na saudade sei que continuam presentes, guiando meus passos e iluminando meus sonhos.

- Seu passarinho voou longe, mas nunca deixou de te levar no coração.



Esse trabalho de diplomação em arquitetura, urbanismo e paisagismo propõe a criação do percurso histórico-turístico “Preservando a memória: sobre as águas do Pantanal”, como estratégia para valorizar os municípios de Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço, em Mato Grosso. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, por meio de levantamento bibliográfico, análise documental de normas e legislações e estudo de referências projetuais. O Pantanal, é reconhecido como a maior planície alagável do mundo e é reconhecido como patrimônio natural com importância nacional e internacional, Ele influenciada pelos ciclos de cheia e seca, que ajudam a definir os modos de vida e a cultura das comunidades ribeirinhas. Entre os principais patrimônios apresentados estão as baías de Chacororé, espaço de grande importância ambiental, a Usina Itaicy e o Memorial Marechal Rondon, marcos construídos com grande valor simbólico para a identidade regional. Foi identificado que pelo aumento recente do fluxo de turistas na região surgiram algumas fragilidades nas estruturas locais, especialmente relacionadas à ausência de equipamentos de apoio e acessibilidade, o que compromete a experiência do visitante e reduz o potencial econômico local. Como resposta, o trabalho desenvolve propostas de requalificação urbana e paisagística em três pontos estratégicos do percurso, integrando diretrizes de turismo sustentável, conservação ambiental, acessibilidade e educação patrimonial.

Palavras-chave: Pantanal. Percurso turístico. Intervenção urbana. Requalificação. Turismo sustentável.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
1.1. TEMA.....	22
1.2. JUSTIFICATIVA.....	23
1.3. OBJETIVOS.....	25
1.3.1. OBJETIVO GERAL.....	25
1.3.1. OBJETIVO ESPECÍFICO.....	25
1.4. PROBLEMÁTICA.....	26
1.4.1. O PATRIMÔNIO NATURAL.....	26
1.4.2. O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	30
1.4.3. O TURISMO E A INFRA ESTRUTURA.....	34
1.5. METODOLOGIA.....	35
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	37
2.1. INTERVENÇÃO URBANA.....	37
2.1.1. TIPOS DE INTERVENÇÕES URBANAS.....	40
2.1.2. REQUALIFICAÇÃO URBANA.....	44
2.2. BENEFÍCIOS SOCIAIS.....	45
2.3. BENEFÍCIOS AMBIENTAIS.....	47
3. CONDICIONANTES LEGAIS.....	50
3.1. LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS NO ÂMBITO INTERNACIONAL.....	50
3.1.1. CONVENÇÃO DA UNESCO SOBRE O PATRIMÔNIO MUNDIAL (1972).....	50
3.1.2. AGENDA 2030 DA ONU – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	51

SUMÁRIO

3.2. LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS NO ÂMBITO NACIONAL.....	51
3.2.1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.....	51
3.2.2. ESTATUTO DA CIDADE (LEI Nº 10.257/2001).....	52
3.2.3. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (LEI Nº 6.938/1981).....	53
3.2.4. POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO (LEI Nº 11.771/2008).....	53
3.2.5. NORMA TÉCNICA DE ACESSIBILIDADE – NBR 9050/2021.....	54
3.2.6. CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO (LEI Nº 12.651/2012).....	55
3.3. LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS NO ÂMBITO MUNICIPAL.....	56
3.3.1. LEI ORGÂNICA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER (1990).....	56
3.3.2. PDDI - REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ (2017).....	56
4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	58
4.1. PROJETOS DE REFERÊNCIA.....	58
4.1.1. ROTA TURÍSTICA DE EGGUM, NORUEGA (2007).....	58
4.1.2. REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO ARENA BSB (2019).....	60
4.1.3. CENTRO CÍVICO DE SANTO ANDRÉ, SÃO PAULO (1965).....	63
4.2. ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS.....	65
5. CONDICIONANTES DE PROJETO.....	68
5.1. ASPECTOS URBANOS.....	68
5.1.1. PERCURSO PROPOSTO.....	68
5.1.2. BIOMAS.....	79
5.1.3. CLIMA.....	80
5.1.4. VEGETAÇÃO.....	81

SUMÁRIO

5.2. JUSTIFICATIVA DOS TERRENOS.....	82
5.2.1. PONTO 03 - USINA ITAICY.....	82
5.2.2. PONTO 06 - BAÍA DE CHACORORÉ.....	87
5.2.3. PONTO 09 - MEMORIAL MARECHAL RONDON.....	89
5.3. TERRENOS E TOPOGRAFIA.....	94
5.3.1. PONTO 03 - USINA ITAICY.....	94
5.3.2. PONTO 06 - BAÍA DE CHACORORÉ.....	97
5.3.3. PONTO 09 - MEMORIAL MARECHAL RONDON.....	100
6. PROPOSTA PROJETUAL.....	104
6.1. PÚBLICO ALVO.....	104
6.2. PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	104
6.3. PAISAGISMO.....	105
6.3.1. COMPOSIÇÃO PAISAGÍSTICA/ REFLORESTAMENTO.....	105
6.4. TÉCNICAS E MATERIAIS CONSTRUTIVOS.....	108
6.4.1. MADEIRA DE REFLORESTAMENTO.....	108
6.4.2. TÉCNICA SHOU SUGI BAN.....	108
6.4.3. BIODIGESTO.....	109
6.5. DIRETRIZES DE PROJETO.....	110
6.5.1. PARTIDO ARQUITETÔNICO.....	110
6.5.2. CONCEITO.....	110
6.6. ENSAIOS GRÁFICOS.....	111
6.6.1. INTERVENÇÕES.....	111

SUMÁRIO

6.6.2. PONTO 03: USINA ITAICY.....	112
6.6.2.1. IMPLANTAÇÃO.....	112
6.6.3. PONTO 06 - BAÍA DE CHACORORÉ.....	113
6.6.3.1. IMPLANTAÇÃO.....	113
6.6.4. PONTO 09 - MEMORIAL MARECHAL RONDON.....	114
6.6.4.1. IMPLANTAÇÃO.....	114
6.6.5. CORTE TERRENO.....	115
6.6.5.1. PONTO 02: USINA ITAICY.....	115
6.6.5.2. PONTO 05 - BAÍA DE CHACORORÉ.....	117
6.6.5.3. PONTO 08 - MEMORIAL MARECHAL RONDON.....	118
6.6.6. POUSADA.....	121
6.6.6.1. FACHADA.....	122
6.6.6.2. PLANTA DE LAYOUT.....	123
6.6.6.3. PLANTA BAIXA.....	124
6.6.6.4. CORTE E COBERTURA.....	125
6.6.7. PONTO DE APOIO - TIPO 01.....	126
6.6.7.1. FACHADA.....	127
6.6.7.2. PLANTA BAIXA E PLANTA DE LAYOUT.....	128
6.6.7.3. CORTE E COBERTURA.....	129
6.6.8. PONTO DE APOIO - TIPO 02.....	130
6.6.8.1. FACHADA.....	131

SUMÁRIO

6.6.8.2. PLANTA BAIXA E PLANTA DE LAYOUT.....	132
6.6.8.3. CORTE E COBERTURA.....	133
6.7. PERSPECTIVAS DO PROJETO.....	134
6.7.1. PONTO 03 - USINA ITAICY.....	134
6.7.2. PONTO 06 - BAÍA DE CHACORORÉ.....	137
6.7.3. PONTO 07 - MEMORIAL MARECHAL RONDON.....	139
6.7.4. INTERIORES POUSADA.....	141
6.7.5. INTERIORES PONTO DE APOIO TIPO II.....	142
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	145

LISTA DE FIGURA

Figura 01: Barco na Baía de Chacororé	23
Figura 02: Rodovia MT-040.....	24
Figura 03: Baía de Chacororé, no pantanal Matogrossense.....	26
Figura 04: Regiões Hidrográficas de Mato Grosso, localização da bacia do rio Cuiabá na Região Hidrográfica do Paraguai, da cidade de Cuiabá e Barão de Melgaço e das baías de Chacororé e Sinhá Mariana.....	27
Figura 05: Pousada as margens da Baía Sía Mariana na época de Seca e Cheia	28
Figura 06: Baía de Chacororé em uma estiagem “normal”, em 2016 (A); e em novembro de 2020, numa estiagem prolongada (B).....	29
Figura 07: Músicos tradicionais durante desta de santo em Mimoso.....	30
Figura 08: Usina de Itaicy em Santo Antônio do Leverger, MT.....	31
Figura 09: Vista aérea do Memorial Marechal Rondon em Mimoso, Santo Antônio do Leverger.....	32
Figura 10: Entrada do Estacionamento do Memorial Marechal Rondon.....	33
Figura 11: Academia ao Ar Livre no Entorno do Memorial Marechal Rondon.....	33
Figura 12: Revitalização do Largo do Boticário - RJ.....	38
Figura 13: Alargamento da Rua da Carioca - RJ (1906).....	40
Figura 14: Antes e depois da requalificação Urbana da Praça Marechal Deodoro - Salvador, Bahia.....	41
Figura 15: Córrego Cheonggyecheon em Seul, Coreia do Sul.....	43
Figura 16: Edifício de serviços da rota turística de Eggum.....	58
Figura 17: Muro de Gabião da edificação da rota turística de Eggum.....	59
Figura 18: Planta baixa da edificação turística de Eggum.....	59
Figura 19: Edificação turística de Eggum.....	60
Figura 20: Proposta de requalificação do Complexo Arena BSB.....	60

LISTA DE FIGURA

Figura 21: Masterplan proposta de requalificação do Complexo Arena BSB.....	61
Figura 22: Vista aérea da Proposta de requalificação do Complexo Arena BSB.....	62
Figura 23: Vista aérea Centro Cívico de Santo André - SP.....	63
Figura 24: Vista aérea espelho d'água - Centro Cívico de Santo André - SP.....	64
Figura 25: Vista aérea mosaicos de pedra - Centro Cívico de Santo André - SP.....	64
Figura 26: Vista aérea Centro Cívico de Santo André - SP.....	65
Figura 27: Mapa de percurso proposto.....	68
Figura 28: Interior do Museu da Viola de Cocho.....	69
Figura 29: Vista aérea da obra da Orla de Santo Antônio do Leverger.....	71
Figura 30: Obra da Orla de Santo Antônio do Leverger.....	71
Figura 31: Vista de Usina Itaicy a partir do Rio Cuiabá.....	72
Figura 32: Vista aérea da Orla de Barão de Melgaço.....	73
Figura 33: Projeto de intervenção na Orla de Barão de Melgaço proposto pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec) e Infraestrutura e Logística (Sinfra).....	74
Figura 34: Projeto de intervenção na Orla de Barão de Melgaço proposto pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec) e Infraestrutura e Logística (Sinfra).	74
Figura 35: Ruínas da Guerra do Paraguai em Barão de Melgaço.....	75
Figura 36: Baía Siá Mariana em Barão de Melgaço - MT.....	75
Figura 37: Escola Estadual Santa Claudina no distrito de Mimoso - Santo Antônio de Leverger.....	77
Figura 38: Memorial Marechal Rondon em Santo Antônio de Leverger - MT.....	78
Figura 39: Biomas do Mato-Grosso.....	79
Figura 40: Gráfico de precipitação e temperatura media anual do bioma do pantanal.....	80

LISTA DE FIGURA

Figura 41: Principais fitofisionomias do bioma Cerrado.....	81
Figura 42: Mapas das Usinas que fizeram parte da expansão açucareira.....	82
Figura 43: Usina Itaicy.....	83
Figura 44: Interior da Usina Itaicy.....	84
Figura 45: Interior da Usina Itaicy.....	84
Figura 46: Projeto de restauro de uma das fachadas das edificações da Usina itaicy.....	86
Figura 47: Baía de Chacororé.....	87
Figura 48: Vista aérea do Morro as margens da Baía de Chacororé.....	87
Figura 49: Perspectivas da implantação do terreno na Baía de Chacororé - terreno em vermelho.....	88
Figura 50: Memorial Marechal Rondon.....	89
Figura 51: Croqui de implantação Marechal Cândido Rondon.....	90
Figura 52: Vista aérea do Memorial Marechal Rondon.....	91
Figura 53: Volumetria Marechal Cândido Rondon.....	92
Figura 54: Croqui de corte Marechal Cândido Rondon.....	93
Figura 55: Implantação e topografia da Usina Itaicy.....	94
Figura 56: Mapa de Análise do Entorno do Ponto 03 - Usina Itaicy.....	95
Figura 57: Análise do Entorno do Ponto 03 - Usina Itaicy.....	96
Figura 58: Implantação e topografia da Baía Chacororé.....	97
Figura 59: Mapa de Análise do Entorno do Ponto 06 - Baía de Chacororé.....	98
Figura 60: Análise do Entorno do Ponto 06 - Baía de Chacororé.....	99
Figura 61: Implantação e topografia do Memorial Marechal Rondon.....	100
Figura 62: Mapa de Análise do Entorno do Ponto 09 - Memorial Marechal Rondon.....	101

LISTA DE FIGURA

Figura 63: Análise do Entorno do Ponto 09 - Memorial Marechal Rondon.....	102
Figura 64: Madeira com técnica Shou Sugi Ban.....	108
Figura 65: ilustração do biodigestor.....	109
Figura 66: Produto final do biodigestor.....	109
Figura 67: Proposta de Implantação do Ponto 03 - Usina Itaicy.....	112
Figura 68: Proposta de Implantação do Ponto 06 - Baía de Chacororé.....	113
Figura 69: Proposta de Implantação do Ponto 09 - Memorial Marechal Rondon.....	114
Figura 70: Corte AA do terreno do Ponto 03 - Usina Itaicy.....	115
Figura 71: Corte BB do terreno do Ponto 03 - Usina Itaicy.....	115
Figura 72: Corte AA do terreno do Ponto 06 - Baía de Chacororé.....	117
Figura 73: Corte BB do terreno do Ponto 06 - Baía de Chacororé.....	117
Figura 74: Corte AA do terreno do Ponto 09 - Memorial Marechal Rondon.....	119
Figura 75: Corte BB do terreno do Ponto 09 - Memorial Marechal Rondon.....	119
Figura 76: Perspectiva frontal - Pousada.....	121
Figura 77: Perspectiva posterior - Pousada.....	121
Figura 78: Fachada Frontal - Pousada.....	122
Figura 79: Fachada Lateral Esquerda - Pousada.....	122
Figura 80: Fachada Lateral Direita - Pousada.....	122
Figura 81: Fachada Posterior - Pousada.....	122
Figura 82: Planta de Layout Pav. Térreo - Pousada.....	123
Figura 83: Planta de Layout Mezanino - Pousada.....	123
Figura 84: Planta Baixa Pav. Térreo - Pousada.....	124

LISTA DE FIGURA

Figura 85: Planta Baixa Mezanino - Pousada.....	124
Figura 86: Corte AA - Pousada.....	125
Figura 87: Corte BB - Pousada.....	125
Figura 88: Planta de Cobertura - Pousada.....	125
Figura 89: Perspectiva frontal - Ponto de apoio - tipo 01.....	126
Figura 90: Perspectiva frontal - Ponto de apoio - tipo 01.....	126
Figura 91: Fachada Frontal - Ponto de apoio - tipo 01.....	127
Figura 92: Fachada Lateral Esquerda - Ponto de apoio - tipo 01.....	127
Figura 93: Fachada Lateral Direita - Ponto de apoio - tipo 01.....	127
Figura 94: Fachada Posterior - Ponto de apoio - tipo 01.....	127
Figura 95: Planta Baixa - Ponto de apoio - tipo 01.....	128
Figura 96: Planta de Layout - Ponto de apoio - tipo 01.....	128
Figura 97: Corte AA - Ponto de Apoio - Tipo 01.....	129
Figura 98: Corte BB - Ponto de Apoio - Tipo 01.....	129
Figura 99: Planta de Cobertura - Ponto de Apoio - Tipo 01.....	129
Figura 100: Perspectiva frontal - Ponto de Apoio - Tipo 02.....	130
Figura 101: Perspectiva frontal - Ponto de Apoio - Tipo 02.....	130
Figura 102: Fachada Frontal - Ponto de Apoio - Tipo 02.....	131
Figura 103: Fachada Lateral Esquerda - Ponto de Apoio - Tipo 02.....	131
Figura 104: Fachada Lateral Direita - Ponto de Apoio - Tipo 02.....	131
Figura 105: Fachada Posterior - Ponto de apoio - Tipo 02.....	131
Figura 106: Planta Baixa - Ponto de Apoio - Tipo 02.....	132

LISTA DE FIGURA

Figura 107: Planta de Layout - Ponto de Apoio - Tipo 02.....	132
Figura 108: Corte AA - Ponto de Apoio - Tipo 02.....	133
Figura 109: Corte BB- Ponto de Apoio - Tipo 02.....	133
Figura 110: Planta de Cobertura - Ponto de apoio - tipo 02.....	133
Figura 111: Perspectiva Usina Itaicy - Ponto de vista: Deck de madeira.....	134
Figura 112: Perspectiva Usina Itaicy - Ponto de Vista: Início do Percurso.....	134
Figura 113: Perspectiva Usina Itaicy - Ponto de vista: Percurso de contemplação.....	135
Figura 114: Perspectiva Usina Itaicy - Ponto de vista: Percurso de trilha.....	135
Figura 115: Perspectiva Usina Itaicy - Demais vistas.....	136
Figura 116: Perspectiva Baía de Chacororé - Ponto de vista: Pontos de contemplação da Baía.....	137
Figura 117: Perspectiva Baía de Chacororé - Ponto de vista: Via proposta.....	137
Figura 118: Perspectiva Baía de Chacororé - Ponto de vista: Área comum da pousada.....	138
Figura 119: Perspectiva Baía de Chacororé - Ponto de vista: Acesso aos Chalés da pousada.....	138
Figura 120: Perspectiva Memorial Marechal Rondon - Ponto de vista: Contemplação do Memorial.....	139
Figura 121: Perspectiva Memorial Marechal Rondon - Ponto de vista: Conexão entre novo e existente.....	139
Figura 122: Perspectiva Memorial Marechal Rondon - Ponto de vista: Passeios.....	140
Figura 123: Perspectiva Memorial Marechal Rondon - Ponto de vista: Mobiliarios Urbanos.....	140
Figura 124: Perspectiva Interiores Pousada.....	141
Figura 125: Perspectiva Interiores Pousada.....	141
Figura 126: Perspectiva Interiores Ponto de Apoio - Tipo 02.....	142

LISTA DE TABELA

Tabela 01: Análise das referências.....	65
Tabela 02: Programa de necessidades.....	103
Tabela 03: Quadro de Paisagismo.....	104
Tabela 04: Quadro comparativo das Intervenções proposta.....	110

LISTA DE ABREVIACÕES

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- APP - Área de Preservação Permanente;
- BSB - Brasília;
- IAB-DF - Instituto de Arquitetos do Brasil - Distrito Federal;
- IPHAN - Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional;
- NBR - Norma Brasileira;
- ONU - Organização das Nações Unidas;
- PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- SEBRAE - Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas;
- SECEL MT - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso;
- SINFRA - Secretaria de Infraestrutura;
- SPI - Serviço de Proteção aos Indígenas;
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura;

1

O território pantaneiro é um espaço marcado pela coexistência entre a natureza e a cultura, onde os ciclos de cheia e seca moldam não apenas a paisagem, mas também a vida das comunidades locais. Nesse contexto, as baías de Chacororé e Siá Mariana, situadas entre os municípios de Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger, destacam-se como lugares de grande relevância ecológica, histórica e simbólica. Além de funcionarem como berçários naturais de peixes e aves, esses ambientes abrigam memórias indígenas, africanas e ribeirinhas, revelando a profunda relação entre a sociedade e a natureza no Pantanal mato-grossense.

Ao mesmo tempo, a região enfrenta pressões contemporâneas que colocam em risco sua integridade ambiental e cultural. As mudanças climáticas, as estiagens prolongadas, os impactos da expansão urbana e as intervenções pouco sensíveis ao contexto local ameaçam a conservação do patrimônio natural e a continuidade das práticas culturais que dão identidade ao lugar. Diante desse cenário, torna-se fundamental pensar estratégias que unam preservação e desenvolvimento, resgatando a memória coletiva e criando oportunidades de valorização territorial.

É nesse horizonte que se insere a proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso: a criação do percurso histórico-turístico “Preservando a memória: sobre as águas do Pantanal”. O trajeto busca integrar elementos naturais, culturais e históricos em uma narrativa territorial que conecta diferentes pontos de Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, do Museu da Viola de Cocho à Orla de Santo Antônio do Leverger e a Usina Itaicy, passando pela Orla de Barão de Melgaço e ruínas da guerra do paraguai, pelas baías de Chacororé e Siá Mariana, pela E.E Santa Claudina e Memorial Marechal Rondon.

Mais do que um roteiro turístico, a proposta configura-se como um instrumento de planejamento e requalificação, buscando estimular a reflexão sobre a memória material e imaterial da região, fortalecer a economia local e consolidar a imagem do Pantanal como patrimônio natural e cultural de relevância global. No percurso, são apresentadas propostas de intervenção em três áreas estratégicas, com infraestrutura de apoio que valoriza a cultura pantaneira, evidenciando que a preservação não deve ser entendida como imobilização, mas como um diálogo dinâmico entre passado e futuro, tradição e inovação, memória e desenvolvimento.

A intervenção urbana, quando orientada pela memória coletiva, pelos atributos da paisagem e pelas demandas da comunidade, possui grande potencial para qualificar espaços e ressignificar territórios. Mais do que a simples reabilitação de áreas físicas ou a recuperação de edificações, trata-se de promover usos que conciliem conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento local.

Nesse sentido, arquitetura e urbanismo dialogam diretamente com o turismo sustentável, uma vez que tais intervenções têm o potencial de articular a preservação do patrimônio natural e histórico à geração de benefícios sociais e econômicos. No contexto do Pantanal, especialmente nas baías de Chacororé e Siá Mariana, território de intervenção deste trabalho, essa articulação ganha relevância singular, além de sua importância ecológica, essas áreas configuram-se como paisagens culturais, ligadas às práticas ribeirinhas e à identidade regional.

Esse trabalho trata-se, portanto, do desenvolvimento de projetos de transformação do espaço construído, em uma interface com a memória coletiva e o turismo sustentável, e tem como foco a criação de um percurso histórico-turístico, intitulado “Preservando a memória: sobre as águas do Pantanal”, o qual integra elementos naturais, culturais e históricos em um projeto de valorização territorial para os municípios de Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço. Além do percurso, o trabalho propõe projetos de intervenção em três áreas estratégicas ao longo desse trajeto, buscando promover melhorias concretas no uso e na fruição do território.



Figura 01: Barco na Baía de Chacororé

Fonte: <http://icv.org.br-bercario-dos-peixes-do-pantanal-baia-de-chacororé-foi-reduzida-em-59-2020> (2021)

A região do Pantanal apresenta uma riqueza ambiental e cultural única, marcada por paisagens naturais exuberantes e práticas sociais e culturais tradicionais, como as atividades ribeirinhas. Além dos bens naturais, o território abriga edificações históricas, como a Usina de Itaicy, e construções mais recentes de grande importância cultural, como o Memorial Marechal Rondon, que reflete elementos das habitações indígenas de Mato Grosso. Essa diversidade de patrimônios evidencia a necessidade de intervenções que articulem preservação, uso sustentável e promoção do território de forma integrada e planejada.

A Carta de Veneza (1964) reforça que os monumentos históricos devem ser preservados não apenas por seu valor estético, mas também como testemunhos vivos da história. Destaca ainda que as intervenções de conservação devem respeitar a autenticidade do bem cultural, promovendo seu uso social e sua integração com o ambiente urbano contemporâneo, princípios diretamente aplicáveis aos patrimônios naturais e construídos da região.

Com o crescimento do fluxo turístico impulsionado pela pavimentação da rodovia MT-040, que integra a chamada “Estrada Verde”, observa-se na região uma nova dinâmica

de desenvolvimento (SINFRA, 2018). Esse cenário, aliado ao potencial paisagístico do entorno, mostra uma oportunidade para a requalificação desses espaços como estratégia para estimular a economia local, fortalecer o turismo e promover o sentimento de pertencimento da comunidade. Segundo a Lei nº 11.771/2008, o turismo representa não apenas uma atividade econômica, mas também um vetor relevante de desenvolvimento social e econômico em diversas regiões do Brasil.

Diante desse contexto, o presente trabalho justifica-se por buscar a valorização do Pantanal enquanto patrimônio natural e cultural, propondo o percurso histórico-turístico “Preservando a memória: sobre as águas do Pantanal” e intervenções em três áreas estratégicas. O objetivo é oferecer soluções que integrem conservação, educação patrimonial e desenvolvimento local, evidenciando que a preservação pode ser compreendida como um processo ativo de diálogo entre tradição e inovação, passado e futuro.



Figura 02: Rodovia MT-040.
Fonte: Elaboração própria (2025)

1.3. OBJETIVOS

25

1.3.1. OBJETIVO GERAL

Desenvolver a proposta de um percurso histórico-turístico no Pantanal, no entorno das Baías de Chacororé e Siá Mariana, com o projeto de intervenção em três áreas de interesse, integrando patrimônios naturais e culturais, que promova a valorização territorial, o fortalecimento da economia local e a preservação da memória material e imaterial da região.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar um estudo bibliográfico abrangente sobre o tema proposto, incluindo referências teóricas;
- Realizar um estudo das legislações e normativas aplicáveis à requalificação, acessibilidade, uso do solo e turismo da área de intervenção;
- Analisar projetos de referência para estabelecer diretrizes e parâmetros de qualidade, funcionalidade e adequação ao contexto.
- Identificar e mapear os principais patrimônios naturais e construídos da área de intervenção, incluindo a Usina de Itaici, o Memorial Marechal Rondon e as baías de Chacororé e Siá Mariana.
- Propor intervenções urbanísticas e de infraestrutura de apoio em três áreas estratégicas ao longo do percurso, visando qualificação e melhoria da experiência turística.

1.4. A PROBLEMÁTICA

26

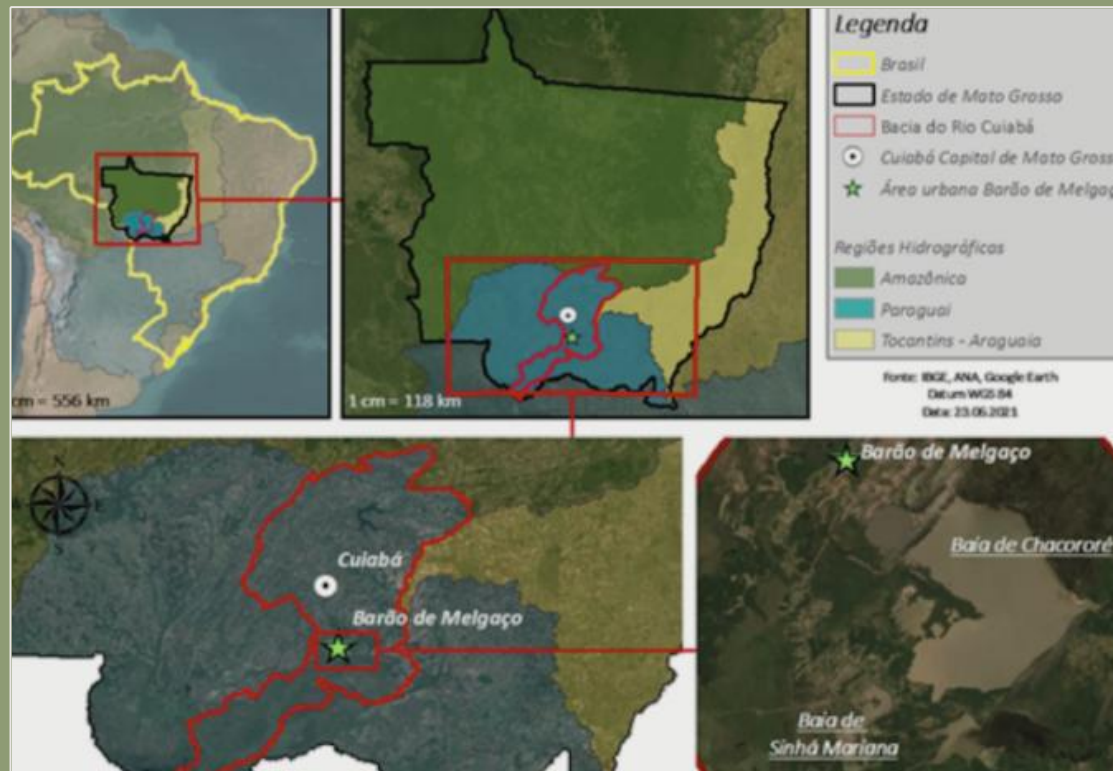
1.4.1. O PATRIMÔNIO NATURAL



Figura 03: Baía de Chacororé, no pantanal Matogrossense.

Fonte: <https://oeco.org.br/reportagens/como-a-degradacao-na-baia-de-chacorore-afeta-a-vida-no-pantanal-matogrossense> (2022)

O pantanal é a maior planície alagável do mundo, localizado no Brasil, Bolívia e Paraguai, é caracterizado pela variação entre cheia e seca que mantém a biodiversidade da região. Segundo Silva et. al (2021, p. 7), “A conexão dos rios com a planície, juntamente com a sazonalidade de chuvas (alternância de estações secas e chuvosas), resulta na variação anual do nível da água (pulso de inundação), os quais somados à geodiversidade regional, fundamental para garantir os processos ecológicos do sistema” (Silva et al. 2021).



Além de sua riqueza natural, o bioma é reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, Reserva da Biosfera pela UNESCO e Convenção Ramsar (Zonas Úmidas de Importância Internacional), abrigando paisagens únicas e populações ribeirinhas que desenvolveram formas próprias de conviver com a natureza.

Figura 04: Regiões Hidrográficas de Mato Grosso, localização da bacia do rio Cuiabá na Região Hidrográfica do Paraguai, da cidade de Cuiabá e Barão de Melgaço e das baías de Chacororé e Sinhá Mariana.

Fonte: Silva et al. (2021)

As baías de Chacororé e Siná Mariana são um dos conjuntos hídricos mais importantes do pantanal mato-grossense, situadas entre os municípios de Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger, “na bacia do rio Cuiabá, que por sua vez faz parte da Região Hidrográfica do Paraguai, uma das 12 regiões hidrográficas brasileiras e uma das três localizadas em Mato Grosso” (Silva et al. 2021, p.7), como mostra a figura 04. Ambas são ligadas por canais naturais e caracterizado pelo ciclo da cheia, no período de outubro a abril e da estiagem, no período de maio a setembro. A baía de Chacororé, em especial, é considerada a terceira maior de todo o pantanal, tendo papel importante na reprodução de peixes e aves aquáticas.

Do ponto de vista cultural, as baías constituem espaços de ancestralidade. Segundo Presotti (2014 p. 179), o nome

“Chacororé é nome do grupo indígena da grande nação bororo que ali vivia e dominava toda a bacia do Cuiabá, com base em práticas pesqueiras [...] Já Sinhá (ou Siá) Mariana remete à memória africana, pois, essa região está associada às famílias de escravos e ex-escravos que trabalhavam nas fazendas e usinas e aos colonizadores (maioria de portugueses e paulistas) que foram ali morar, gerando os seus descendentes)”. (Presotti, 2014, p. 179)



Figura 05: Pousada as margens da baía Sía Mariana na época de Seca e Cheia.
Fonte: Produzido pela autora (2025)

Além disso, o pantaneiro pensa em Chacororé como uma “baía encantada”, onde natureza e lendas se misturam, dando origem a histórias sobre seres míticos, como a Mãe d’água e o Minhocão (Leite, 2007). Esses elementos mostram que as baías não são apenas áreas de natureza, mas também espaços de cultura e história.



Figura 06: Baía de Chacororé em uma estiagem “normal”, em 2016 (A); e em novembro de 2020, numa estiagem prolongada (B).

Fonte: ICV, 2021

No campo turístico, as baías apresentam um grande potencial para o ecoturismo. Além de funcionarem como berçários naturais de peixes e aves, sua beleza cênica atrai pesquisadores, turistas e comunidades locais em busca de contemplação e lazer. Atualmente, o acesso ao local se dá principalmente por via terrestre, a partir de Cuiabá (100 km) ou de Barão de Melgaço (aproximadamente 35 km), em estradas vicinais que levam até comunidades próximas.

Contudo, esse patrimônio natural enfrenta ameaças, “entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, a precipitação nos meses chuvosos na região foi cerca de 40% menor do que a série histórica, a pior seca registrada no Pantanal nos últimos 50 anos, resultando em uma estiagem extrema nos meses subsequentes” (Silva et al. 2021 apud. Marengo et al., 2021), comprometendo a pesca, o turismo e o abastecimento das comunidades. Isso reforça a necessidade de intervenções que unam conservação e desenvolvimento sustentável.

1.4.2. O PATRIMÔNIO CULTURAL



Figura 07: Músicos tradicionais durante festa de santo em Mimosa.

Fonte: Elaboração própria (2013)

O patrimônio cultural da região do Pantanal é rico e multifacetado, abrangendo tanto elementos materiais quanto imateriais que refletem a história, a identidade e as práticas tradicionais da população local.

Fundamental para as celebrações de cururu e sitiriri, entre os patrimônios imateriais destaca-se o saber-fazer da viola de cocho, instrumento musical típico da região, cuja produção envolve técnicas tradicionais transmitidas de geração em

geração, expressando valores culturais, sociabilidade e memória coletiva. O processo de fabricação artesanal da viola de cocho é o bem cultural protegido. Esse saber-fazer foi registrado no Livro dos Saberes do IPHAN em 2015, reconhecendo a importância da prática cultural para o estado do Mato Grosso.

No que se refere ao patrimônio material, a região conta com edificações de significativa importância histórico-cultural. A Usina de Itaicy, construída durante o século XX, é um exemplo emblemático da arquitetura industrial regional, representando não apenas avanços tecnológicos e econômicos, mas também o impacto histórico das políticas de desenvolvimento e ocupação do território. Sua preservação permite compreender a dinâmica econômica e social da região ao longo do tempo.



Figura 08: Usina de Itaicy em Santo Antônio do Leverger, MT.
Fonte: Google Imagens (2023)



Figura 09: Vista aérea do Memorial Marechal Rondon em Mimoso, Santo Antônio do Leverger - MT.
Fonte: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/04/21/apos-abandono-memorial-de-marechal-rondon-em-mt-deve-ser-reformado-ainda-neste-ano-diz-secretaria.ghtml>

Mais recentemente, o Memorial Marechal Rondon, assumiu relevância cultural. Inaugurado em 2016 e situado em área estratégica do Pantanal, essa edificação, projetada pelo arquiteto José Afonso Botura Portocarrero, propôs com sua arquitetura reinterpretar elementos das habitações indígenas de Mato Grosso. O memorial funciona como espaço de memória e educação patrimonial, destacando a relação entre tradição indígena e a identidade regional, além de promover reflexão sobre o papel histórico de Marechal Rondon e sua atuação na integração nacional. Juntas, essas manifestações materiais e imateriais formam um conjunto cultural que fortalece a memória coletiva e sustenta práticas de valorização territorial e turismo sustentável na região.

De acordo com dados do Ministério do Turismo (2024), o número de turistas em Mato Grosso aumentou significativamente em 2023, com a chegada de 242 mil visitantes ao estado, um crescimento de 54% em relação a 2021. No entanto, esse aumento expõe a falta de infraestrutura adequada para atender essa demanda, o que pode comprometer a permanência e o retorno desses turistas. Um diagnóstico do SEBRAE (2022) sobre o turismo no Pantanal Mato-Grossense aponta diversas deficiências estruturais que dificultam o desenvolvimento do setor. Entre os principais problemas está a falta de urbanização adequada, comprometendo a recepção dos visitantes e impactando negativamente sua experiência. A ausência de investimentos em infraestrutura de suporte, como hospedagem, alimentação e acessibilidade, representa um obstáculo para o crescimento do turismo na região.

No distrito de Mimoso, em Santo Antônio do Leverger, por exemplo, o Memorial Marechal Rondon enfrenta desafios estruturais que dificultam sua consolidação como um destino turístico (Bárbara Fava, 2022).



Figura 10: Entrada do Estacionamento do Memorial Marechal Rondon.

Fonte: Elaboração própria (2025)



Figura 11: Academia ao Ar Livre no Entorno do Memorial Marechal Rondon.

Fonte: Elaboração própria (2025)

1.4.3. O TURISMO E A INFRA ESTRUTURA

34

A falta de infraestrutura no entorno compromete a experiência dos visitantes, tornando o acesso difícil e a permanência pouco atrativa. A ausência de serviços como hospedagem próximos, reduz o tempo de permanência dos turistas, limitando o impacto econômico. Além disso, o pouco investimento em revitalização do entorno das edificações contribui para um aspecto de abandono, desestimulando novas visitas e dificultando a valorização do espaço histórico e cultural.

Outro problema crítico é a falta de planejamento em relação à capacidade de carga turística. O aumento do fluxo de visitantes, trazidos pela nova rota que liga Cuiabá a Rondonópolis (SINFRA, 2018), sem um controle adequado pode resultar em uma maior degradação da estrutura existente e a insatisfação dos turistas. Segundo Rocha (2011), sem melhorias no espaço e uma gestão eficiente do turismo, a longo prazo, a degradação e a perda da autenticidade do destino, podem diminuir sua atratividade, reduzindo o fluxo de visitantes e impactando a economia local.

1 Como DAR SENTIDO aos inúmeros pontos de interesse cultural e natural na região das baías de Chacororé e Siá Mariana, no Pantanal Matogrossense a fim de propiciar o turismo sustentável?

2 Dessa forma como REQUALIFICAR o entorno de locais importantes para a memória de Mato Grosso, a fim de evitar a perda de turistas devido à falta de infraestrutura e garantir condições adequadas de acesso, permanência e atendimento à demanda crescente?

Para a elaboração desta monografia, buscou-se o entendimento das necessidades acerca do tema proposto. Assim, a pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa exploratória, que, não segue um único modelo, sendo marcada pela flexibilidade na coleta de dados e pela busca de compreender a realidade social em profundidade (Martins, 2004). Já a exploratória é estruturada por meio da combinação de diferentes métodos, incluindo pesquisa bibliográfica e coleta de dados, possibilitando a comparação e validação dos resultados, conforme destacado por Gil (2008). Para Triviños (1987, p. 109),

“

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em tono de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida planejar uma pesquisa descritiva [...] (Triviños, 1987, p. 109)

”

A presente monografia está fundamentada na análise documental de legislações e normas pertinentes, tais como: Lei Orgânica Municipal de Santo Antônio de Leverger, que estabelece princípios e diretrizes para o ordenamento territorial e desenvolvimento local; Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001); a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); Política Nacional de Turismo (Lei nº 11.771/2008); o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), e etc.

Além da análise documental, será realizada uma análise de referências projetuais, com o objetivo de identificar boas práticas e soluções arquitetônicas que possam ser aplicadas as três áreas de intervenção, respeitando suas características históricas e culturais. Com isso, espera-se que a pesquisa forneça subsídios para a elaboração de um projeto arquitetônico que contribua para a valorização das áreas de intervenção e de seu entorno, fortalecendo sua atratividade turística e cultural.

2

2. REFERENCIAL TEÓRICO

37

2.2. INTERVENÇÕES URBANAS

A cidade é um reflexo da história e da sociedade que a construiu. Mais do que um conjunto de edifícios, ruas e infraestrutura, ela representa os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais de cada época. A cidade mostra o jeito de viver das pessoas, como o dinheiro é usado, quem toma as decisões e como os lugares vão se transformando com o passar do tempo. Nesse contexto, a cidade se apresenta como um organismo em constante transformação, exigindo adaptações contínuas que respondam aos desafios contemporâneos. A complexidade dos problemas urbanos atuais, como o crescimento desordenado, a segregação socioespacial, o abandono de áreas centrais, a deterioração ambiental e a exclusão social, exige ações eficazes e estratégicas, entre elas, as chamadas **INTERVENÇÕES URBANAS**.

As intervenções urbanas são práticas cada vez mais presentes no planejamento e na gestão das cidades. Elas se referem a qualquer ação projetada e executada em partes específicas do território urbano, com o objetivo de **REORGANIZAR, REQUALIFICAR OU RESSIGNIFICAR** esses espaços, promovendo melhorias na qualidade de vida da população. Trata-se de ações que envolvem modificações físicas e políticas, sendo instrumentos de transformação social e espacial, segundo Rolnik (2022) “para termos uma cidade voltada para a promoção e proteção da vida é preciso uma política urbana que promova a experiência de sermos corpos saudáveis: na moradia, na circulação, nos espaços públicos”.



No Brasil, essas intervenções são mais necessárias, por conta da urbanização acelerada, marcada por desigualdades estruturais, déficit de infraestrutura e ausência de planejamento territorial adequado. Portanto, as intervenções urbanas atuam como uma estratégia para recuperar as áreas degradadas, promover a inclusão social e fortalecer os vínculos com os espaços urbanos.

O caráter e os objetivos das intervenções variaram conforme os contextos sociais e econômicos. Durante a época industrial, o foco principal era a construção de infraestrutura básica, como transporte, habitação e saneamento. Nas últimas décadas, os projetos começaram a incorporar valores mais amplos, como sustentabilidade, preservação patrimonial, inclusão e participação popular, refletindo uma nova compreensão de cidade mais justa e integrada (Moura et al., 2006). Hoje as intervenções buscam não apenas transformar o espaço físico, mas também estimular novas formas de **CONVIVÊNCIA, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO**.



Figura 12: Revitalização do Largo do Boticário - RJ.
Fonte: Diário do Rio (2022).

“

Como afirmam Chou e Andrade (s.d.),

As intervenções urbanísticas e arquitetônicas devem, portanto, estabelecer um plano que valorize os elementos da cultura local, ao tempo que constrói o espaço onde se darão novas atividades culturais espontâneas.

”

No entanto, as intervenções, quando mal planejadas ou conduzidas de forma autoritária, elas podem causar impactos sociais negativos, como a gentrificação, que foi um fenômeno em que a valorização de determinadas áreas provocou a expulsão das populações de baixa renda, alterando o perfil social e cultural dos bairros e comprometendo sua identidade da região (Maricato et. al., 2000). Assim, intervenções que deveriam melhorar o espaço podem acabar agravando desigualdades e quebrando os laços da comunidade.

Além disso, o modelo de desenvolvimento urbano atual também gera dúvidas e questionamentos. Latouche (2009), propõe o conceito de “decrecimento”, criticando a lógica do crescimento contínuo e defende um novo padrão urbano baseado na valorização do local, da cultura, da sustentabilidade e do limite ambiental. Para ele, o espaço urbano deve ser compreendido não como mercadoria, mas como lugar de convivência e de construção coletiva, onde as intervenções respeitem os recursos naturais e reativem os vínculos simbólicos entre o cidadão e o território.

Essa visão também é reforçada na Carta de Lisboa (1995), que afirma que toda reabilitação urbana deve,



COLOCAR O HOMEM NO CENTRO DAS SUAS PREOCUPAÇÕES



preservando as estruturas sociais, o patrimônio e a identidade cultural dos centros urbanos. Isso mostra que, para a intervenção dar certo, é preciso planejar bem e respeitar a cultura e as pessoas que vivem no local. Por isso, as intervenções urbanas são instrumentos importantes para enfrentar os problemas urbanos atualmente. Quando planejadas com inclusão, sustentabilidade, justiça social e valorização da memória, elas trazem resultados positivos para a cidade e para a sociedade.



2.2.1. TIPOS DE INTERVENÇÕES URBANAS

As intervenções urbanas mudam conforme as necessidades de cada cidade e seus objetivos sociais, econômicos e culturais. Por isso, entender essas diferenças é essencial para planejar a cidade de forma eficiente. Segundo Barretto (2013, p.593) a revitalização é um “processo que envolve um esquema abrangente, para solucionar uma série de problemas urbanos”. Dessa forma, se destacam quatro principais tipos: **RENOVAÇÃO, REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO URBANA.**

A renovação urbana é a intervenção que mais transforma o espaço. Segundo a Carta de Lisboa (1995), se trata de uma ação que envolve a demolição de estruturas existentes e sua substituição por novas edificações, reorganizando completamente a morfologia e as funções do espaço urbano. Ao longo do tempo este tipo de intervenção tem sido criticado por provocar processos de gentrificação, ao expulsar populações de menor renda dos centros urbanos e favorecer a ocupação por atividades de alto valor agregado (Maricato et. al., 2000). Exemplos emblemáticos incluem o alargamento da Rua da Carioca, em 1906, como mostra a figura 12, onde todos os imóveis do lado direito foram demolidos.



Figura 13: Alargamento da Rua da Carioca - RJ (1906).
Fonte: Arquitetando (2007).

No caso da reabilitação urbana, é um tipo de intervenção que busca melhorar o que já existe, valorizando as edificações antigas, preservando o patrimônio e melhorando as moradias. É uma maneira de dar novo uso a um lugar, sem perder sua identidade. Segundo a Carta de Lisboa (1995), a reabilitação visa a qualidade de vida dos moradores, envolvendo ações como a recuperação de edificações, a instalação de equipamentos urbanos e a promoção de infraestrutura básica. Moura et al. (2006) destaca que, em Portugal, a reabilitação ganhou força a partir da década de 1980, especialmente nos centros históricos, como forma de combater a degradação urbana sem recorrer à substituição do edifício.

Já a requalificação urbana é uma forma de intervenção que busca melhorar o funcionamento, a aparência e as condições sociais e econômicas de áreas da cidade que foram esquecidas com o tempo. O objetivo é trazê-las de volta à vida e integrá-las novamente ao ritmo atual da cidade. Um bom exemplo disso é a requalificação da Praça Marechal Deodoro, em Salvador, na Bahia (Figura 14). Diferente da renovação, que substitui o que existe por algo totalmente novo, a requalificação busca adaptar o espaço às necessidades, oferecendo nova infraestrutura, equipamentos e usos, mas sem mudar completamente a estrutura original do lugar. No entanto, como apontam Chou e Andrade (s.d.), quando guiada apenas por lógicas de mercado, requalificação pode levar à



Figura 14: Antes e depois da requalificação Urbana da Praça Marechal Deodoro - Salvador, Bahia.

Fonte: Arch Daily (2022).

padronização de soluções e a exclusão social, afastando os moradores em favor de interesses turísticos e imobiliários. Por isso, de acordo com a Carta de Lisboa (1995), a requalificação deve ser entendida como um processo integrado, respeitando as características locais e considerando o contexto atual de cada lugar.

“



A revitalização urbana desenvolve estratégias e promove um processo com carácter inclusivo e integrador, capaz de provocar iniciativas, projectos e actuações – de carácter transversal e sectorial –, sendo um instrumento de gestão colectiva do território com capacidade para utilizar como recursos próprios, programas urbanos muito diferenciados, de cariz mais social, económico ou cultural. (MOURA et al., 2006, p. 15)

”

Por fim, a revitalização urbana é um conceito amplo, que pode incluir outros tipos de intervenções. Segundo Barretto (2013), a revitalização urbana é um conjunto amplo e integrado de ações que visam recuperar as áreas urbanas em decadência, requalificando moradias, aprimorando o transporte e a mobilidade, regulando o uso do solo e promovendo o combate à marginalidade, de modo a restaurar suas dinâmicas sociais, econômicas e culturais de forma sustentável. A Carta de Lisboa (1995) afirma que a revitalização urbana aplica-se tanto a zonas com identidade consolidada quanto àquelas carentes de característica marcantes, sendo uma estratégia flexível e adaptável. Um exemplo é o projeto de revitalização do córrego

Cheonggyecheon, em Seul na Coreia do Sul. Nesse projeto, uma via elevada foi demolida para revitalizar o córrego e transformar a área em um parque linear, como mostra a figura 14. A intervenção trouxe de volta a natureza para a cidade, e também melhorou a vida social e econômica da região e trouxe benefícios para o meio ambiente. O projeto virou um exemplo de modernização sustentável, mostrando como a revitalização pode unir natureza, história e urbanização.



Figura 15: Córrego Cheonggyecheon em Seul, Coreia do Sul.
Fonte: Arch Daily (2024).

Nas práticas mais recentes, a cultura tem sido usada como uma forma de transformar e melhorar os espaços das cidades. Chou e Andrade (s.d.) observam que a revitalização dos centros históricos tem sido impulsionada por eventos culturais, que funcionam como catalisadores para a apropriação do espaço pela população.

Dessa forma, as intervenções urbanas devem ser planejadas com base em diagnósticos rigorosos e participação ativa da comunidade, respeitando as especificidades territoriais e culturais. O uso adequado de cada tipo de intervenção, deve considerar as dinâmicas existentes, o patrimônio material e imaterial e os objetivos de longo prazo da cidade. Como destaca a Carta de Lisboa (1995), o sucesso dessas intervenções está vinculado à sua capacidade de promover inclusão social, desenvolvimento sustentável e valorização da identidade urbana.

2.2.2 REQUALIFICAÇÃO URBANA

44

A requalificação urbana está cada vez mais presente nos debates sobre o futuro das cidades, refletindo a necessidade de adaptação dos espaços urbanos às exigências contemporâneas, sem ignorar seu passado. É um processo que visa revitalizar áreas urbanas degradadas, promovendo melhorias na infraestrutura, nos espaços públicos e na qualidade de vida da população, sem necessariamente separar a identidade histórica do lugar.



O termo “requalificação urbana” é muito usado por profissionais, políticos e pesquisadores. Ele envolve decisões políticas e econômicas que influenciam diretamente a forma como as pessoas vivem nas cidades. Segundo Sotratti (2005), requalificar não significa apenas reformar fisicamente um espaço, mas redefinir seus usos e funções, o que impacta as formas de habitar e as relações sociais. Como o autor destaca, “a requalificação urbana consiste na refuncionalização estratégica de áreas dotadas de patrimônio e objetos antigos que permaneceram inalterados no processo de transição do espaço urbano. [...] Motivada por ações políticas ou econômicas fortes” (Sotratti, 2005, p. 15-16).

Peixoto (2009) também diferencia a requalificação da reabilitação urbana, dizendo que, enquanto a reabilitação se volta à conservação e a renovação da edificação, sobretudo de uso residencial, a requalificação direciona principalmente ao entorno urbano e ao espaço público, com foco na reconversão funcional e na introdução de novas centralidades. Desse modo, “a requalificação urbana corresponde a uma prática de planificação ou de protecção urbanística de equipamentos e de infra-estruturas expostos à degradação e à obsolescência funcional.” (Peixoto, 2009, p. 46).

Além disso, a requalificação urbana está ligada aos desafios trazidos pelo processo de urbanização acelerada, que transferiu as atividades industriais para as periferias e provocou o esvaziamento dos antigos centros, tornando necessário a revalorização desses espaços. Nesse sentido, as intervenções urbanas tem um papel importante, especialmente ao promover um uso mais justo e eficiente do espaço, valorizando não só a aparência e a funcionalidade, mas também o aspecto social e único das cidades.

Segundo Sotratti (2005 p.4), “as novas formas de organização do espaço urbano, ao materializar intencionalidades econômicas e políticas, evidenciavam o desprezo das classes dominantes pelo sentido de pertencimento e de cidadania”. Isso revela que as intervenções, embora voltadas à modernização e à valorização do espaço, nem sempre consideram os interesses coletivos, podendo reforçar desigualdades e processos de exclusão social.

Portanto, requalificar um espaço urbano não é só fazer mudanças pontuais. É preciso ter um compromisso político e ético com a cidade e com as pessoas que vivem nela. Essas ações devem ser feitas de forma coletiva, com a participação da comunidade, e não podem ter como único objetivo valorizar imóveis ou apenas deixar o lugar mais bonito. O mais importante é melhorar a qualidade de vida, garantir o acesso igualitário a esses espaços e fortalecer a cidadania.

2.4 BENEFÍCIOS SOCIAIS

46

As intervenções urbanas tem papel importante na construção de percursos turísticos significativos, pois permitem reconectar os vínculos sociais e culturais de um território. Quando pensadas a partir de uma perspectiva que inclua a realidade local, essas ações promovem acessibilidade, segurança, integração comunitária e valorização cultural, elementos fundamentais para a experiência do visitante. Segundo Chou e Andrade (s.d.), ao planejar o espaço urbano, o arquiteto deve “projetar os lugares da cidade, visando salvaguardar os aspectos culturais já consolidados no uso dos cidadãos”, evidenciando que os espaços têm valor simbólico e devem ser adaptáveis pelas comunidades e aos fluxos de turistas.

Um dos principais ganhos sociais dessas intervenções está na valorização da identidade e da memória coletiva. Ao recuperar monumentos, praças e centros históricos, por exemplo, reforça-se o sentimento de pertencimento das populações locais e cria-se uma narrativa que pode ser compartilhada com o visitante. Isso é particularmente evidente nas reabilitações de núcleos históricos, que segundo a Carta de Lisboa (1995, art. 2) visa à “preservação da identidade dos núcleos históricos”.

Além disso, a criação de percursos turísticos a partir de intervenções bem conduzidas pode combater a exclusão socioespacial, ampliando a circulação em áreas antes marginalizadas. Segundo Vargas (2006), a clareza dos objetivos da intervenção é fundamental, e deve sempre perguntar: **“PARA QUEM ELA SE DESTINA?”** (Vargas, 2006, p.3). Essa pergunta é o ponto de partida para a construção de espaços realmente democráticos, capazes de incluir moradores e visitantes, promovendo não só lazer, mas também oportunidades de contato cultural. Moura et al. (2006) observam que a revitalização urbana tem caráter integrador e é capaz de gerar iniciativas de forte impacto social, como a dinamização da vida em bairros marginalizados, especialmente quando vinculada a práticas sociais e culturais que também se abrem ao turismo.

Por fim, as intervenções que estruturam percursos turísticos fortalecem a valorização dos espaços públicos como lugares de convivência, lazer e cultura. Requalificar prédios, praças, calçadas, parques e ruas não apenas melhora a qualidade de vida da comunidade, mas também enriquece a experiência do visitante, que encontra na cidade um espaço de encontro, diversidade e bem-estar.

2.5. BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

47

As intervenções urbanas aplicadas a percursos turísticos trazem diversos benefícios ambientais, principalmente quando são feitas com foco na sustentabilidade. Com as mudanças climáticas e o crescimento rápido das cidades, é importante enxergar a cidade como parte da natureza, funcionando como um ecossistema capaz de integrar os moradores e visitantes.

Uma das principais contribuições ambientais está na requalificação de áreas degradadas que compõem o trajeto dos percursos, que muitas vezes apresentam solo impermeabilizado, falta de vegetação e infraestrutura precária. Com a implementação de áreas verdes, o manejo sustentável da água, a melhoria da drenagem e o uso de materiais sustentáveis, é possível reduzir os impactos negativos da urbanização e qualificar a experiência turística. Segundo Moura et al. (2006), a revitalização pode ser uma oportunidade para a incorporar práticas ambientais mais sustentáveis, especialmente quando combinada a um planejamento urbano.

Dessa forma, a recuperação de áreas abandonadas devolve à cidade espaços mais permeáveis, sombreados e adaptados ao clima local, contribuindo para a redução das ilhas de calor, o aumento da biodiversidade e a melhoria da qualidade do ar e da água. Além disso, promover uma mobilidade urbana sustentável é fundamental. Percursos que privilegiam caminhadas, ciclovias e integração com transportes públicos estimulam tanto o deslocamento ecológico do turista quanto hábitos de menor impacto para a população, reduzindo emissões de gases de efeito estufa e poluentes. A substituição das largas avenidas por calçadas, ciclovias ou corredores de ônibus representa uma importante mudança com reflexos positivos na ecologia e na vida social.

A adoção de técnicas de construção com menor impacto ambiental, o uso de energias renováveis e a reutilização de materiais contribuem para reduzir o consumo energético e a pegada ecológica das cidades. Como afirma Latouche (2009), é necessário superar a lógica do crescimento ilimitado e repensar a cidade como espaço de convivência equilibrada com a natureza. O autor defende que a cidade do futuro deve estar baseada na redução do consumo, na relocação e na reconceituação do uso dos espaços urbanos.

Por fim, percursos turísticos proposto de forma sustentável pode desempenhar papel crucial na educação ambiental e na conscientização coletiva. Espaços bem projetados, que integrem elementos naturais e dispositivos informativos, oferecem ao visitante e à comunidade a oportunidade de aprender e valorizar o meio ambiente como bem comum.



3

3. CONDICIONANTES LEGAIS

50

A proposta de intervenção das três áreas do percurso turístico, precisa seguir normas que norteiam o planejamento urbano, como a preservação ambiental, a valorização cultural e o incentivo ao turismo sustentável. Por isso, foram analisadas leis e diretrizes em âmbito internacional, nacional e municipal, para servir como base para a elaboração do projeto. Embora o memorial, ponto final do percurso, não seja oficialmente tombado como patrimônio histórico, da mesma maneira que a Usina Itaicy, sua importância cultural exige atenção com as diretrizes que protegem bens com valor histórico ou turístico. Portanto, é essencial garantir que o projeto respeite as histórias locais, promova o desenvolvimento sustentável das regiões e ajude na preservação do meio ambiente.

3.1. LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS NO ÂMBITO INTERNACIONAL

3.1.1. CONVENÇÃO DA UNESCO SOBRE O PATRIMÔNIO MUNDIAL (1972)

A Convenção do Patrimônio Mundial estabelece que os Estados Partes, ou seja, os países que assinam e se comprometem formalmente com a convenção, tem a responsabilidade de “assegurar a identificação, a proteção, a conservação, a valorização e a transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural” (UNESCO, 1972, art. 1). No caso de obras arquitetônicas, como o Memorial Marechal Rondon, que não está listado como patrimônio cultural, o artigo 12 deixa claro que, “o fato de um bem pertencente ao patrimônio cultural ou natural não ter sido incluído em nenhuma das duas listas [...] não deverá, de forma alguma, ser interpretado como significando que ele não possui valor universal excepcional para outros fins que não aqueles resultantes da inclusão nessas listas” (UNESCO, 1972, art. 12).

Portanto, mesmo não estando listado como patrimônio tombado, o Brasil como Estado Parte tem o dever de valorizar e preservar bens culturais e naturais relevantes, tanto em âmbito nacional quanto regional.

3.1.2. AGENDA 2030 DA ONU – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados ao equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Entre os objetivos, se destaca a ODS 8, que visa “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos” (ONU, 2015).

O percurso turístico está ligada diretamente com a meta 8.9, que busca “elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais” (ONU, 2015). Dessa forma, a proposta contribui com os princípios da Agenda 2030 ao integrar preservação cultural e crescimento econômico, promovendo o turismo sustentável na região do pantanal Mato-grossense.

3.2. LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS NO ÂMBITO NACIONAL

3.2.1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 diz que é dever de todos entes federativos, nacional, federal, estadual e municipal, cuidar da preservação dos bens culturais e históricos. O artigo 23º, afirma que é responsabilidade de todos “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (Brasil, 1988, Art. 23º). Portanto, as edificações do percurso devem receber atenção e cuidado do poder público, com ações que valorizem sua importância para a sociedade e a educação.

Além disso, o artigo 225º da Constituição trata da responsabilidade coletiva em relação ao meio ambiente. Ele diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, 225º).

Por fim, artigo 180º afirma que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.” (Brasil, 1988, Art. 180º). Isso também vale para o turismo cultural e sustentável, que ajuda a preservar o meio ambiente, valoriza a história e a cultura local e ainda contribui para o desenvolvimento das comunidades.

3.2.2. ESTATUTO DA CIDADE (LEI Nº 10.257/2001)

O Estatuto da Cidade estabelece diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável, garantindo que o uso do solo atenda à função social da cidade e da propriedade. A lei define instrumentos e princípios que norteiam políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, a preservação do patrimônio cultural e o acesso livre aos espaços urbanos.

Entre suas diretrizes, o artigo 2º destaca a importância da “oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais”, bem como da ordem e controle do uso do solo, para evitar a deterioração das áreas urbanizadas e a poluição e a degradação ambiental (Brasil, 2001). Também é estabelecida a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (Brasil, 2001, Art. 2º).

Outros princípios importantes envolvem a “garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas” (Brasil, 2001, Art. 2º), bem como a “promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público” (Brasil, 2001, Art. 2º), impedindo o uso de materiais ou estruturas com efeito hostil contra pessoas vulneráveis.

3.2.3. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (LEI N° 6.938/1981)

A Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece os princípios e instrumentos para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no Brasil. Seu objetivo central é garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial para a qualidade de vida, junto com o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental.

Segundo o artigo 2º, a lei tem como um de seus princípios “ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo” (Brasil, 1981, Art.º2). Além disso, o artigo 4º estabelece que a política ambiental visa “à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” (Brasil, 1981, Art.º4). Esses fundamentos reforçam a importância de incluir a sustentabilidade no planejamento urbano, inclusive em áreas com valor ambiental e cultural.

3.2.4. POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO (LEI N° 11.771/2008)

A Lei nº 11.771/2008, Política Nacional de Turismo, estabelece diretrizes fundamentais para o desenvolvimento das atividades turísticas no Brasil. Essa legislação reconhece o turismo como uma ferramenta estratégica para o crescimento econômico e social do país, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de proteger o meio ambiente e valorizar as comunidades locais.

Entre seus princípios, o artigo 6º determina que é dever do poder público garantir a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural com relevância para o turismo (Brasil, 2008, Art. 6º). Já o artigo 5º define que o ecoturismo deve ser marcado por “condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural” (Brasil, 2008, Art. 5º). Essas diretrizes reforçam que o turismo vai além da atividade econômica, assumindo também

um papel importante na conservação ambiental e na valorização cultural. Dessa forma, promover práticas sustentáveis no turismo é essencial para que seu crescimento ocorra de maneira equilibrada e responsável.

A lei também prevê medidas para garantir essa proteção, como o inciso VI do artigo 9º, que autoriza o poder público a “propor o tombamento e a desapropriação por interesse social de bens móveis e imóveis, monumentos naturais, sítios ou paisagens cuja conservação seja de interesse público, dado seu valor cultural e de potencial turístico” (Brasil, 2008, Art. 9º). Além disso, o inciso VII do mesmo artigo permite propor a criação de unidades de conservação em áreas de grande beleza cênica ou relevância turística (Brasil, 2008, Art. 9º).

3.2.5. NORMA TÉCNICA DE ACESSIBILIDADE – NBR 9050/2021

A NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estabelece os parâmetros técnicos para garantir a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A norma busca assegurar que todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, possam utilizar os ambientes de forma segura, confortável e autônoma.

Segundo a norma, acessibilidade é definida como “a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano [...], por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida” (ABNT, 2021, p. 2).

Dessa forma, a NBR 9050 torna-se uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos mais inclusivos, abordando aspectos como dimensões mínimas de circulação, inclinações de rampas, sinalização tátil, altura de mobiliário, banheiros acessíveis, entre outros pontos fundamentais para promover a equidade no espaço urbano.

O Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012) estabelece as normas para a proteção da vegetação nativa e o uso sustentável dos recursos naturais, buscando garantir o equilíbrio ambiental. De acordo com o artigo 4º,

Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente [...] em largura mínima de: 1 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura” (BRASIL, 2012).

Esse mesmo artigo define também como APP “ as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de: 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros”, além das “as encostas ou partes destas com declividade superior a 45º , equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive” (BRASIL, 2012). No caso da Baía de Chacororé, a encosta não apresenta inclinação igual ou superior a 100%, portanto não se enquadra como APP, embora suas margens sejam consideradas áreas de preservação.

3.3. LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS NO ÂMBITO MUNICIPAL

3.3.1. LEI ORGÂNICA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER (1990)

Entre os principais condicionantes legais previstos na Lei Orgânica do Município de Santo Antônio de Leverger, destaca que é competência da administração municipal para “promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observando a legislação e a ação fiscalizadoras federal e estadual” (Lei orgânica de Santo Antônio, 1990, Art. 7º). O município também é responsável pelo planejamento e ordenamento territorial, incluindo o controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano, conforme o artigo 7º, incisos XVII e XVIII.

Além disso, é dever do poder público local a execução de obras públicas, a conservação de prédios e espaços públicos, e a promoção de políticas públicas que visem a valorização do patrimônio cultural e a melhoria da qualidade urbana, como previsto no artigo 7º e 14º da mesma legislação.

3.3.2. PDDI - REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ (2017)

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) é um instrumento de planejamento para regiões metropolitanas. Ele orienta o crescimento dos municípios de forma conjunta, buscando o desenvolvimento equilibrado, a redução das desigualdades e o uso sustentável do território.

Na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, o PDDI identifica os principais desafios sociais, econômicos e ambientais de municípios como Santo Antônio de Leverger, que, mesmo fazendo parte da região metropolitana, enfrenta limitações estruturais, especialmente por não possuir plano diretor. O diagnóstico destaca que Leverger apresenta crescimento lento, com predominância de população rural e uma baixa densidade demográfica, o que evidencia a necessidade de políticas públicas adequadas ao seu contexto (PDDI, 2017).

4

4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

58

Para entender melhor como requalificar espaços urbanos, foram analisados projetos de referência, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional, que abordam propostas parecidas. Esses exemplos ajudam a pensar em soluções arquitetônicas e sustentáveis que levem em conta o clima, paisagem, circulação, acessibilidade e memória do lugar.

4.1. PROJETOS DE REFERÊNCIA

4.1.1. ROTA TURÍSTICA DE EGGUM, NORUEGA (2007)

A Rota Turística de Eggum, localizada na região de Lofoten, na Noruega, é um exemplo de como a arquitetura pode se integrar a paisagem natural de maneira sustentável. Projetada pelo escritório norueguês Snohetta e concluída em 2007, a obra fez parte do projeto da rota turística E10 da Administração Norueguesa de Estradas Públicas (ArchDaily, 2013).

O projeto está localizado em uma área costeira, onde se localiza as ruínas de uma antiga estação de radar da Segunda Guerra Mundial que permanecem como marco histórico. O principal desafio do projeto foi criar uma infraestrutura turística que atendesse às necessidades dos visitantes sem comprometer a integridade ambiental e visual



Figura 16: Edifício de serviços da rota turística de Eggum.
Fonte: Arch Daily (2013).

do local. De acordo com a ArchDaily (2013), “o terreno em si determinou a localização das áreas de montagem para autocaravanas, estacionamento para carros e a implantação do volume de serviços”. Essa escolha demonstra que o desenho arquitetônico foi orientado pela topografia, valorizando as formas naturais do terreno como guia do projeto. O edifício de apoio (Figura 18), parcialmente enterrado, contém sanitários e uma pequena área de convivência, e utiliza materiais que reforçam a integração com o contexto. Segundo ArchDaily (2013), “a escolha de materiais foi largamente determinada pelo próprio local. Todos os gabiões foram preenchidos com pedras do próprio terreno”. Essa decisão expressa um compromisso com a sustentabilidade e a identidade local, pois reduz a necessidade de transporte de materiais e reforça a estética natural da paisagem.



Figura 17: Muro de Gabião da edificação da rota turística de Eggum.
Fonte: Arch Daily (2013).

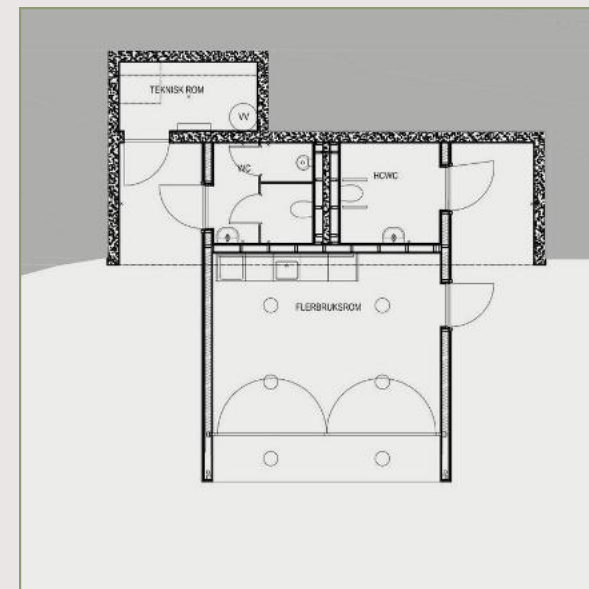


Figura 18: Planta baixa da Edificação turística de Eggum.
Fonte: Arch Daily (2013).

Além da integração ambiental, a funcionalidade também é um ponto de destaque. O projeto oferece áreas de estacionamento para carros e motorhomes, espaços de descanso e mirantes que proporcionam uma vista privilegiada do mar. Conforme Landezine (2015, n. p.), o estacionamento foi projetado “de forma que todos os veículos estacionados tenham vista para o mar”, o que evidencia uma atenção à experiência individual do visitante e à contemplação da natureza.

Assim, a Rota Turística de Eggum representa uma referência na relação entre arquitetura, natureza e sustentabilidade. O projeto demonstra que é possível criar espaços turísticos funcionais e esteticamente marcantes sem agredir o meio ambiente.



Figura 19: Edificação turística de Eggum.
Fonte: Arch Daily (2013).

4.1.2. REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO ARENA BSB (2019)

A requalificação do Complexo Arena BSB, proposta pelo escritório ARQBR Arquitetura e Urbanismo, representa uma importante iniciativa para reinserir o Estádio Mané Garrincha e seu entorno no contexto urbano de Brasília. O projeto parte do princípio de que o espaço do Estádio Mané Garrincha e seu entorno não devem funcionar apenas como palco de eventos pontuais, mas como parte ativa da cidade, disponível à população todos os dias, visando transformar a área originalmente monumental em um espaço mais acessível e integrado a cidade (Archello, s.d.). Essa



Figura 20: Proposta de requalificação do Complexo Arena BSB.
Fonte: ARQBR (2019).

proposta foi vencedora do Concurso Nacional de Arquitetura promovido em 2019 pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-DF).

O projeto segue diretrizes que valorizam a ocupação gradual do terreno, com implantação por etapas e estrutura modular. Isso permite que o espaço seja flexível e possa se adaptar no futuro, facilitando seu uso contínuo. A organização dos lotes respeita a lógica urbana existente, propondo novas conexões visuais, funcionais e de mobilidade com a área ao redor.



Figura 21: Masterplan proposta de requalificação do Complexo Arena BSB.
Fonte: ARQBR (2019).

Um dos pontos centrais da proposta é o Boulevard Arena, concebido como um eixo de conexão interna e externa. Seu traçado conecta os diferentes setores do complexo, promovendo fluidez nos percursos de pedestres e ciclistas. Como mostra a figura 21, o desenho do bulevar, com vias compartilhadas, praças lineares e eixos de drenagem natural, demonstra a preocupação com a mobilidade ativa e com a integração entre arquitetura e paisagem. Segundo os autores, trata-se de “sistema flexível, ativo, dinâmico e acessível, articulado por ruas, praças e eixos ordenadores, que se conectam com todo o complexo em seus diversos níveis e com o entorno por meio das praças de mobilidade” (ARQBR, 2019).

Outro destaque é o projeto paisagístico, elaborado em acordo com as diretrizes ambientais da região. A vegetação selecionada é composta majoritariamente por espécies nativas do Cerrado, o que reforça a identidade regional e contribui para estratégias ecológicas, como infiltração de água no solo, sombreamento natural e redução do efeito de ilhas de calor. Conforme descrito, “árvores nativas irão qualificar e sombrear o perímetro da gleba, os eixos de circulação de pedestres e partes das áreas de estar” (Jardins do Cerrado, 2020).

Assim, o projeto da Arena BSB apresenta soluções ambientais e sociais bem integradas. Sua principal característica é mudar o visual do espaço, e também criar um novo centro urbano, que traga mais vida para o local e ajude as pessoas a se sentirem parte dele. A combinação entre paisagismo, mobilidade, infraestrutura e espaços públicos mostra uma visão moderna e mais aberta da cidade, focada nas necessidades das pessoas no dia a dia.



Figura 22: Vista aérea da Proposta de requalificação do Complexo Arena BSB.
Fonte: ARQBR (2019).

4.1.3. CENTRO CÍVICO DE SANTO ANDRÉ, SÃO PAULO (1965)

63

O Centro Cívico de Santo André, foi projetado pelo arquiteto Rino Levi em 1965, é um dos exemplos mais marcantes da arquitetura moderna no Brasil, especialmente do estilo brutalista. Segundo o site Arquitetura Brutalista (s.n.), o Centro Cívico foi construído em um terreno com desnível de cerca de 10 metros, com uma área de 110.000 m², o conjunto foi projetado em três patamares que acompanham a topografia natural, evitando grandes cortes ou aterros. Essa solução permitiu o acesso aos diferentes prédios, interligados por escadarias, rampas e áreas abertas, favorecendo a circulação e áreas abertas com o entorno urbano.



Figura 23: Vista aérea Centro Cívico de Santo André - SP.
Fonte: Nelson Kon (s.n.).

Um dos pontos principais do projeto é como a parte externa se conecta com as edificações. A praça central, com cerca de 30.000 m², liga a prefeitura, a câmara municipal, o teatro e a biblioteca. Mais do que um lugar de passagem, ela é um espaço vivo e acolhedor, com caminhos amplos, áreas de descanso e espaços de convivência.

O paisagismo feito por Roberto Burle Marx em 1967, reforça a integração entre arquitetura e natureza. Ele usou vegetação tropical, formas orgânicas, espelhos d'água e materiais naturais para criar um ambiente agradável e funcional (Casarin, 2018). Uma das características mais marcantes é o espelho d'água em frente da câmara, que além do valor estético, contribui para o conforto térmico do local. Segundo Casarin (2018, p.120), “Por tratar-se de um jardim urbano e em vista da excessiva área de pavimentação necessária ao intenso fluxo de pedestres, os planos d'água atuam aumentando a inércia térmica e, junto com as vegetações, ajudam melhorar a qualidade do ar”.

Outro destaque é a calçada, como observado na figura 24, o chão da praça foi desenhado com mosaicos de pedra portuguesa, que criam formas geométricas, misturando curvas e linhas retas. Esses desenhos ajudam a guiar as pessoas e tornam a experiência mais interessante.

Além do paisagismo, Burle Marx também criou esculturas e painéis em concreto aparente que dialogam com a arquitetura os edifícios que possui 16 metros de altura. Esses elementos



Figura 24: Vista aérea espelho d'água - Centro Cívico de Santo André - SP.
Fonte: Nelson Kon (s.n.)



Figura 25: Vista aérea mosaicos de pedra - Centro Cívico de Santo André - SP.
Fonte: Nelson Kon (s.n.)

aumentam o valor artístico do espaço público e estabelecem relações visuais com a arquitetura dos edifícios (Casarin, 2018).

A praça cívica é completamente aberta, sem barreiras, permitindo livre acesso da população. Ela conecta diretamente com as ruas ao redor, sendo usada diariamente por moradores e também em eventos públicos, como feiras, manifestações e atividades culturais. O projeto mostra uma visão moderna de espaço público mais acessível e integrado a cidade.



Figura 26: Vista aérea Centro Cívico de Santo André - SP.

Fonte: Nelson Kon (s.n.).

4.2. ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS

A Tabela 01 foi criada para facilitar a compreensão dos projetos de referência citados no item 4.1. Ela resume informações importantes, como localização, área construída, usos, materiais e técnicas construtivas, permitindo comparar as propostas e identificar quais soluções podem ser aplicadas dentro das áreas de intervenção da rota turística proposta.

Entre as referências, nota uma preocupação comum em integrar a arquitetura a paisagem e em valorizar o uso coletivo dos espaços. A Rota Turística de Eggum, na Noruega, se destaca pela harmonia entre construção e natureza, pois o edifício de apoio parcialmente enterrado e o uso de pedras do próprio terreno mostra o respeito ao ambiente e a topografia.

Já o Complexo Arena BSB, em Brasília, propõe a requalificação de um espaço urbano monumental, transformando em um lugar mais acessível. O projeto enfatiza mobilidade ativa, vegetação nativa e flexibilidade de uso, buscando equilibrar sustentabilidade e vitalidade urbana. E o Centro Cívico de Santo André se destaca por praças amplas, vegetação e percursos generosos, que favorecem a convivência e o uso

Tabela 01: Análise das referências

ATRIBUTO	VARIÁVEIS	PROJETOS DE REFERÊNCIA		
		PROJETO 01	PROJETO 02	PROJETO 03
ESTRUTURA FÍSICA	Nome do projeto	Rota Turística Eggum	Complexo Arena BSB	Centro Cívico de Santo André
	Localização	Eggum, Noruega	Brasília, DF	Santo André, SP
	Projeto executivo	Sim	Não	-
	Ano de construção	2007	-	1965
	Funcionamento	Ativo	-	Ativo
	Área do projeto (m²)	59m² Área Do Terreno: 5.500 m²	188.175 m²	110.000m²
	Uso/função	Rota Turística	Misto e multifuncional	Intitucional/Parque público
	Materiais/ sistema construtivo	Materiais naturais e brutos, pedra morainic, madeira, cascalho, areia e concreto	Concreto armado, elementos modulares e pré-fabricados, pavimentação permeável, vegetação nativa, materiais sustentáveis.	Cncreto aparente, pisos de mosaico de pedra portuguesa, vegetação tropical e espelhos d'água, materiais naturais.

público. Esses aspectos serviram como base para elaborar soluções voltadas a acessibilidade, ao conforto ambiental e a integração entre os espaços.

O estudo das referências projetuais mostra que, embora inseridos em contextos distintos, os três projetos compartilham princípios relevantes, como a integração com o entorno, a valorização do espaço público e uso de materiais que dialogam com o ambiente. Essas estratégias podem orientar o desenvolvimento da rota turística proposta, reforçando a importância de unir a funcionalidade, sustentabilidade e identidade regional.

5

5.1. ASPECTOS URBANOS

5.1.1 PERCURSO PROPOSTO

Como forma de dar sentido aos diversos patrimônios culturais e naturais da região em estudo, o presente trabalho de conclusão de curso propõe a criação de um percurso histórico-turístico, intitulado “Preservando a memória: sobre as águas do Pantanal”. Este percurso visa conectar elementos históricos, culturais e naturais que configuram a identidade regional dos municípios de Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço. O trajeto integra pontos de grande relevância para a memória local e para a experiência turística, como o Museu da Viola de Cocho (01), Orla de Santo Antônio do Leverger (02), a Usina Itaicy (03), a Orla de Barão de Melgaço (04), as Ruínas da Guerra do Paraguai (05), a Baía de Chacororé (06), a Baía de Siá Mariana (07), a Escola Estadual Santa Claudina (08) e o Memorial Marechal Rondon (09). Outros locais também poderão futuramente ser incorporados ao percurso, como a Igreja Matriz de Santo Antônio do Leverger e a Usina Tamandaré.

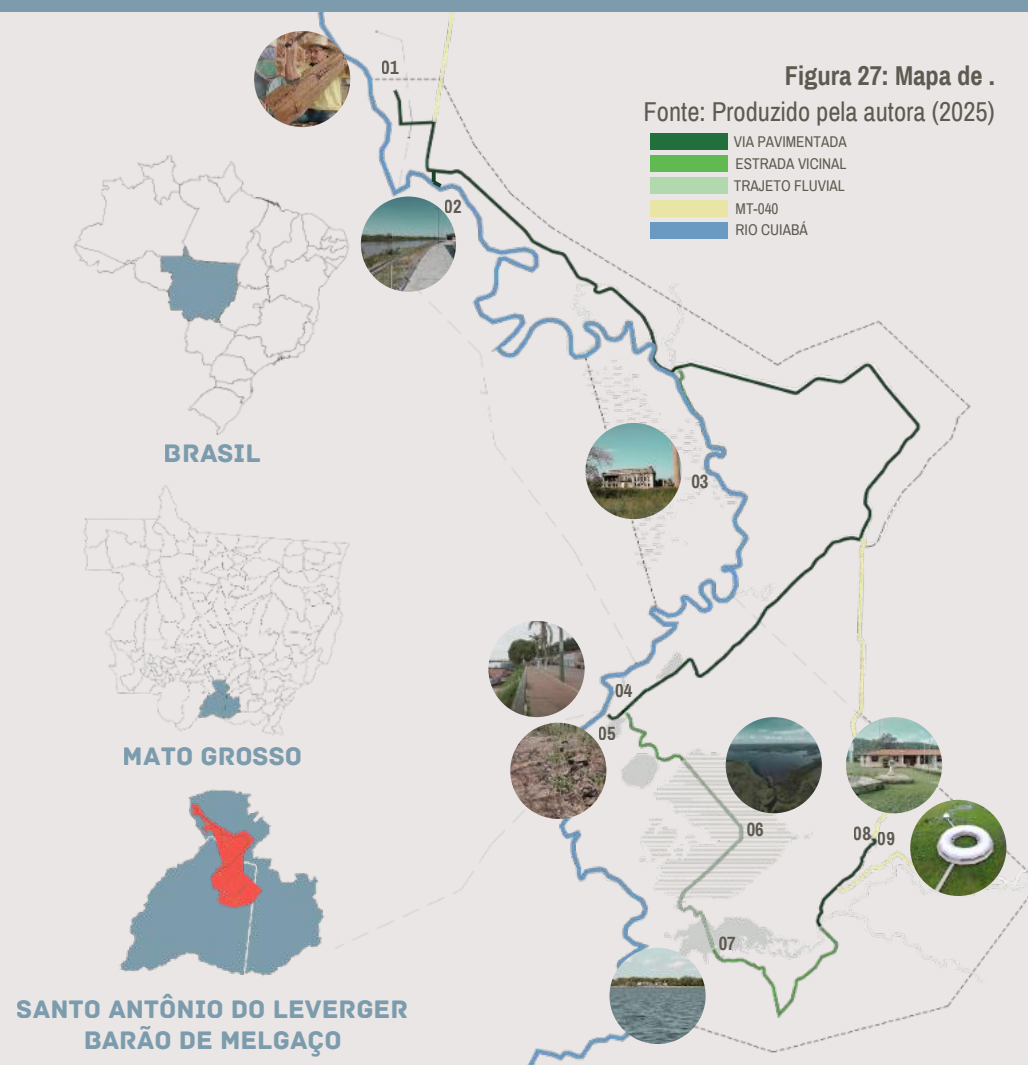




Figura 28: Interior do Museu da Viola de Cocho.

Fonte: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/arteso-mantm-tradio-da-viola-de-cocho-e-ensina-futuras-geraes>

O roteiro começa em Varginha, distrito de Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso, no Museu da Viola de Cocho, espaço que preserva um grande símbolo da cultura de Mato Grosso. A viola de cocho é reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN, é produzida artesanalmente e está presente em manifestações culturais como o cururu e o siriri, expressando a identidade e a riqueza simbólica do pantanal e da baixada cuiabana (IPHAN, 2005).

Segundo o portal Turistando MT (s.d.), no museu o visitante conhece o instrumento, e também os saberes e técnicas artesanais passados por gerações, celebrando uma tradição vive e carregada de significado até hoje, em festas tradicionais da região. O museu foi fundado por Alcides Ribeiro, no quintal de sua residência, com o objetivo de valorizar e preservar a história e a tradição da viola de cocho que tem grande importância cultural para Mato Grosso.

Para a integração com o percurso, busca implementar ações que aproximem o público da tradição e que torne o espaço mais inclusivo, como oficinas de confecção do instrumento, que pode favorecer a participação mais ativa do visitante, como também apresentações culturais nas áreas externas do museu, que reforça a convivência e a identidade local. Além de implementar recursos como audiodescrição, libras e o braile, que reforçam a acessibilidade, permitindo a inclusão de pessoas com deficiência, para que todos os visitantes compartilhem a mesma experiência, pois segundo a Declaração Internacional de Direitos Humanos (1948), “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”. Dessa forma, o foco é que o museu se torne ainda mais um espaço de vivência cultural inclusiva.

Continuando em Santo Antônio do Leverger, a antiga Praia da Vereda, sempre foi um importante espaço de lazer e convivência nas margens do Rio Cuiabá. Contudo ao passar dos anos o local sofreu intenso processo de degradação ambiental, marcado pelo descarte de resíduos, desmatamento e ocupação irregular. Estudos recentes confirmam que a área apresenta problemas como poluição do solo, poluição da água, proliferação de vetores e comprometimento da estética do local (Pinto e Manfrin, 2024) fatores que contribuíram para a perda de visitantes e do seu potencial turístico.

Atualmente, a obra no local está quase concluída e busca reorganizar o espaço público e preparar a região para futuras intervenções. O projeto de revitalização foi elaborado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA), prevendo a instalação de uma “área urbanizada, com calçadão, dois bares, playground coberto, espaços de convivência, estacionamento, arborização e iluminação para uso também no período noturno”(SINFRA, 2025). Apesar de apresentar potencial econômico e turístico, o projeto apresenta inconsistências diante das normas ambientais que regem as áreas de preservação permanente (APP).

Entre as fragilidades observadas, se destaca a ampla pavimentação em APP sem integração adequada com a vegetação nativa, comprometendo funções ecológicas essenciais. Junto com a ausência de planejamento paisagístico, incluindo a falta de espécies arbóreas que garantam sombreamento e conforto térmico nas áreas de permanência. Assim, a proposta, embora promissora, ainda carece de ajustes que assegurem sustentabilidade ambiental, respeito à legislação e melhor qualidade dos espaços públicos para a comunidade e visitantes.



Figura 29: Vista aérea da obra da Orla de Santo Antônio do Leverger.

Fonte: SINFRA, 2025I



Figura 30: Obra da Orla de Santo Antônio do Leverger.

Fonte: SINFRA, 2025

Ainda em Santo Antônio, o visitante encontra a Usina Itaicy, que foi inaugurada em 1897 as margens do rio Cuiabá, considerada na época a maior usina de açúcar do estado e um dos mais importantes de Mato Grosso no final do século XIX e início do XX (Breve História da Usina de Itaicy, s.d.). Foi criada por Joaquim José Paes de Barros, a usina simbolizou “não apenas a força econômica da cana em Mato Grosso, mas um modelo de organização social em torno do trabalho” (Breve História da Usina de Itaicy s.d., p.6, apud Fontes de Oliveira; Figueiredo de Sá s.d.).

Além de sua relevância econômica, quando em funcionamento, de 1897 a 1957, a usina também oferecia escola, biblioteca, farmácia, moradias para seus trabalhadores, o que reforçava

sua importância social (História da Usina de Itaicy, s.d.). Pelo seu valor histórico, arquitetônico e cultural, a usina Itaicy foi tombada como Patrimônio Histórico Cultural de Mato Grosso em 8 de janeiro de 1984.

De acordo com Sotratti (2005), a requalificação de espaços históricos representa uma “forma de ressaltar a identidade local e, ao mesmo tempo, conduzir as áreas dotadas de patrimônio a novas dimensões de desenvolvimento”. Assim, a usina pode ser requalificada como espaço de contemplação, favorecendo o turismo contemplativo, junto com a criação de um acesso fluvial e a implantação de estruturas de apoio. Essas medidas são fundamentais para garantir conforto, segurança e permanência dos visitantes. Dessa forma, o objetivo é transformar a Usina Itaicy em um espaço de preservação que possibilite novos usos turísticos e culturais.



Figura 31: Vista da Usina Itaicy a partir do rio Cuiabá

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Usina_do_Itaicy.jpg



Figura 32: Vista aérea da Orla de Barão de Melgaço.

Fonte: <https://www.rdnews.com.br/executivo/conteudos/192747> (2024).

O percurso contempla também a Orla Municipal de Barão de Melgaço, um dos principais espaços de encontro da cidade, localizada nas margens do rio Cuiabá. Esse ponto concentra atividades sociais, de lazer e turismo, reforçando a relação entre a comunidade ribeirinha e o ambiente natural.

Atualmente, encontra-se em elaboração um projeto de revitalização pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA), que prevê a implantação de quiosques, playground, uma plataforma elevatória para embarcações, além de marina pública e infraestrutura náutica (SINFRA, 2025). Entretanto, embora apresente potencial para impulsionar o turismo e a economia local, o projeto mostra inconsistências em relação às legislações ambientais aplicáveis às áreas de preservação permanente (APP).



Figura 33: Projeto de intervenção na Orla de Barão de Melgaço proposto pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec) e Infraestrutura e Logística (Sinfra).

Fonte: <https://www.vgnoticias.com.br/cidades/apos-governador-chamar-cidade-de-miseravel-e-pauperrima-orka-de-r-12-milhoes-nao-atrai-empresarios/116990> (2024)



Figura 34: Projeto de intervenção na Orla de Barão de Melgaço proposto pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec) e Infraestrutura e Logística (Sinfra).

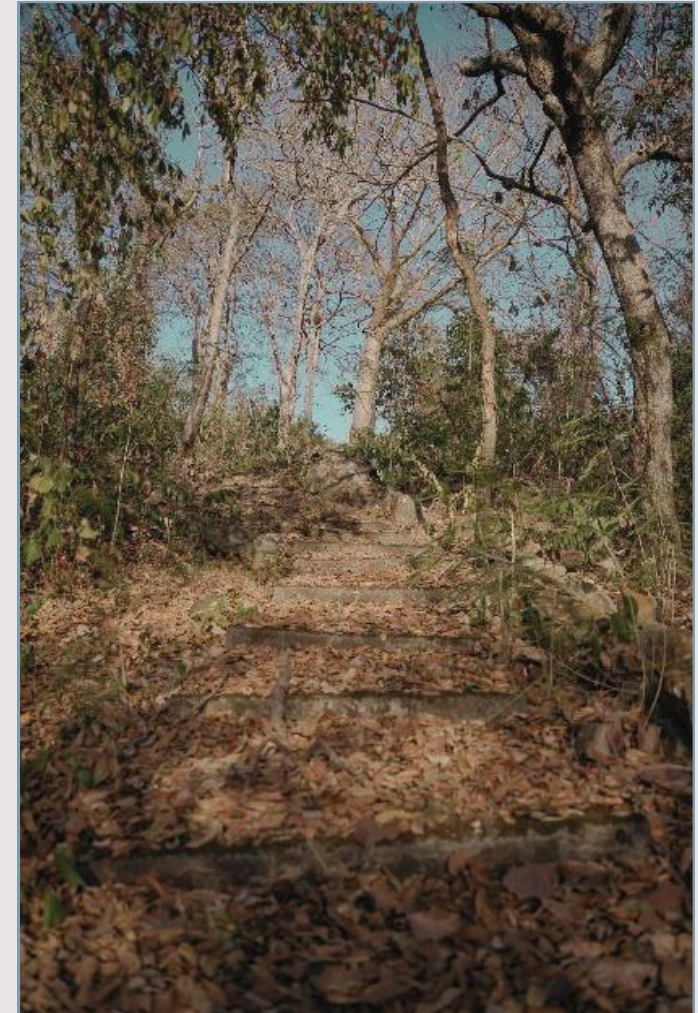
Fonte: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2025/04/01/governo-de-mt-lanca-licitacao-para-construcao-de-orkas-em-2-municipios-com-investimento-de-r-246-milhoes.ghml> (2025)

Observa-se, a existência de uma extensa área pavimentada em APP, sem a devida consideração pela integração com a vegetação nativa, o que compromete tanto a função ecológica da área quanto a experiência ambiental dos visitantes. Além disso, a atual proposta carece de um planejamento paisagístico que dialogue a paisagem local, incluindo a ausência de espécies arbóreas que proporcionem sombreamento adequado para as áreas de estar e lazer, limitando o conforto térmico e a qualidade ambiental nos espaços de uso público.

Ainda em Barão de Melgaço, os visitantes conhecem as ruínas da Guerra do Paraguai, conhecidas também como Trincheiras de Leverger. Construídas entre 1865 e 1867, durante o conflito, elas são testemunhas da história local, que, segundo o Portal Mato Grosso (2017), “o almirante Leverger notabilizou-se ao mandar erigir uma trincheira fortificada nas colinas de Melgaço, no período da Guerra do Paraguai, à margem do Rio Cuiabá, para conter tropas paraguaias que estariam para invadir a capital mato-grossense.”

O local preserva vestígios de um dos conflitos mais marcantes da história do Brasil. A instalação de passarelas suspensas e painéis explicativos pode garantir uma visita segura e educativa, que, segundo o IPHAN (2007), “o turismo é uma atividade que conduz à produção de interpretações, ao permitir e estimular que as populações nativas vivenciem seu passado.”

Figura 35: Ruínas da Guerra do Paraguai em Barão de Melgaço - MT.
Fonte: JPAES (2024)



Seguindo pelo município, o roteiro contempla dois grandes símbolos naturais do Pantanal: a baía de Chacororé e a baía Siá Mariana. De acordo com o Projeto de Lei nº 32/2018, “Chacororé é a maior baía do pantanal, com 64 Km de extensão por 16 de largura. Ela tem formato de coração e é uma das mais belas para se conhecer” (Mato Grosso, 2018, p.2). Ainda conforme o documento, “durantes as cheias, ela se liga a baía Siá Mariana, através de corixos, por meio da planície alagável, chegando a atingir 450 Km de extensão” (Mato Grosso, 2018, p.2), formando um grande conjunto aquático e servindo como importante berçário natural de peixes.



Figura 36: Baía Siá Mariana em Barão de Melgaço - MT.
Fonte: G1 MT (2021)

A baía de Chacororé se destaca pela beleza cênica, pela diversidade de aves e pela presença de animais silvestres. Para incentivar o ecoturismo, a proposta inclui a implantação de estruturas sustentáveis, como pousada de baixo fluxo, marinas, mirantes de observação e píeres flutuantes. Além disso, guias locais podem conduzir passeios educativos e científicos, valorizando o espaço e garantindo sua preservação ambiental.

Ligada a Chacororé, a baía Siá Mariana também apresenta um ambiente rico em biodiversidade. Ela “possui uma área de 50 km² e oferece condição ideal para a pesca esportiva e o turismo de contemplação.” (Mato Grosso, 2018, p.3). Em sua margem já existem pousadas e restaurantes que oferecem passeios de barco, observação de aves e safáris fotográficos. A proposta prevê ainda marinas para passeios, rotas de canoagem e áreas de contemplação com pontos de apoio ecológicos, promovendo um uso responsável do ambiente natural.

O percurso segue para Mimoso, distrito de Santo Antônio do Leverger, com a visita a Escola Estadual Santa Claudina, fundada em 1948 por iniciativa do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. De acordo com Eduardo Gomes (2021), “aos 81 anos sentiu que precisava levar adiante um sonho há muito acalentado: construir uma escola na sua terra e lhe dar o nome de Santa Claudina, para reverenciar a memória de sua mãe.”

Segundo Rômulo Queiroz (2019), Rondon utilizou recursos recebidos de uma de suas missões para a “construção da Escola Rural Mista Santa Claudina, no local em que nasceu e onde depositou os restos mortais de sua mãe” (Rômulo Queiroz, 2019). Em novembro de 2012, a escola foi tombada pela Portaria nº 037/2012 como patrimônio cultural, abrangendo a fachada da edificação e o acervo mobiliário pertencente ao Marechal Cândido Rondon. Para o percurso, a proposta prevê a restauração do prédio e a promoção de visitas guiadas e exposições do acervo.

Figura 37: Escola Estadual Santa Claudina no distrito de Mimoso- Santo Antônio de Leverger
Fonte: SINTEP MT (2023)



Por fim, o roteiro se encerra no Memorial Marechal Rondon, que homenageia a trajetória do militar e indigenista Cândido Mariano. A Prefeitura de Santo Antônio de Leverger (2013) destaca que a estrutura foi erguida “sobre as águas de uma baía da cidade onde nasceu o Marechal”, com o objetivo de evidenciar sua história para aqueles que ainda não a conhecem (Prefeitura De Santo Antônio De Leverger, 2013).



Figura 38: Memorial Marechal Rondon em Santo Antônio do Leverger - MT.

Fonte: G1 MT (2025)

As propostas de intervenção incluem a revitalização do edifício e do paisagismo, a ampliação do acervo, a instalação de espaços interativos e de estruturas de apoio, como banheiros, estacionamento e áreas de convivência, fundamentais para melhorar a experiência dos visitantes. No entorno, estão previstas trilhas, áreas de descanso e sinalização turística, fortalecendo a integração do memorial com a paisagem natural de Mimoso.

Assim, a rota turística mostra a característica do Pantanal mato-grossense como território onde a natureza e a cultura se encontram. Ao conectar marcos históricos, culturais e naturais, o percurso não apenas resgata e valoriza a memória local, mas também promove práticas de turismo sustentável que respeitam o ciclo das águas e o sentimento de pertencimento das comunidades ribeirinhas. Dessa forma, a proposta contribui para fortalecer a identidade da região, ampliar o reconhecimento da importância socioambiental do Pantanal e estimular experiências de contemplação e aprendizado que aproximam visitantes e moradores da história e da paisagem.

5.1. ASPECTOS URBANOS

79

5.1.2 BIOMAS

O estado de Mato Grosso abriga três dos principais biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado e Pantanal. Este último ocupa aproximadamente 6,8% do território estadual e se destaca na região sul, onde estão localizados os municípios de Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger (Figura 39). Segundo GEO Portal da SEMA, nessa área, predominam os biomas Cerrado e Pantanal, sendo este o principal entre os pontos de intervenção do projeto.

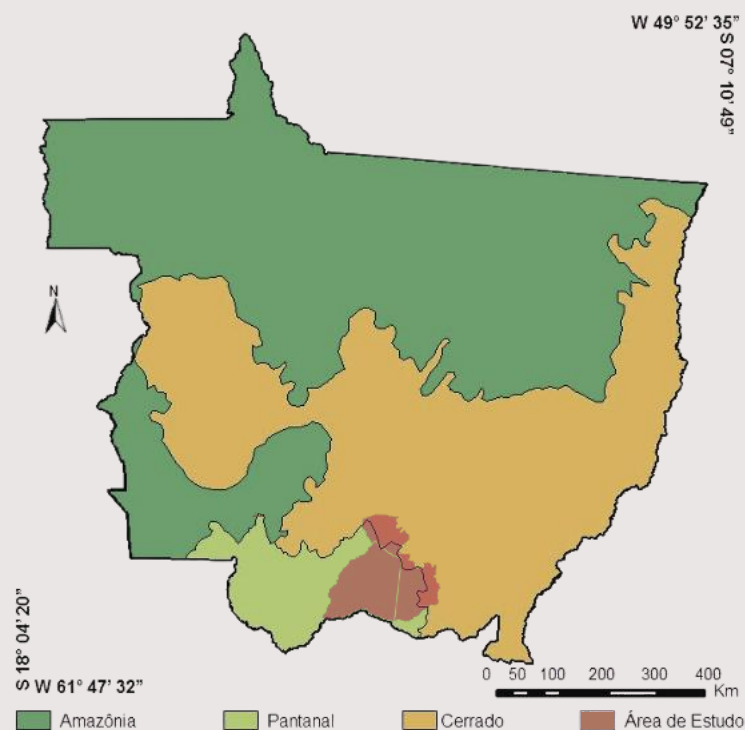


Figura 39: Biomas do Mato-Grosso.

Fonte: Produzido pela autora (2025).

5.1.3. CLIMA

80

O clima da região do Pantanal é tropical sazonal, caracterizado por duas estações bem definidas, uma de seca, que ocorre entre os meses de maio e setembro, e uma chuvosa, que concentrada entre outubro e abril (Figura 40). Durante o período seco, tem uma redução significativa nas precipitações e temperaturas mais amenas, especialmente entre junho e agosto. Já na estação chuvosa, a precipitação aumenta consideravelmente, e as temperaturas máximas se mantêm elevadas, próximas de 35°C, enquanto as mínimas ficam em torno de 22 °C, resultando em um clima quente e úmido típico da planície pantaneira.

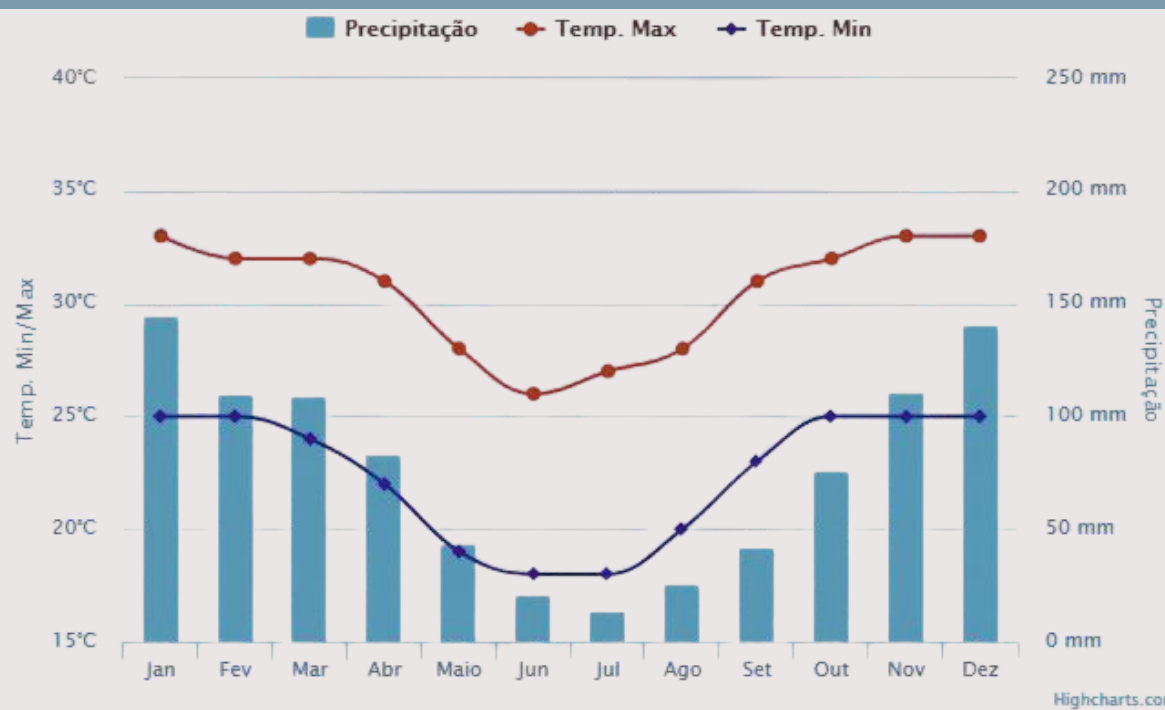


Figura 40: Gráfico de precipitação e temperatura média anual do bioma do pantanal

Fonte: <https://pantanalSantaClara.com.br/page/MzY1/sobre-o-pantanal>

5.1.4. VEGETAÇÃO

81

A vegetação do Pantanal é extremamente diversificada, resultado da transição entre diferentes biomas, como o Cerrado. Essa variedade cria uma diversidade nas paisagens que muda conforme o regime das cheias. Durante o período seco, predominam campos abertos e gramíneas, que servem de pastagem natural para a fauna local. Já nas áreas mais úmidas e alagáveis, surgem buritizais, aguapés, ipês, e vegetações adaptadas às variações do nível da água. No entanto, nas áreas específicas de intervenção, apesar do bioma predominante ser o Pantanal, observa-se uma forte presença de espécies típicas do Cerrado (Figura 41).

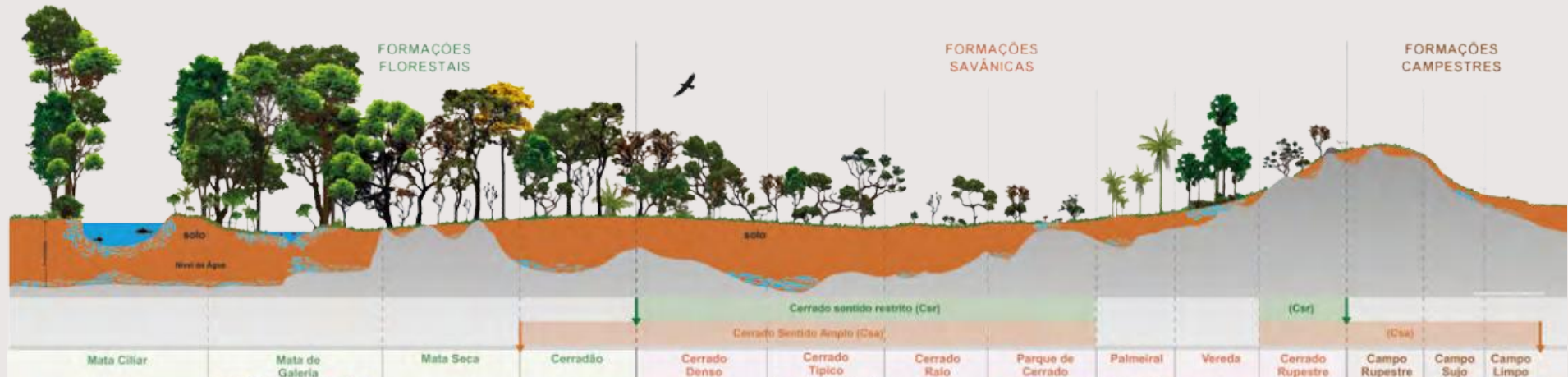


Figura 41: Principais fitofisionomias do bioma Cerrado.

Fonte: Guia de plantas do Cerrado para recomposição da vegetação nativa - EMBRAPA (2022)

5.2. JUSTIFICATIVA DOS TERRENOS

82

5.2.1. PONTO 03 - USINA ITAICY

Mato Grosso teve sua história marcada pela produção da cana-de-açúcar e pela sua industrialização. No século XIX e início do XX, os ciclos de cheias do rio Cuiabá favoreciam o cultivo da cana-de-açúcar, o que levou a transformação dos antigos engenhos em usinas movidas por equipamentos mais modernos, muitos importados da Europa (Oliveira, 2019). Depois da Guerra do Paraguai, e com a abertura da navegação pelo rio Cuiabá teve uma expansão da sua produção fortalecendo o “ciclo do açúcar”, em que “a indústria do açúcar gerou uma elite que liderou a vida social, ocupando os espaços e se projetando na história econômica e política mato-grossense” (Oliveira, 2019, p. x apud Póvoas, 2000, p. 18).

Em 1914, havia cinco usinas em funcionamento no estado: a usina São Gonçalo, Conceição, Aricá, Flexas e a usina Itaicy, todas às margens do rio Cuiabá, como mostra a figura 42.

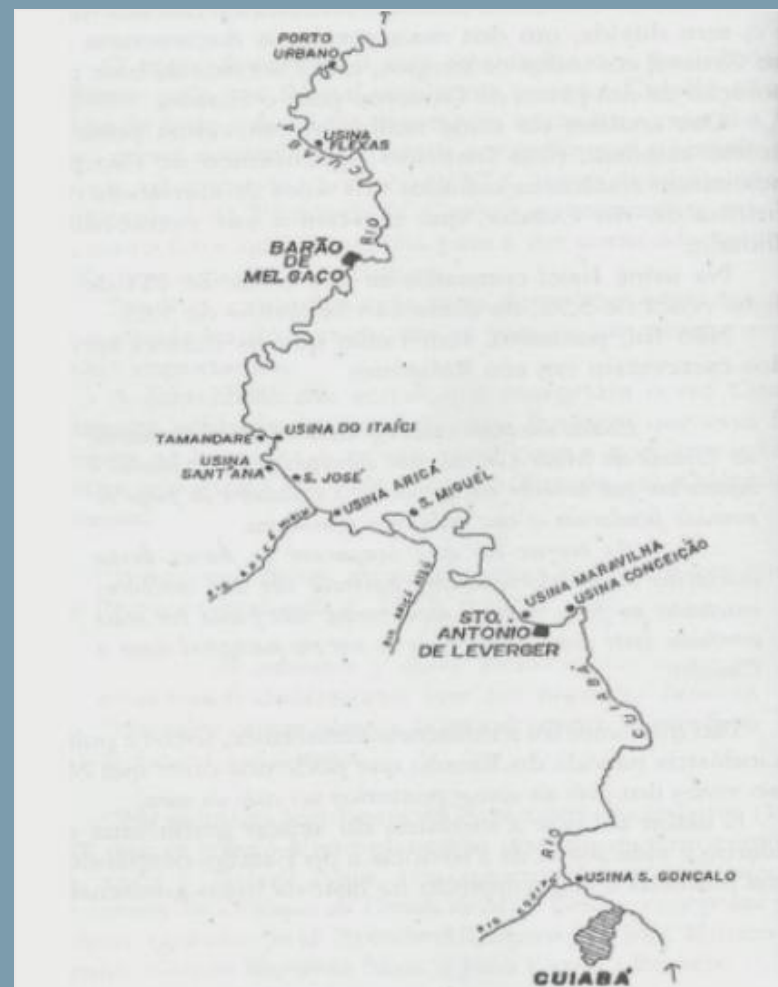


Figura 42: Mapas das Usinas que fizeram parte da exploração açucareira.

Fonte: IPHAN, 2009.

A Usina Itaicy, em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso, fez parte dessa expansão. Fundada em 1897, foi uma das usinas mais importantes para a economia de Mato Grosso no início do século XX. Idealizada por Joaquim José Paes de Barros e depois administrada por seu filho, José Pedro Paes de Barros (Totó), a usina foi um símbolo de modernização e produção. Ela foi o primeiro lugar de Mato Grosso a ter energia elétrica e era a quarta maior usina do país na época.

Como afirmam Fontes de Oliveira e Figueiredo de Sá, “a Usina Itaicy simbolizou não apenas a força econômica da cana em Mato Grosso, mas um modelo de organização social em torno do trabalho” (Breve História da Usina de Itaicy, s.d., p. 6). Durante seu funcionamento, a usina funcionava como uma comunidade.

“Cel. Totó Paes criou uma estrutura que continha funcionários de alta administração, vinte empregados técnicos e centenas de trabalhadores. Possuía, além do edifício da fábrica com uma chaminé de 51 metros de altura, mais sessenta casas, das quais quarenta e cinco eram residências de trabalhadores (Póvoas, 2010, p. 26-27).



Figura 43: Usina Itaicy.

Fonte: https://mapas.mt.gov.br/espaco/34/?utm_source.com#info

Além das moradias, havia escola, biblioteca, farmácia, banda e escola de música, mostrando sua importância social. Depois de sessenta anos em atividade, a usina encerrou suas funções em 1957 (Breve História da Usina de Itaicy, s.d., p. 6).

Até hoje, as ruínas da Usina Itaicy ainda preservam parte de seu maquinário original, fabricado na Alemanha em 1896 (figura 44). Entre os elementos monumentais que resistiram ao tempo, se destaca a chaminé de 70 metros de altura, os trilhos e as caldeiras. A usina sobrevive como uma lembrança vívida do período industrial e da organização social que marcaram a virada do século XX em Mato Grosso, se tornando um símbolo da memória histórica e do patrimônio cultural da região.

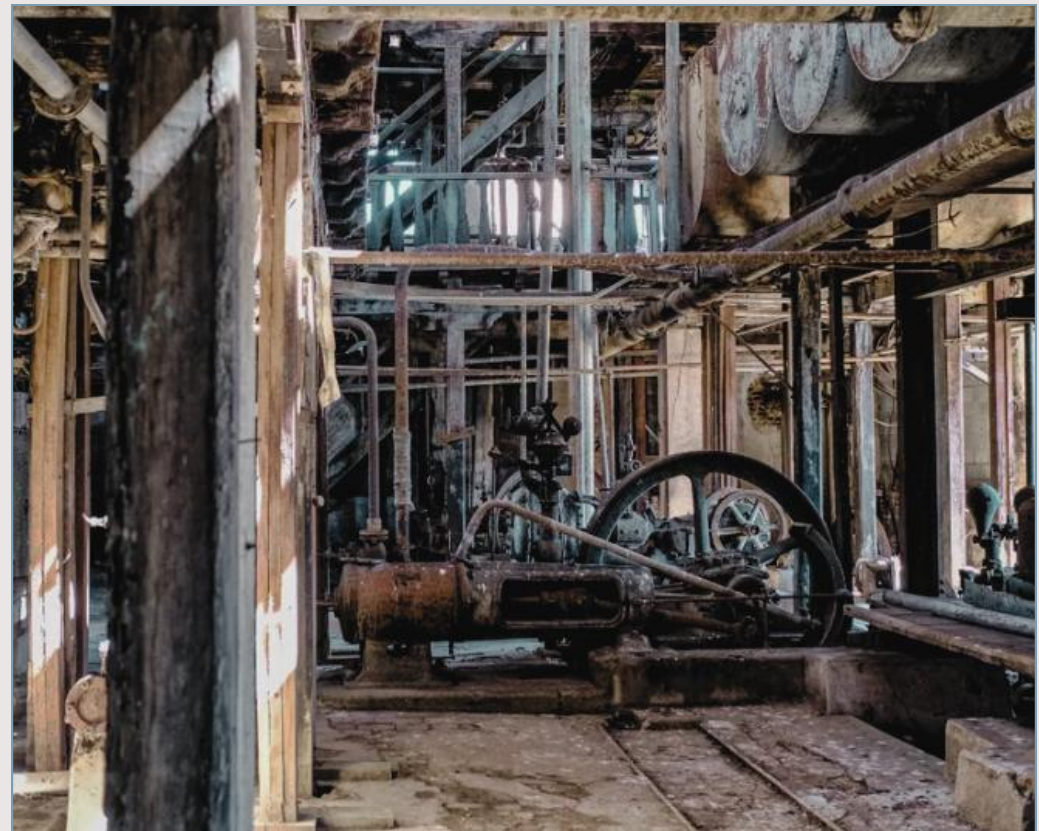


Figura 44: Interior da Usina Itaicy.

Fonte: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/08/19/desativada-ha-mais-de-60-anos-usina-de-acucar-construida-no-seculo-19-em-mt-pode-virar-ponto-turistico.ghtml>



Figura 45: Interior da Usina Itaicy.

Fonte: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/08/19/desativada-ha-mais-de-60-anos-usina-de-acucar-construida-no-seculo-19-em-mt-pode-virar-ponto-turistico.ghtml>

Em janeiro de 1984, a usina foi tombada como Patrimônio Histórico Cultural de Mato Grosso e em 2009, o IPHAN realizou estudos técnicos que registraram o estado das ruínas, com mapeamento de danos e propostas de restauro das fachadas, buscando conter a degradação e indicar formas de preservação.

A preservação de bens históricos como a antiga usina vai além da conservação físicas, trata-se de manter viva a memória coletiva, valorizar a identidade cultural local e promover o sentimento de pertencimento da comunidade. No entanto, para garantir a sustentabilidade dessas ações, é fundamental dar novos usos a esses espaços, inserindo-os de forma ativa na vida contemporânea.

Nesse sentido, o Iphan, a Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso (SEC-MT) e o Instituto Itacy assinaram um termo de cooperação técnica para a preservação da Usina Itacy. O termo prevê o desenvolvimento conjunto de ações e atividades em prol da preservação do patrimônio cultural material e imaterial da usina. Nesse contexto, foi elaborado um projeto de restauro das fachadas das edificação do complexo, com o intuito de transforma-lo em museu (Figura 46).

O aproveitamento turístico do espaço configura-se como uma alternativa funcional para viabilizar sua preservação e inserção na dinâmica socioeconômica da região. A transformação da usina em um local de apoio e acolhimento a visitantes e transeuntes, que já utilizam as estradas próximas para atividades de lazer ou deslocamento, permitiria a criação de infraestrutura mínima, como pontos de descanso, sinalização interpretativa e serviços básicos. Ao mesmo tempo, assegura-se a preservação da memória histórica e cultural vinculada à usina, promovendo sua conservação por meio de um uso compatível com seu significado histórico.

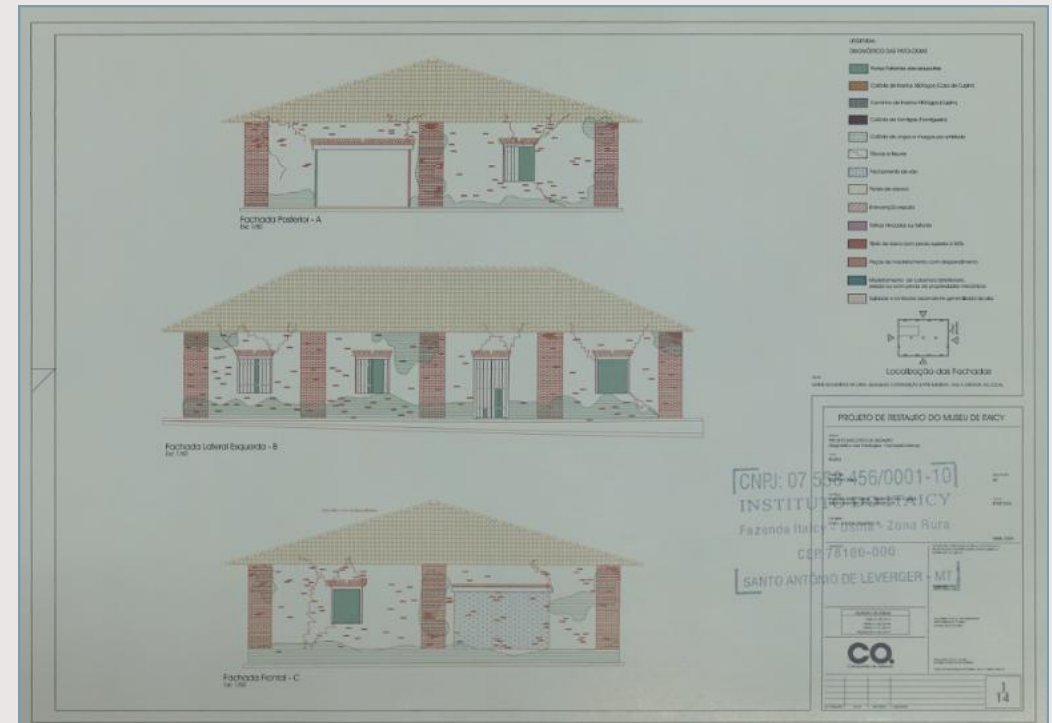


Figura 46: Projeto de restauro de uma das fachadas das edificações da Usina Itacy.

Fonte: IPHAN, 2009.

5.2.2. PONTO 06 - BAÍA DE CHACORORÉ

O município de Barão de Melgaço, inserido no coração do Pantanal mato-grossense, abriga duas das mais expressivas formações hídricas da região, a Baía de Chacororé e a Baía de Siá Mariana. Essas grandes extensões de água interligadas por corixos e áreas alagáveis formam um importante sistema ecológico, essencial para o equilíbrio do bioma e para a manutenção da biodiversidade pantaneira. A Baía de Chacororé, com cerca de 10 mil hectares no período da seca, é reconhecida por sua imensidão e beleza singular, embora ainda pouco explorada turisticamente. Já a Baía de Siá Mariana, mais conhecida e visitada, destaca-se por apresentar maior profundidade e conexões diretas com o Rio Cuiabá e o Rio Mutum, o que possibilita o tráfego de embarcações durante todo o ano, além de já contar com infraestrutura turística em seu entorno.

O terreno selecionado para o projeto está estrategicamente localizado às margens da Baía de Chacororé, entre dois morros que conformam um cenário natural de grande valor paisagístico. Essa posição privilegiada garante uma vista ampla e integrada da



Figura 47: Baía de Chacororé.

Fonte: Produzido pela autora (2019)



Figura 48: Vista aérea do Morro as margens da Baía de Chacororé.

Fonte: Pulsar Imagens (2010)

planície alagável, onde o ciclo das cheias transforma completamente o território, criando uma paisagem única. O acesso à área pode ser feito tanto por terra, através de estradas vicinais de Barão de Melgaço, quanto por acesso fluvial, durante o período das águas, quando os corixos e canais estão cheios.

Outro aspecto relevante é que o terreno se encontra em uma área já consolidada, o que favorece intervenções de forma controlada, sem comprometer a vegetação nativa ou o equilíbrio ambiental. Sua localização entre morros, e sua proximidade com a baía, proporciona uma paisagem marcante e condições ideais para observação da fauna, da flora do Pantanal (Figura 49).



Figura 49: Perspectivas da implantação do terreno na Baía de Chacororé - terreno em vermelho.

Fonte: Produzido pela autora (2025)

5.2. JUSTIFICATIVA DOS TERRENOS

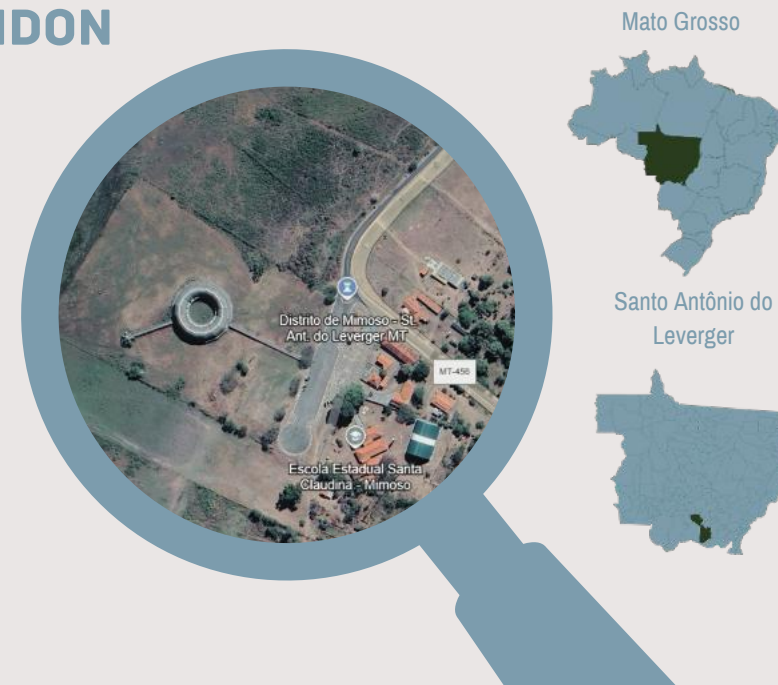
89

5.2.3. PONTO 09 - MEMORIAL MARECHAL RONDON



Figura 50: Memorial Marechal Rondon.

Fonte: Noelma Oliveira (2016)



A construção do Memorial Marechal Rondon, localizado no distrito de Mimoso, no município de Santo Antônio de Leverger - MT, surgiu como um marco cultural e geográfico para a valorização da memória do Patrono das Comunicações, Cândido Mariano da Silva Rondon. Nascido em 1865, em Mimoso, Cândido Rondon foi responsável por feitos notáveis como a construção de cerca de 1.700 km de linhas telegráficas, a pacificação de diversas tribos indígenas, e a realização de relevantes levantamentos científicos e geográficos na região Centro-Oeste e Amazônica, destacando-se como líder da maior iniciativa científica e humanitária já feita no Brasil (Nomura, 2010). Sua trajetória tornou-se símbolo da união entre desenvolvimento e respeito às culturas indígenas, refletindo um ideal de progresso baseado na inclusão e na paz.

O Memorial foi feito com o intuito de valorizar e manter viva a trajetória do Marechal Rondon, atuando como um centro de referência cultural, turística e educativa. Reunindo acervos que retratam sua vida e legado, o espaço também se consolida como uma estrutura fundamental para impulsionar o turismo cultural e ambiental no Pantanal mato-grossense. (SECEL, 2017). Segundo Bordest (2005), o Memorial representa um “marco geográfico” que interage diretamente com o espaço local, redefinir a paisagem através da memória coletiva e do potencial turístico diferenciado.

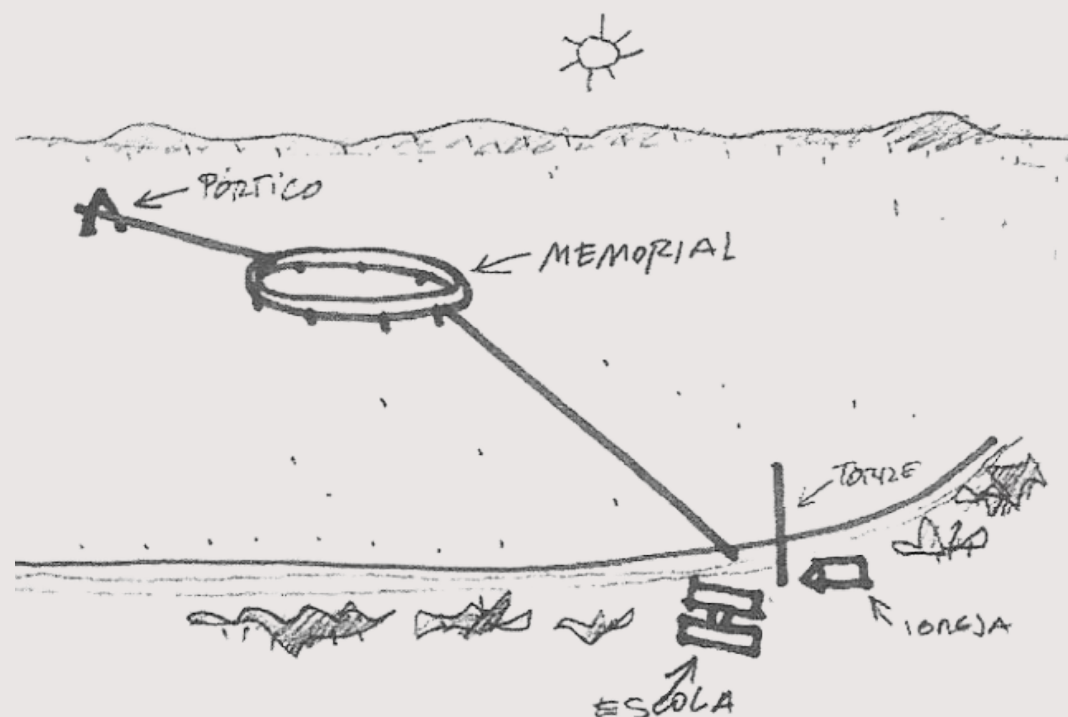


Figura 51: Croqui de implantação Marechal Cândido Rondon.

Fonte: Livro “tecnologia indígena em Mato Grosso” (2010).

O projeto arquitetônico foi desenvolvido pelo arquiteto mato-grossense José Afonso Botura Portocarrero, em parceria com Paulo Molina, a convite do então governador Dante de Oliveira. A proposta conecta com o território e a cultura local, incorporando soluções inspiradas na arquitetura indígena, como estruturas em arcos ogivais, uso de formas circulares e implantação elevada sobre palafitas, mostrado na figura 52. Segundo Portocarrero (2001), o partido arquitetônico do Memorial Rondon foi feito como uma reelaboração simbólica das moradias tradicionais dos povos indígenas com os quais Rondon conviveu, em especial os Bororo, relacionando diretamente com a forma arquitetônica desses povos.



Figura 52: Vista aérea do Memorial Marechal Rondon.

Fonte: SEDEC (2016)

[...] o edifício foi onde realmente a tecnologia das habitações indígenas foi incorporada, adaptada as técnicas contemporâneas. [...] A estrutura metálica de forma circular lembra uma grande aldeia e foi construída sobre palafitas de concreto que avançam sobre os alagados como um mirante. (Martins et al., 2018)

A estrutura metálica tem uma configuração de uma grande aldeia, com um espaço central aberto destinado a contemplação e a ventilação natural, elementos que expressam o respeito pelo bioma e pela tradição indígena (Martins et al., 2018). Segundo os mesmos autores, a obra foi iniciada no ano 2000 e finalizada somente em 2016, após diversas paralisações políticas que comprometeram parte da proposta original, embora a concepção geral tenha sido mantida.

A escolha da forma circular, inspirada nas ocas bororos e organização das aldeias indígenas, reforça o caráter único do memorial. Como mostra a figura 50, a estrutura foi projetada para dialogar com as cheias do Pantanal e permitir o acesso por embarcações durante o período de alagamento, o que demonstra um profundo cuidado com a lógica ambiental e a cultura ribeirinha (Portocarrero, 2010). Esse tipo de abordagem é característico da produção arquitetônica de Portocarrero, que busca integrar tecnologia, conforto ambiental e identidade cultural em suas obras.

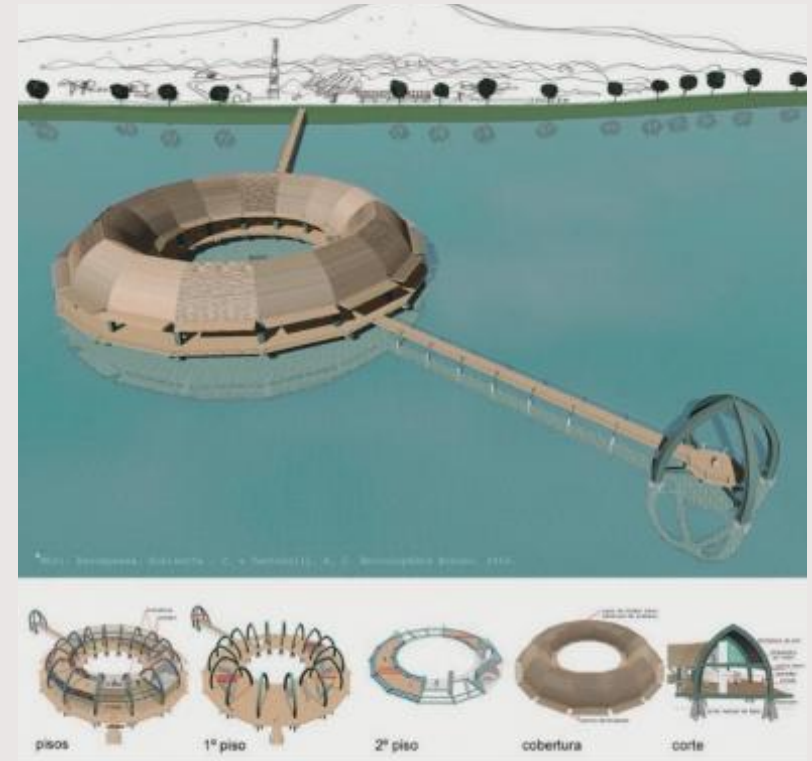


Figura 53: Volumetria Marechal Cândido Rondon.

Fonte: RD News (2014).

Segundo Portocarrero (2010), o edifício principal possui 63 metros de diâmetro e é acessado por uma passarela de 90 metros. Analisando a figura 53, a configuração espacial contempla uma área comunitária no pavimento intermediário, destinada à comercialização de artesanato e apoio ao turismo, além de uma área superior planejada para exposições itinerantes do acervo de Rondon e um laboratório de campo para pesquisas. Há também uma segunda passarela voltada ao oeste, que se conecta ao local que seria reservado ao jazigo simbólico de Rondon, carregando um forte valor simbólico, por apontar para as terras que ele ajudou a integrar ao território brasileiro (Portocarrero, 2010).

5.3. TERRENOS E TOPOGRAFIA

94

5.3.1. PONTO 03 - USINA ITAICY

O terreno utilizado da antiga Usina Itaicy possui área total de 107.781,51 m², onde quais aproximadamente 4.000m² são as edificações existentes no local (Figura 55). O lote apresenta cerca de 290 metros de margem direta com o Rio Cuiabá. Atualmente, o único acesso ao terreno é realizado por via fluvial, a partir do próprio Rio Cuiabá, o que reforça o caráter isolado e natural da área. Não possui vias terrestres de fácil acesso.

Apesar de manter parte de sua vegetação nativa, o terreno apresenta áreas consideravelmente antropizadas, reflexo das antigas atividades desenvolvidas pela Usina Itaicy. Essa modificação no solo e na cobertura vegetal é perceptível em determinados



Figura 55: Implantação e topografia da Usina Itaicy.

Fonte: Produzido pela autora (2025)

trechos, onde o ambiente natural foi parcialmente alterado, contrastando com as áreas de mata mais preservadas próximas à margem do rio.

O terreno também compreende uma faixa de Área de Preservação Permanente (APP) correspondente às margens do Rio Cuiabá (figura 57). De acordo com o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012, art. 4º), “os cursos d’água que possuem de 50 a 200 metros de largura devem manter uma faixa marginal mínima de 100 metros a partir da borda da calha do leito regular”. Essa área desempenha papel fundamental na proteção dos recursos hídricos, na conservação da biodiversidade e na prevenção de processos erosivos, devendo ser preservada integralmente.

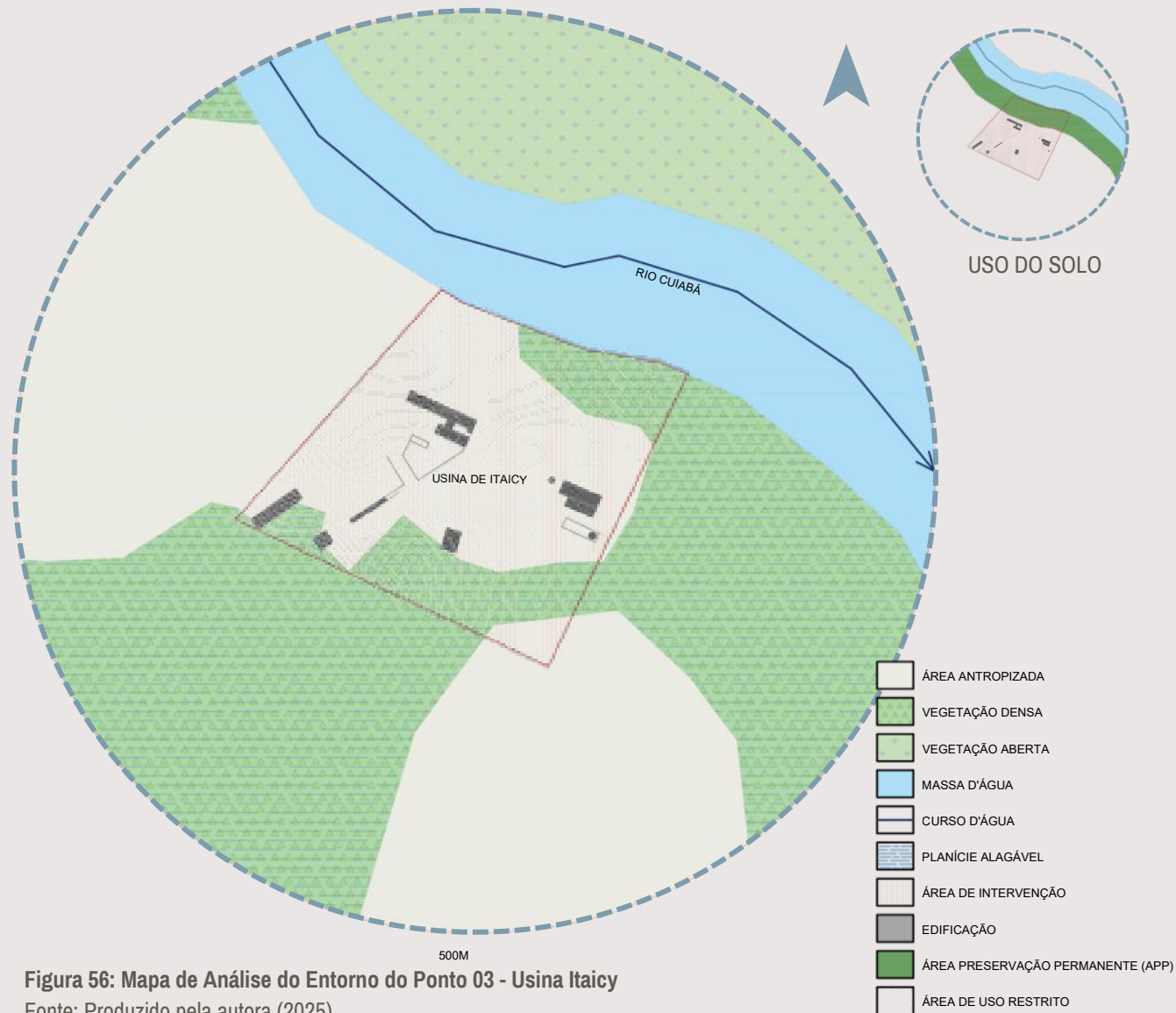


Figura 56: Mapa de Análise do Entorno do Ponto 03 - Usina Itacy

Fonte: Produzido pela autora (2025)

Em um raio mais amplo, é possível observar que a usina se encontra em uma área mais isolada. No entanto, em seu entorno existem propriedades rurais, como fazendas, além de pontos de apoio locais, como pousadas e marinas utilizadas por pescadores e visitantes da região.

LEGENDA

- 1 - TERRENO DA USINA
- 2 - FAZENDA
- 3 - POUSADAS
- 4 - MARIANAS

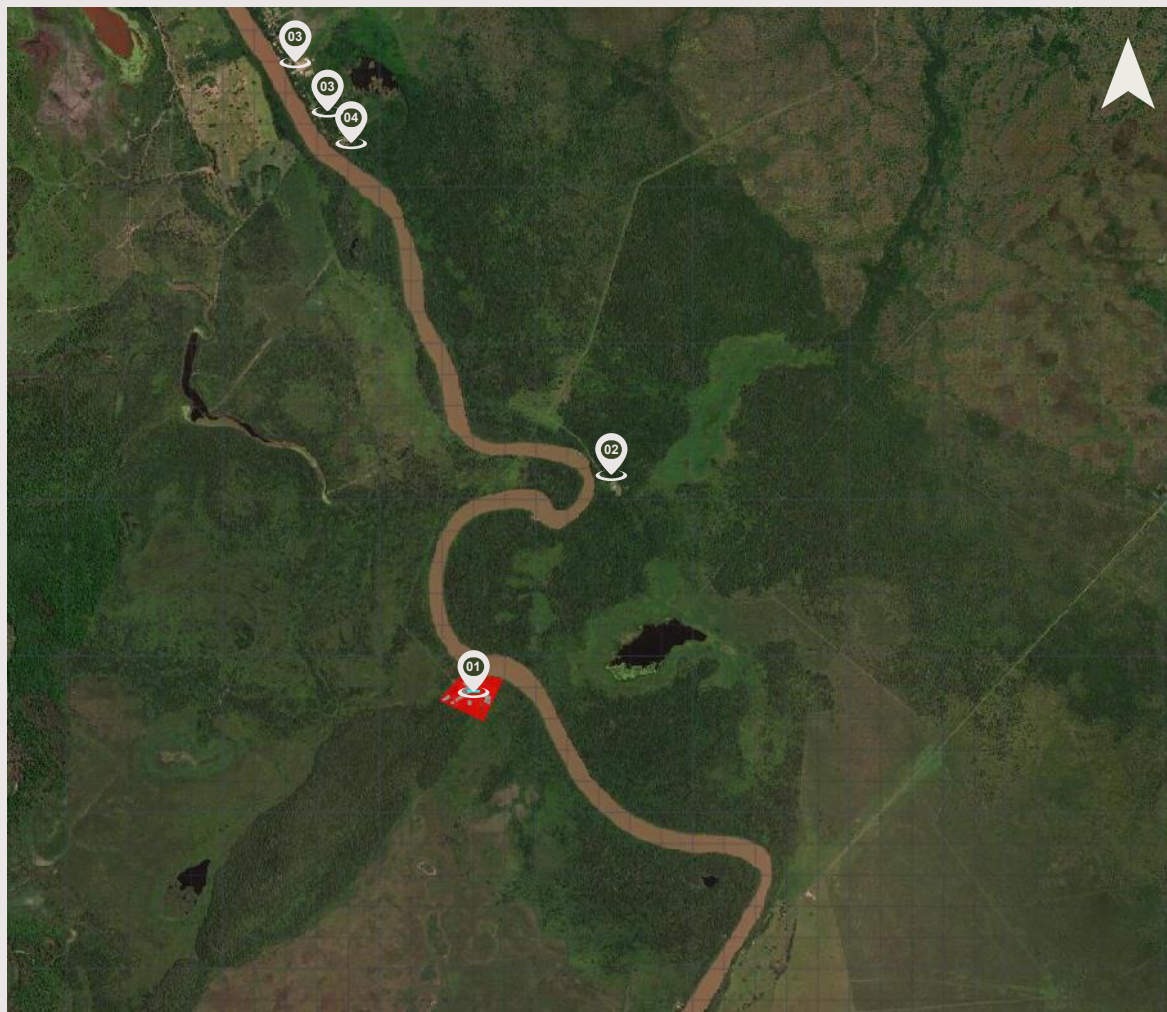


Figura 57: Análise do Entorno do Ponto 03 - Usina Itaicy

Fonte: Produzido pela autora (2025)

5.3.2. PONTO 06 - BAIA DE CHACORORÉ

97

O terreno está localizado nas margens da Baía de Chacororé em Barão de Melgaço-MT possui área total de 13.800,60 m² e tem cerca de 80 metros de margem na baía (Figura 58). A área tem relevo característico da região pantaneira, é localizada entre dois morros, na encosta de um deles, o que proporciona uma vista privilegiada da baía

A cobertura vegetal do terreno é predominantemente rasteira, composta por gramíneas e espécies herbáceas adaptadas às variações sazonais do nível da água. Não há presença de árvores. Durante o período das cheias, a água da baía avança aproximadamente 40 metros para dentro do terreno.

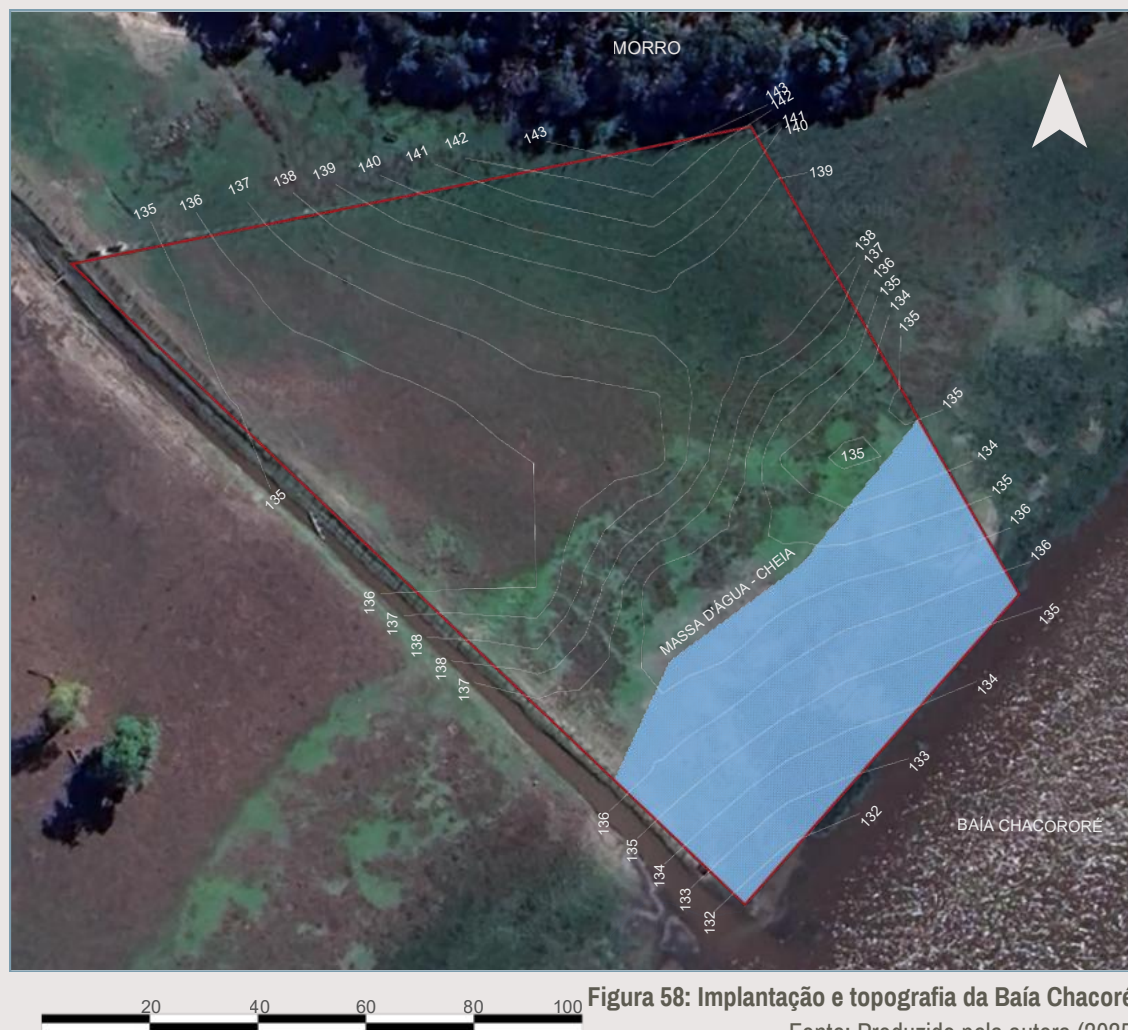
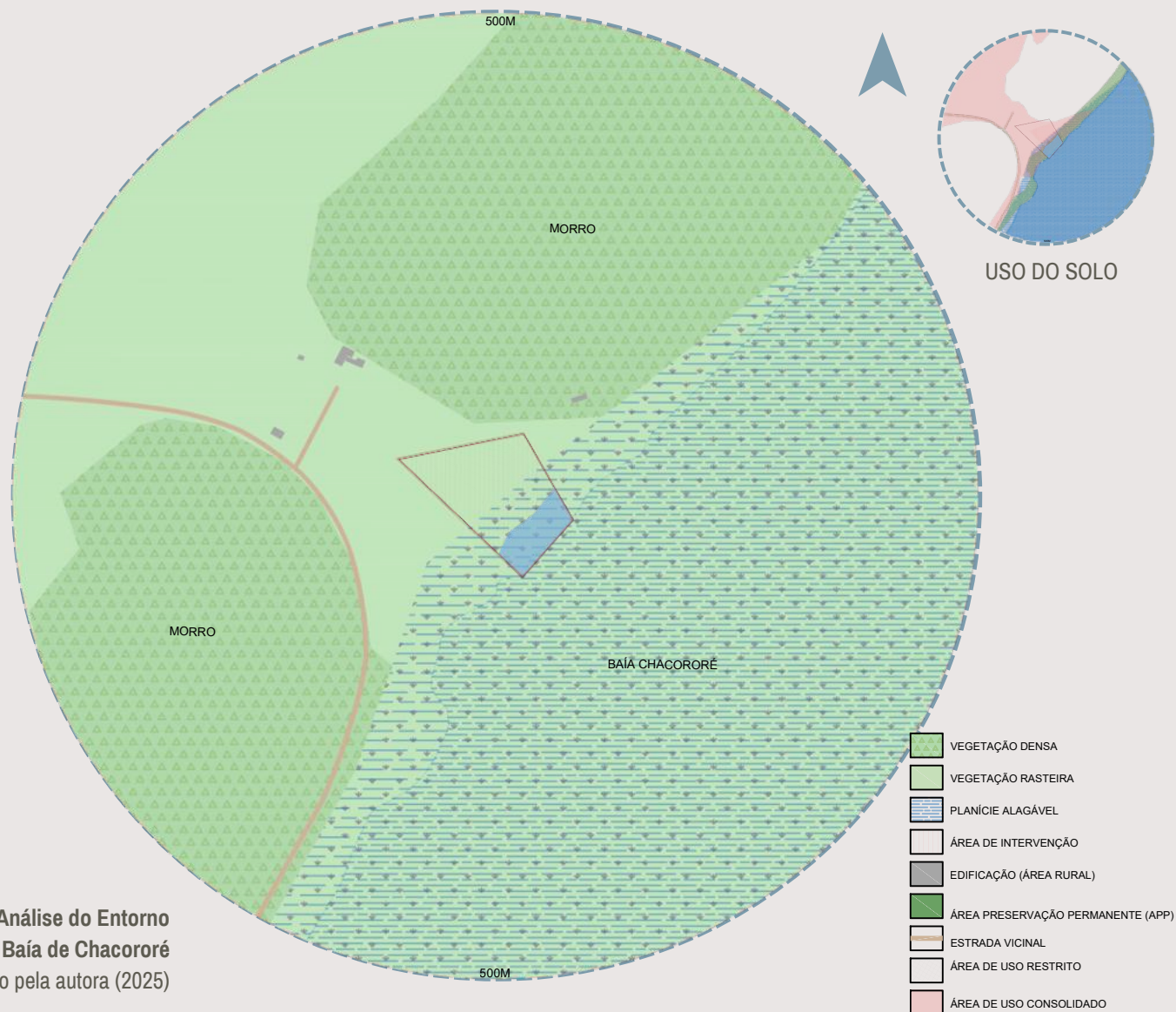


Figura 58: Implantação e topografia da Baía Chacoré.

Fonte: Produzido pela autora (2025)

O terreno também compreende uma faixa de Área de Preservação Permanente (APP) ao longo das margens da Baía de Chacororé (Figura 60). Segundo o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012, art. 4º), “consideram-se APP as áreas no entorno de lagos e lagoas naturais, devendo possuir uma faixa mínima de 100 metros em zonas rurais, exceto para corpos d’água com até 20 hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 metros”. Essa área tem função essencial na proteção da qualidade da água, na preservação da biodiversidade local e na estabilidade das margens, devendo ser mantida sem intervenções diretas.

Figura 59: Mapa de Análise do Entorno do Ponto 06 - Baía de Chacororé
Fonte: Produzido pela autora (2025)



Em um raio mais amplo, nas áreas próximas ao centro da cidade, possui diversos pontos de apoio e serviços que atendem tanto a população local quanto os visitantes. O entorno conta com estabelecimentos voltados à alimentação, como mercados, distribuidoras, padarias e restaurantes, além de algumas opções de hospedagem que possibilitam a permanência na região. Também estão presentes postos de gasolina, bancos, farmácias, oficinas mecânicas, igrejas e agências bancárias, entre outros serviços essenciais, reforçando a infraestrutura de suporte disponível na região.

LEGENDA

- 1 - TERRENO DA BAÍA
- 2 - ALIMENTAÇÃO
- 3 - ESCOLA RÚRAL
- 4 - CENTRO DE BARÃI DE MELGAÇO



Figura 60: Análise do Entorno do Ponto 06 - baía de Chacororé.

Fonte: Produzido pela autora (2025)

5.3.3. PONTO 09 - MEMORIAL MARECHAL RONDON

100

O terreno do Memorial Marechal Rondon está localizado na rodovia MT-040, no distrito de Mimoso, município de Santo Antônio de Leverger - MT, com uma área total de 47.114,59 m², e o memorial ocupando aproximadamente 2.200 m². Parte do terreno está em uma planície alagável típica da região pantaneira, com algumas árvores nativas.

O entorno imediato do memorial tem equipamentos e edificações públicas (Figura 61), como a Escola Estadual Santa Claudina, tombada pelo IPHAN, o Centro Comunitário, o Antigo Posto Telefônico, a Igreja local e a Unidade Básica de Saúde (UBS), além de residências rurais e pequenos comércios, sendo uma área consolidada.



Figura 61: Implantação e topografia da Memorial Marechal Rondon.

Fonte: Produzido pela autora (2025)

A parte frontal do terreno, abriga atualmente uma academia ao ar livre em estado de degradação e a estátua de Marechal Rondon.



Figura 62: Mapa de Análise do Entorno do Ponto 09 - Memorial Marechal Rondon
 Fonte: Produzido pela autora (2025)

Em um raio mais amplo, é possível encontrar nas proximidades do Memorial diversos pontos de apoio e serviços que atendem tanto a população local quanto os visitantes. Possui locais destinados a alimentação, como mercearias, distribuidoras, padarias e restaurantes. Também há pontos voltados ao descanso e permanência, como pousadas. A área conta ainda com postos de gasolina, que auxiliam quem está em deslocamento, além da presença do cemitério local.

LEGENDA

- 1 - TERRENO MEMORIAL
- 2 - ALIMENTAÇÃO
- 3 - POUSDA/HÓTEL
- 4 - POSTO DE GASOLINA
- 5 - CEMINTÉRIO

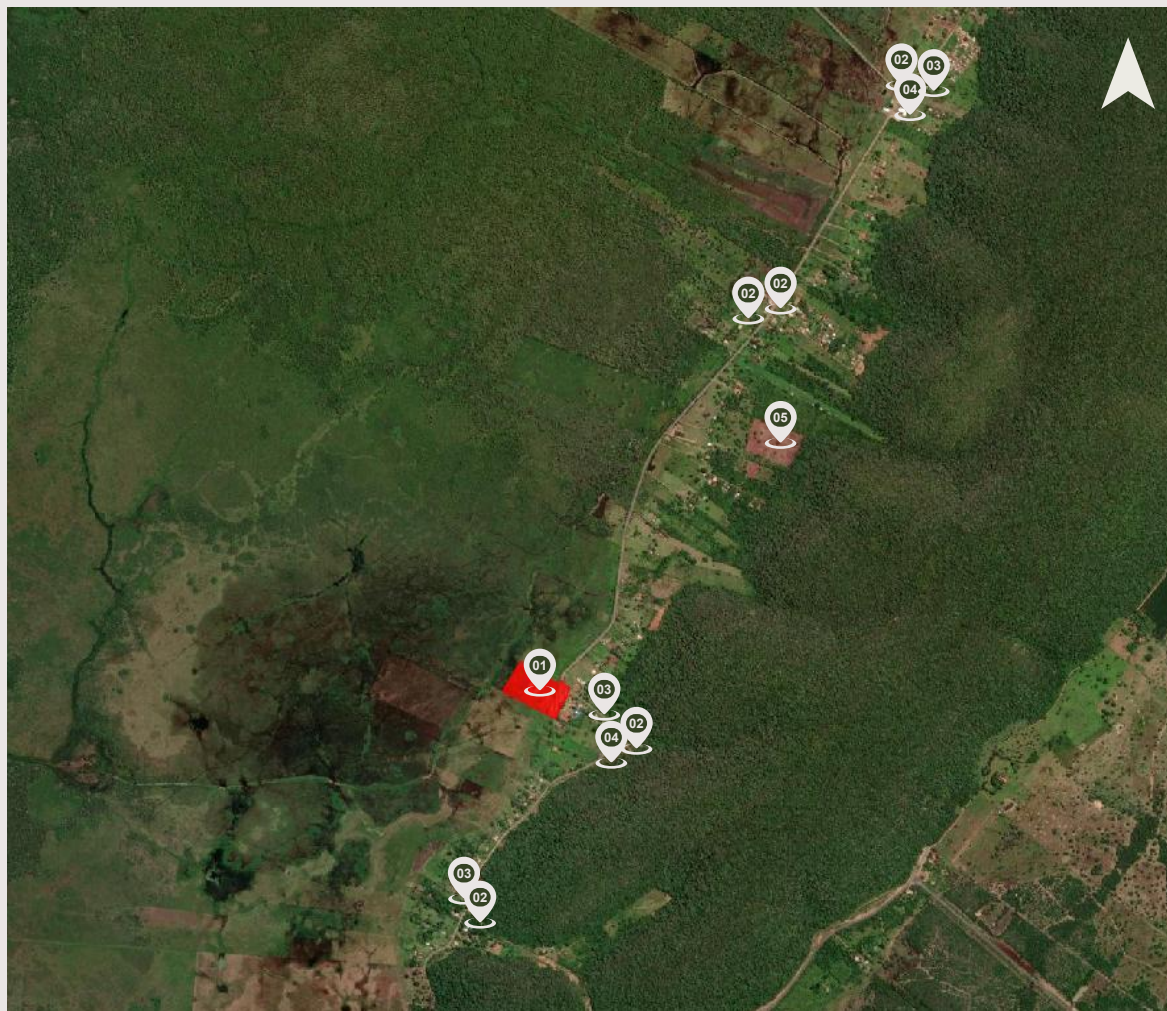


Figura 63: Análise do Entorno do Ponto 09 - Memorial Marechal Rondon

Fonte: Produzido pela autora (2025)

6

6.1. PUBLICO ALVO

O projeto é para turistas interessados em vivenciar o Pantanal de forma sustentável, com foco na contemplação, na educação ambiental e no contato com as tradições locais. O percurso busca também integrar a comunidade local, fortalecendo a economia regional e incentivando a preservação dos saberes e modos de vida pantaneiros.

6.2. PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades (Tabela 02) foi elaborado considerando as atividades do percurso turístico pelo Pantanal, priorizando a valorização ambiental, o conforto dos visitantes e a integração dos espaços com a paisagem natural.

PONTO 03	PONTO 06	PONTO 09
USINA ITAICY • Píer Flutuante • Marina • Apoio Logístico • Mirante • Passeio Contemplativo • Banheiro Público • Bebedouro Público	BAÍA DE CHACORORÉ • Píer Flutuante • Rampa Náutica • Deck • Pousada • Apoio Pousada • Garagem de Barcos • Apoio Garagem • Mirante • Estacionamento	MEMORIAL MARECHAL RONDON • Deck Contemplativo • Banheiro Público • Bebedouro Público • Estacionamento • Ponto de Ônibus • Praça • Academia Pública • Playground

Tabela 02: Programa de necessidades.
Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.3.1 COMPOSIÇÃO PAISAGÍSTICA/ REFLORESTAMENTO

O projeto de reflorestamento/Paisagismo foi elaborado com espécies nativas do bioma da região, conforme tabela 02.

Tabela 03: Quadro de Paisagismos
Fonte: Produzido pela autora (2025).

QUADRO DE PAISAGISMO						
IMAGEM	NOME POPULAR	NOME CIENTIFICO	USO	CULTIVO	PORTE Ø (COPA)	FORMA DE VIDA
	Angico-Branco	Anadenanthera colubrina	Melífero, ornamental, m adeireir o	Meia sombra e sol pleno	12 a 30 Metros	Árvore
	Arnica	Arnica	medicinal e ornamental	Meia sombra	até 1 metro	
	Aroeira Aroeira-do-Sertão	Astronium urundeuva	Madeireiro, medicinal, ornamental, cultural/ ritualistico	Sol pleno	6 a 15 Metros Ø: 1 metro	Árvore
	Bocaiuva	Acrocomia aculeata	Alimentício, artesanal, madeireiro, medicinal, ornamental	Sombra e sol pleno	10 a 15 metros Ø:até 5 metros	Palmeira
	Buriti	Mauritia flexuosa	Alimentício, artesanal, madeireiro, medicinal, ornamental	Meia sombra e sol pleno	até 30 metros Ø:até 5 metros	Palmeira

	Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>	Alimentício, madeireiro, medicinal, ornamental	Sol pleno	5 a 15 metros Ø: até 20 metros	Palmeira
	Cambará	<i>Vochusia tucanorum</i>	Ornamental, madeira	-	8 a 15 Metros Ø: até 20 metros	Árvore
	Copaíba	<i>Copaifera langsdorffii</i>	Artesanal, madeireiro, medicinal, ornamental	Meia sombra e sol pleno	3 a 30 Metros	Árvore
	Cumbaru	<i>Dipteryx alata</i>	Alimentício, aromático, madeireiro, medicinal, ornamental	Meia sombra e sol pleno	8 a 20 Metros Ø: 6 a 8 metros	Árvore
	Jacarandá	<i>Jacaranda brasiliana</i>	Artesanal, madeireiro, ornamental	Meia sombra e sol pleno	04 a 10 metros Ø: até 5 metros	Árvore
	Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	Alimentício, medicinal, ornamental	Meia sombra e sol pleno	3 a 10 metros Ø: até 5 metros	Arbusto
	Ingá-Cipó	<i>Inga edulis</i>	Alimentício, madeireiro, medicinal, ornamental,	Sombra e sol pleno	5 a 10 metros Ø: 5 a 16 metros	Árvore
	Ipê-Roxo Piuva-do-Pantanal	<i>Handroanthus heptaphyllus</i>	Artesanal, madeireiro, ornamental	Sombra e sol pleno	10 a 20 Metros Ø: 10 a 20 metros	Árvore
	Jatobá	<i>Hymenaea martiana</i>	Alimentício, artesanal, madeireiro, medicinal, ornamental	Sombra e sol pleno	15 a 20 Metros Ø: 4 a 5 metros	Árvore

	Lixeira	<i>Curatella americana</i>	Artesanal, madeireiro, medicinal, ornamental	Sol pleno	4 a 8 Metros	Árvore
	Marcela-do-Campo	<i>Achyrocline satureioides</i>	Ornamental	Meia sombra e sol pleno	até 1 metro	Arbusto
	Mimosa Dormideira	<i>Chamaecrista flexuosa</i>	Ornamental	Meia sombra e sol pleno	até 60 cm	Arbusto
	Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>	Alimentício, ornamental	Meia sombra e sol pleno	6 a 9 metros Ø: 3 a 6 metros	Árvore
	Timbaúva	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	Artesanal, madeireiro, ornamental	Sombra e sol pleno	10 a 20 Metros Ø: até 25 metros	Árvore

6.4. TÉCNICAS E MATERIAIS CONSTRUTIVOS

108

6.4.1 MADEIRA DE REFLORESTAMENTO

As madeiras de reflorestamento são muito usadas por serem sustentáveis e de fácil manejo. Elas substituem madeiras nativas, evitando o desmatamento e mantendo um bom desempenho estético e estrutural, por exemplo a aroeira, que é uma madeira nativa muito resistente e bonita.



6.4.2 TÉCNICA SHOU SUGI BAN

A técnica Shou Sugi Ban, é um método tradicional japonês de proteção e acabamento da madeira por meio da queima controlada da sua superfície. O processo consiste em carbonizar levemente a camada externa da madeira. Essa carbonização cria uma película protetora que aumenta a durabilidade do material, tornando a madeira mais resistente a umidade, pragas e a ação do tempo, além de reduzir a necessidade de manutenção.



Figura 64: Madeira com técnica Shou Sugi Ban

Fonte: Produzido pela autora (2025).

Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.5 DIRETRIZES DE PROJETO

110

6.5.1. PARTIDO ARQUITETORNICO

Na elaboração de um projeto arquitetônico, tomamos como ponto de partida o partido arquitetônico, que, a partir do conceito definido, orienta as decisões projetuais e a forma como a proposta se integra ao contexto. No caso deste projeto, o partido busca criar um percurso que una cultura e natureza, respeitando as áreas naturais e os elementos da paisagem pantaneira. As edificações acompanham os desníveis do terreno e as margens dos corpos d'água, utilizando materiais naturais, como a madeira, para garantir uma inserção suave e harmônica com o ambiente.

6.5.2. CONCEITO

O conceito do projeto arquitetônico está relacionado a sua primeira ideia de integração entre a cultura e a natureza. O projeto busca respeitar o pantanal. As intervenções são mínimas, acompanhando a topografia natural e valorizando a paisagem existente. As áreas de intervenção foram reflorestadas com vegetação nativa e foi utilizado madeiras de reflorestamento reforçando o compromisso com a sustentabilidade.

6.6.1. INTERVENÇÕES

Dentre os locais de interesse propostos no contexto do percurso histórico-cultural, três foram selecionados para intervenção. São eles:

Tabela 04: Quadro comparativo das Intervenções propostas
Fonte: Produzido pela autora (2025).

QUADRO COMPARATIVO DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS			
Ponto de Intervenção	Ponto 03: Usina de Itaicy	Ponto 06: Baía de Chacororé	Ponto 09: Memorial Marechal Rondon
Situação Atual	Ruínas históricas da antiga usina, espaço de pouco acesso	Área natural de grande beleza, mas sem estrutura para turistas	Memorial existente, entorno simples, pouca infraestrutura turística
Problemas Identificados	Risco de degradação do patrimônio, ausência de infraestrutura para visitação e dificuldade de acesso	Poucos pontos de apoio para atividade turística	Pouca atratividade, falta de mobiliário urbano, dificuldade de acesso
Objetivo da Intervenção	Preservar a memória histórica e atrair o turismo cultural	Transformar em ponto turístico sustentável, respeitando o ambiente	Valorizar a história de Rondon e tornar o memorial um atrativo
Objetivo da Intervenção	Marina de acesso, museu a céu aberto aproveitando as ruínas, mirante, ponto de apoio ao visitante e trilhas ecológicas	Implantação de um deck com atracadouros e rampa, pousada, restaurante e mirante	Revitalização do entorno, paisagismo, quiosques de alimentação e mobiliário urbano
Impactos Positivos	Valorização da história, educação patrimonial, turismo cultural e preservação do local	Geração de emprego, incentivo ao ecoturismo e fortalecimento da economia local	Preservação cultural, fortalecimento da identidade local e aumento do turismo

6.6.2. PONTO 03: USINA ITAICY

6.6.2.1. IMPLANTAÇÃO

O terreno da Usina Itaicy, com 107.781,51 m², possui acesso apenas por barco, onde foi implantado um píer que liga a marina e ao mirante. O percurso interno conta com um apoio logístico para turistas e três trajetos de visitação, um rápido, que passa por todas as edificações; outro mais lento, com ramificações para contemplação; e duas trilhas em áreas de vegetação densa. Ao longo do caminho, há pontos de apoio tipo 1 e tipo 2 para oferecer suporte aos visitantes. Além disso, foi feito o reflorestamento com vegetações típicas da região.

QUADRO DE ÁREAS		
DESCRIÇÃO	ÁREAS	UNIDADE
ÁREA DO TERRENO	107781,51	m²
ÁREA OCUPADA	5031,24	m²
PONTO DE APOIO - TIPO I (x4)	263,68	m²
PONTO DE APOIO - TIPO II (x2)	177,10	m²
APOIO LOGÍSTICO	70,00	m²
EDIFICAÇÕES EXISTENTES	3826,46	m²
DECK DE MADEIRA	245,00	m²
MIRANTE	170,00	m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	4752,24	m²
PERMEABILIDADE		
COBERTURA AISAGÍSTICA	80630,79	m²
DRENANTE (50% PERMEÁVEL)	8316,27	m²
ÁREA PERMEÁVEL TOTAL	88947,06	m²
ÍNDICES URBANÍSTICOS		
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,05	%
TAXA DE OCUPAÇÃO	4,67	%
COBERTURA PAISAGÍSTICA	74,81	%
COEFICIENTE DE PERMABILIDADE	82,53	%
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA
VAGA MOLHADA	3,00	60

- EDIFICAÇÕES EXISTENTES:**
- 1 - GRANDE CASA/CASARIO
 - 2 - CHAMINÉ
 - 3 - SEDE
 - 4 - CASA DE MAQUINAS
 - 5 - RUÍNAS CASA DE MÁQUINAS
 - 6 - DEPÓSITO DE AÇÚCAR
 - 7 - RUÍNAS FARMÁCIA
 - 8 - ESCOLA
 - 9 - IGREJA
 - 10 - VILA OPERÁRIA

- EDIFICAÇÕES PROPOSTAS:**
- A - PONTO DE APOIO - TIPO 01
 - B - PONTO DE APOIO - TIPO 02
 - C - APOIO LOGÍSTICO
 - D - MARINA
 - E - PÍER
 - F - MIRANTE



Figura 67: Proposta de Implantação do Ponto 03 - Usina Itaicy
Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.6.3. PONTO 06: BAÍA CHACORORÉ

6.6.3.1. IMPLANTAÇÃO

O terreno da Baía de Chacororé tem área de 13.800,60 m², possui uma via em pedrisco que conecta a estrada vicinal existente. Essa via leva a garagem de barcos, a pousada com 15 chalés, que segue a topografia do terreno, ao apoio da pousada e ao estacionamento dos hóspedes. A partir do estacionamento, o acesso aos chalés é preferencialmente para pedestres. Subindo as escadas da pousada, há um mirante voltado para a paisagem da baía. A mesma via também leva ao deck, ao píer e a rampa náutica, possibilitando os visitantes utilizar serviços/passeios náuticos locais. Além disso, foi feito o reflorestamento com vegetações típicas da região.

QUADRO DE ÁREAS		
DESCRIÇÃO	ÁREAS	UNIDADE
ÁREA DO TERRENO	13800,60	m²
ÁREA OCUPADA	890,80	m²
POUSADA (x15)	588,00	m²
APOIO POUSADA	110,00	m²
APOIO GARAGEM	28,80	m²
MIRANTE	4,00	m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	730,80	m²
PERMEABILIDADE		
COBERTURA PAISAGÍSTICA	10156,79	m²
DECK (50% PERMEÁVEL)	243,29	m²
ÁREA PERMEÁVEL TOTAL	10400,08	m²
ÍNDICES URBANÍSTICOS		
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,05	%
TAXA DE OCUPAÇÃO	6,45	%
COBERTURA VEGETAL PAISAGÍSTICA	75,36	%
COEFICIENTE DE PERMABILIDADE	75,36	%
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA
VAGA CARRO	22,00	11,25
VAGA BARCO	10,00	20
VAGA MOLHADA	12,00	20

EDIFICAÇÕES PROPOSTAS:

- A - POUSADA
- B - APOIO POUSADA
- C - GARAGEM BARCOS
- D - APOIO GARAGEM
- E - MARINA
- F - MIRANTE
- G - ESTACIONAMENTO POUSADA
- H - PÍER
- I - RAMPA NAÚTICA

Figura 68: Proposta de Implantação do Ponto 06 - Baía de Chacororé
Fonte: Produzido pela autora (2025).



6.6.4. PONTO 09: MEMORIAL MARECHAL RONDON

114

6.6.4.1. IMPLANTAÇÃO

O terreno do Memorial Marechal Rondon, tem área de 47.114,59 m² e foi feita a revitalização da área frontal, visando melhorar a recepção e o conforto dos visitantes. Foram implantadas 30 vagas de estacionamento, uma praça com vegetações típicas da região, um playground e uma academia ao ar livre. Um deck de madeira conecta a praça ao memorial, criando um percurso agradável de acesso. Nas extremidades do deck, foram inseridos pontos de apoio tipo 2 destinados aos turistas. Além disso, foi adicionado um ponto de ônibus para facilitar o transporte e o acesso ao local.

QUADRO DE ÁREAS		
DESCRIÇÃO	ÁREAS	UNIDADE
ÁREA DE INTERVENÇÃO	47114,59	m ²
ÁREA OCUPADA	2288,25	m ²
PONTO DE APOIO - TIPO I (x2)	131,84	m ²
MEMORIAL MARECHAL RONDON	2156,41	m ²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	2288,25	m ²
PERMEABILIDADE		
COBERTURA PAISAGÍSTICA	39972,36	m ²
DRENANTE (50% PERMEÁVEL)	3156,42	m ²
ÁREA PERMEÁVEL TOTAL	43128,78	m ²
ÍNDICES URBANÍSTICOS		
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,05	%
TAXA DE OCUPAÇÃO	4,86	%
COBERTURA VEGETAL PAISAGÍSTICA	91,54	%
COEFICIENTE DE PERMABILIDADE	91,54	%
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA
VAGA CARRO	30,00	337,50

EDIFICAÇÕES EXISTENTES:

- 1 - MEMORIAL MARECHAL RONDON
- 2 - ESCOLA ESTADUAL SANTA CLAUDINA
- 3 - GINÁSIO ESCOLA
- 4 - CENTRO COMUNITÁRIO
- 5 - ANTIGO POSTO TELEFÔNICO
- 6 - IGREJA
- 7 - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS

EDIFICAÇÕES PROPOSTAS:

- A - PONTO DE APOIO - TIPO 01
B - VAGA DE ESTACIONAMENTO
C - PRAÇA
D - PLAYGROND
E - ACADEMINA AO AR LIVRE
F - DECK DE MADEIRA
G - PONTO DE ÔNIBUS



Figura 69: Proposta de Implantação do Ponto 09 - Memorial Marechal Rondon
Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.6.5. CORTES TERRENOS

115

6.6.5.1. PONTO 03 - USINA ITAICY

No corte AA da Usina Itaicy podemos ver a fachada frontal de duas edificações existentes, a chaminé e a fachada lateral do ponto de apoio tipo 2.

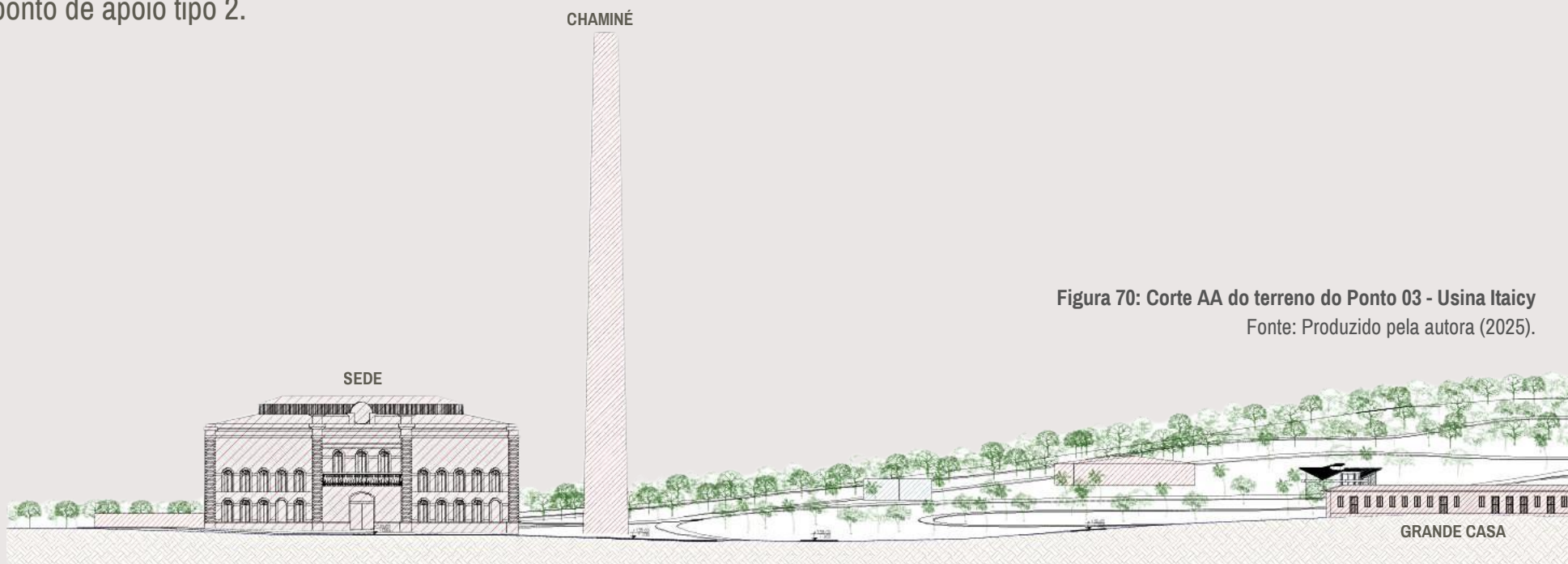


Figura 70: Corte AA do terreno do Ponto 03 - Usina Itaicy
Fonte: Produzido pela autora (2025).

No corte BB da Usina Itaicy podemos ver algumas edificações existentes, os Pontos de apoios propostos e o Deck de madeira.



Figura 71: Corte BB do terreno do Ponto 03 - Usina Itaicy
Fonte: Produzido pela autora (2025).



6.6.5. CORTES TERRENOS

117

6.6.5.2. PONTO 06 - BAÍA CHACORORÉ

No corte AA da Baía de Chacororé podemos ver a fachada posterior de todas pousadas implantadas, a escadaria e o mirante.

Figura 72: Corte AA do terreno do Ponto 06 - Baía de Chacororé

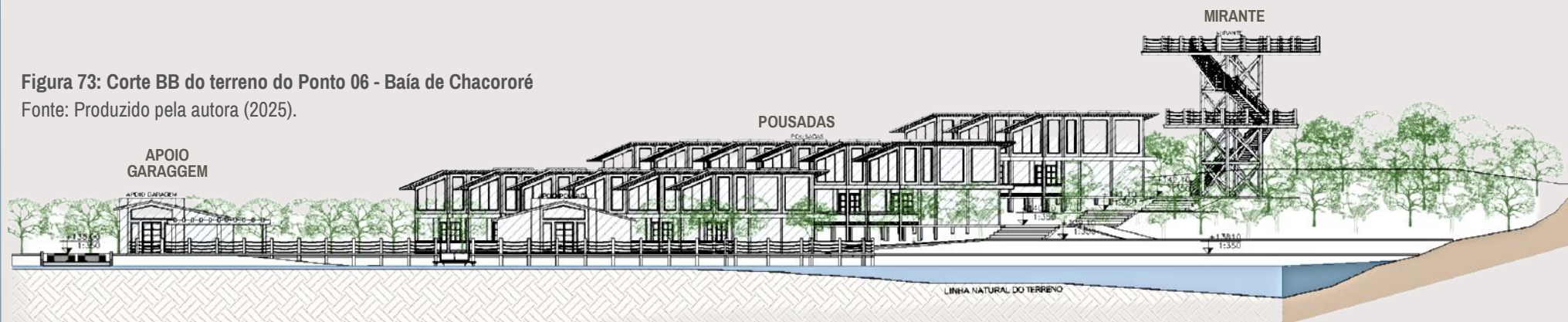
Fonte: Produzido pela autora (2025).

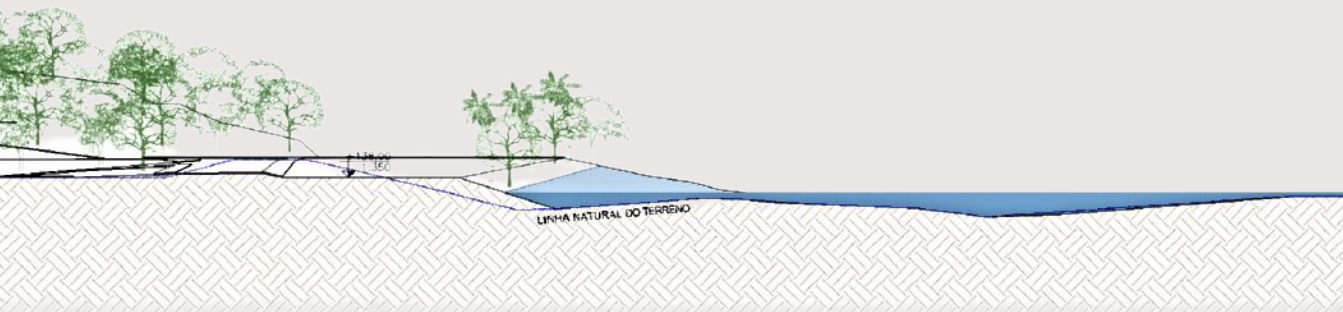


No corte BB da Baía de Chacororé podemos ver todas pousadas implantadas, a escadaria e o mirante. Podemos ver a vista frontal do deck de madeira sobre as águas da Baía o Apoio da Garagem e o Apoio da Pousada.

Figura 73: Corte BB do terreno do Ponto 06 - Baía de Chacororé

Fonte: Produzido pela autora (2025).

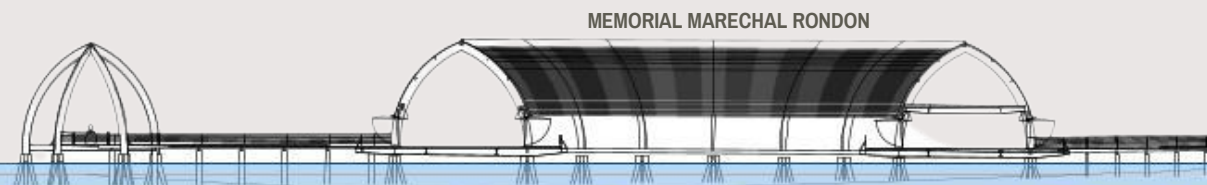




6.6.5.3. PONTO 09 - MEMORIAL MARECHAL RONDON

No corte AA do Memorial Marechal Rondon podemos ver a fachada lateral do memorial sobre as águas em seu nível máximo e a fachada lateral do ponto de apoio tipo 2. Também é possível observar a via do estacionamento e as vegetações da praça proposta.

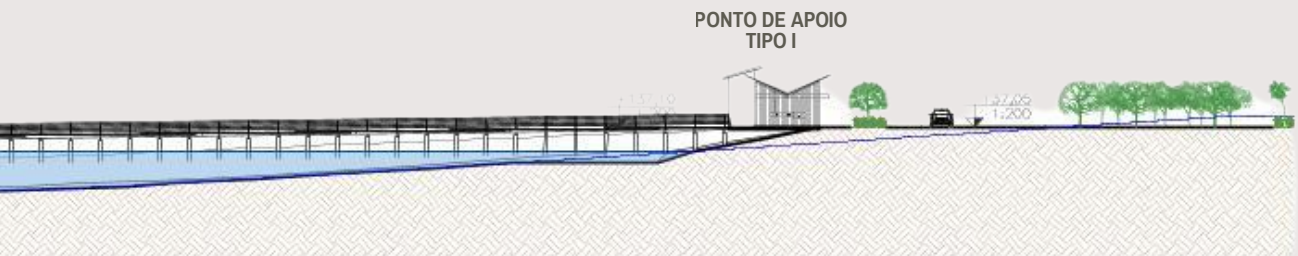
Figura 74: Corte AA do terreno do Ponto 09 - Memorial Marechal Rondon.
Fonte: Produzido pela autora (2025).



No corte BB do Memorial Marechal Rondon podemos ver ao fundo as fachada das edificações existente. Também é possível observar o ponto de ônibus proposto, o playgorund e a academia ao ar livre.

Figura 75: Corte BB do terreno do Ponto 09 - Memorial Marechal Rondon.
Fonte: Produzido pela autora (2025).





A pousada consiste em um chalé de 39,20 m², distribuído em dois níveis. O mezanino, destinado ao dormitório, é acessado por uma escada conhecida como Santos Dumont, garantindo circulação eficiente em espaço reduzido. No pavimento inferior estão localizados o banheiro em alvenaria, a copinha, o living e a varanda. A estrutura principal é em madeira de reflorestamento, enquanto a cobertura é executada em telha sanduíche com forro, oferecendo isolamento térmico adequado. A fachada frontal possui tijolinhos aparente, proporcionando destaque visual, e a volumetria possibilita iluminação e ventilação natural, promovendo conforto ambiental e reduzindo a necessidade de sistemas artificiais.



Figura 76: Perspectiva frontal - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 77: Perspectiva posterior - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 78: Fachada Frontal - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 79: Fachada Lateral Esquerda - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 80: Fachada Lateral Direita - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).

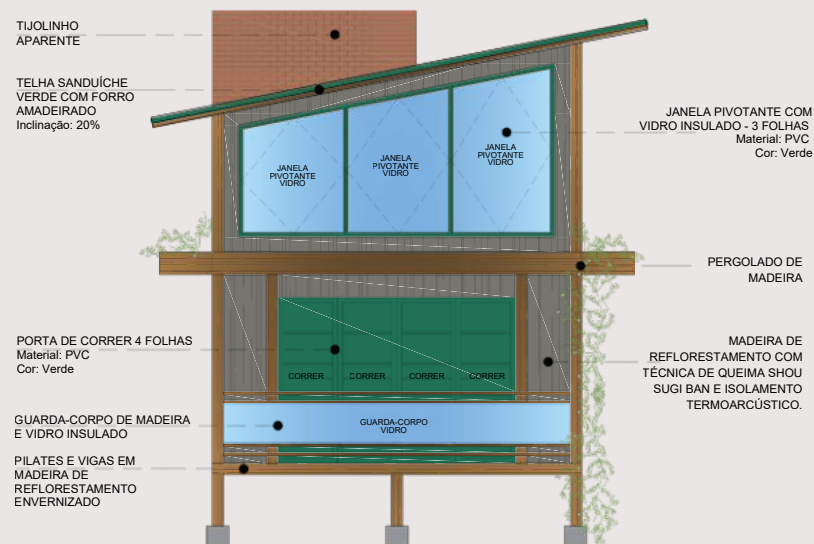


Figura 81: Fachada Posterior - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.6.6.2. PLANTA DE LAYOUT

123



Figura 82: Planta de Layout Pav. Térreo - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 83: Planta de Layout Mezanino - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.6.6.3. PLANTA BAIXA

124

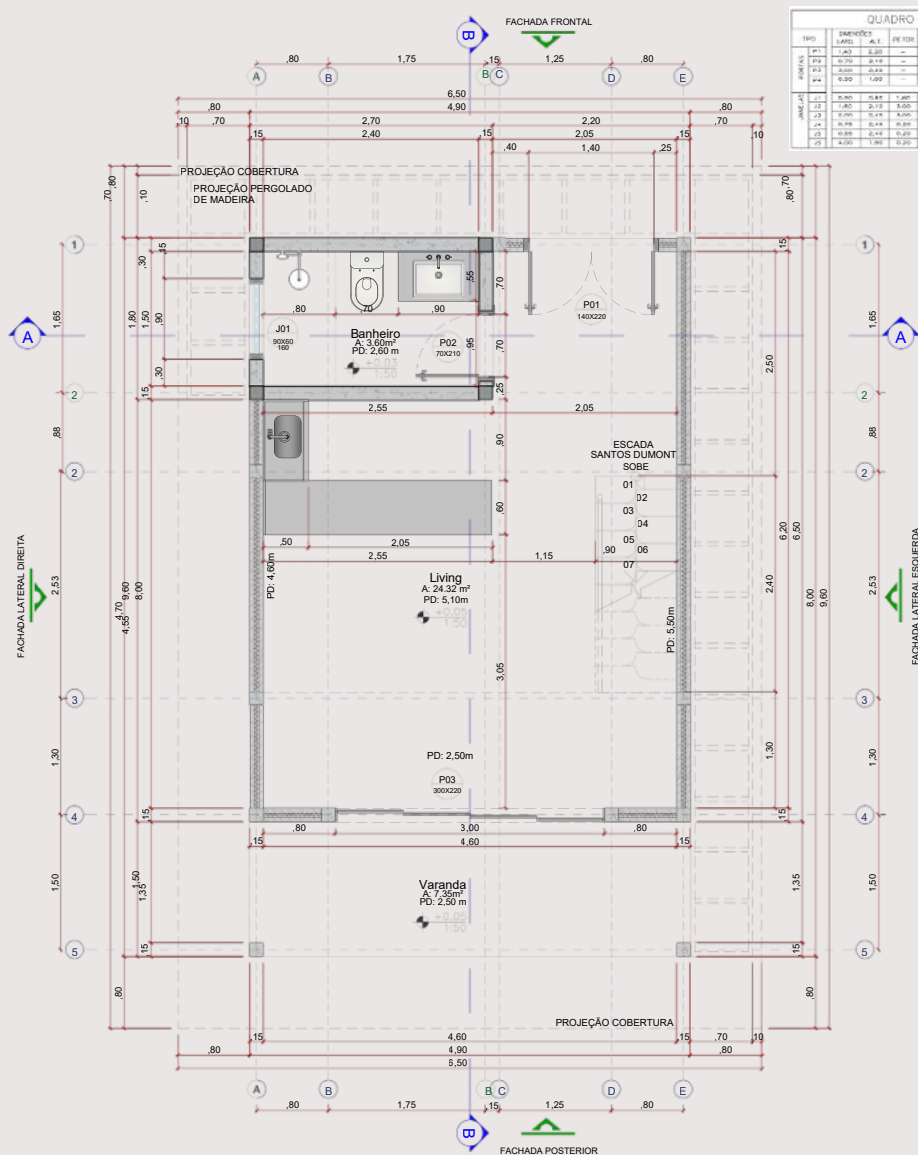


Figura 84: Planta Baixa Pav. Térreo - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).

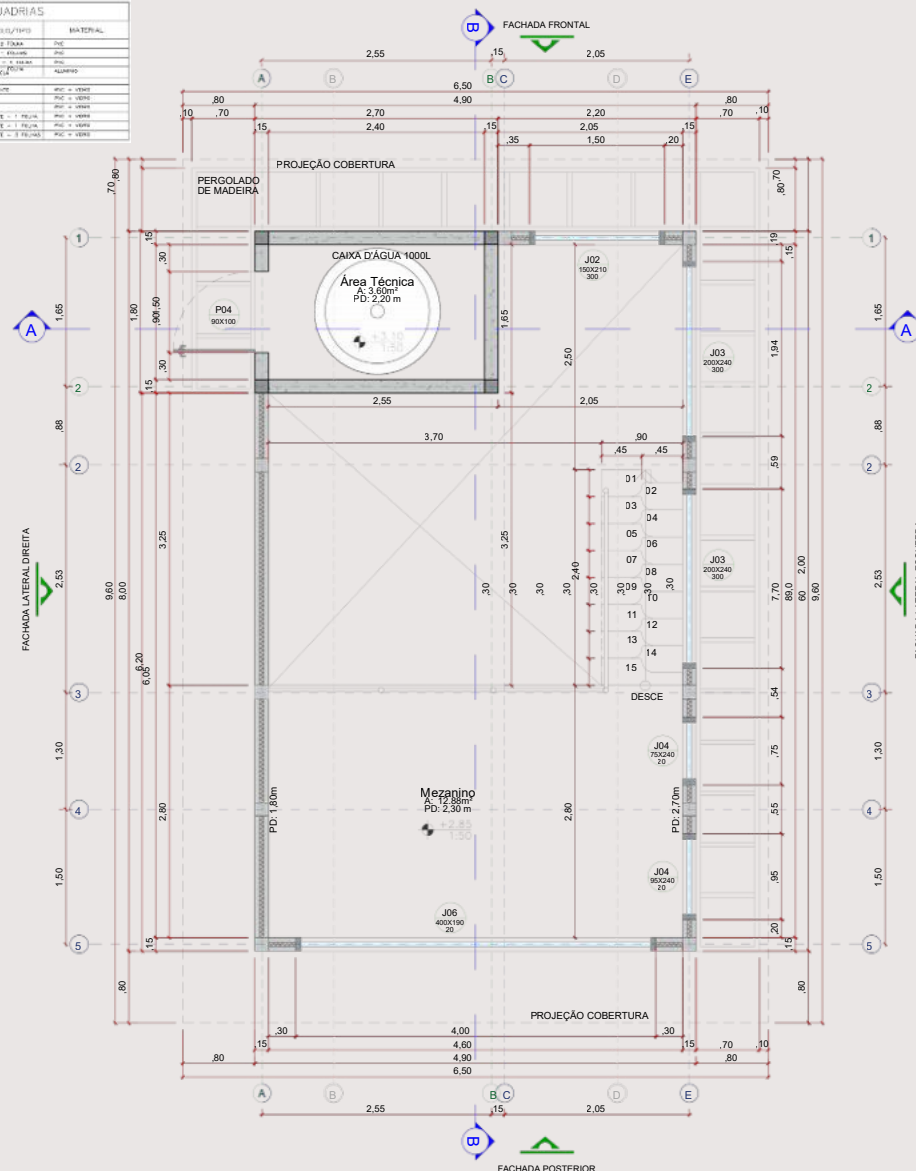


Figura 85: Planta Baixa Mezanino - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.6.6.4. CORTE E COBERTURA

125

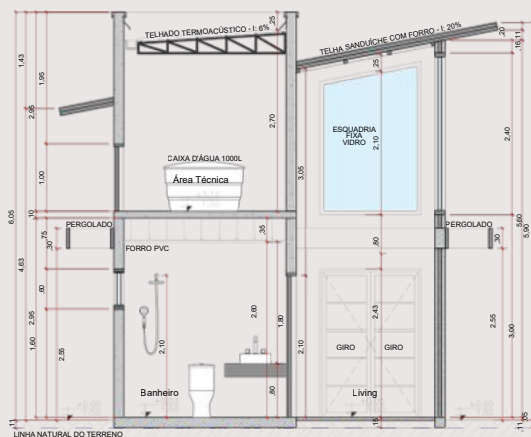


Figura 86: Corte AA - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).

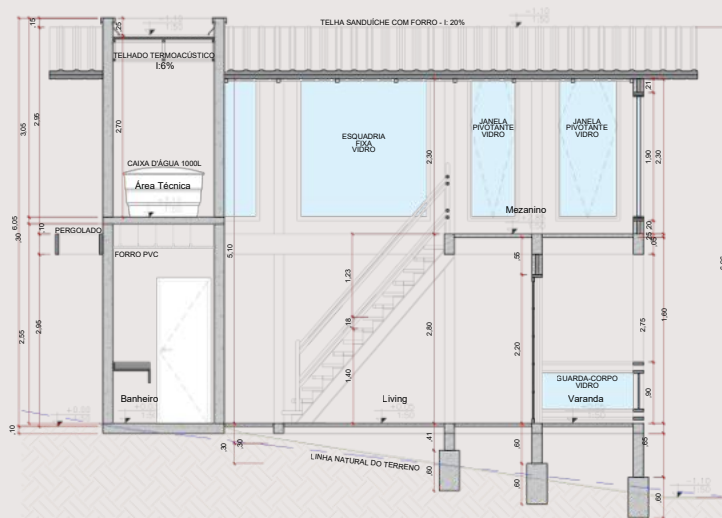


Figura 87: Corte BB - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).

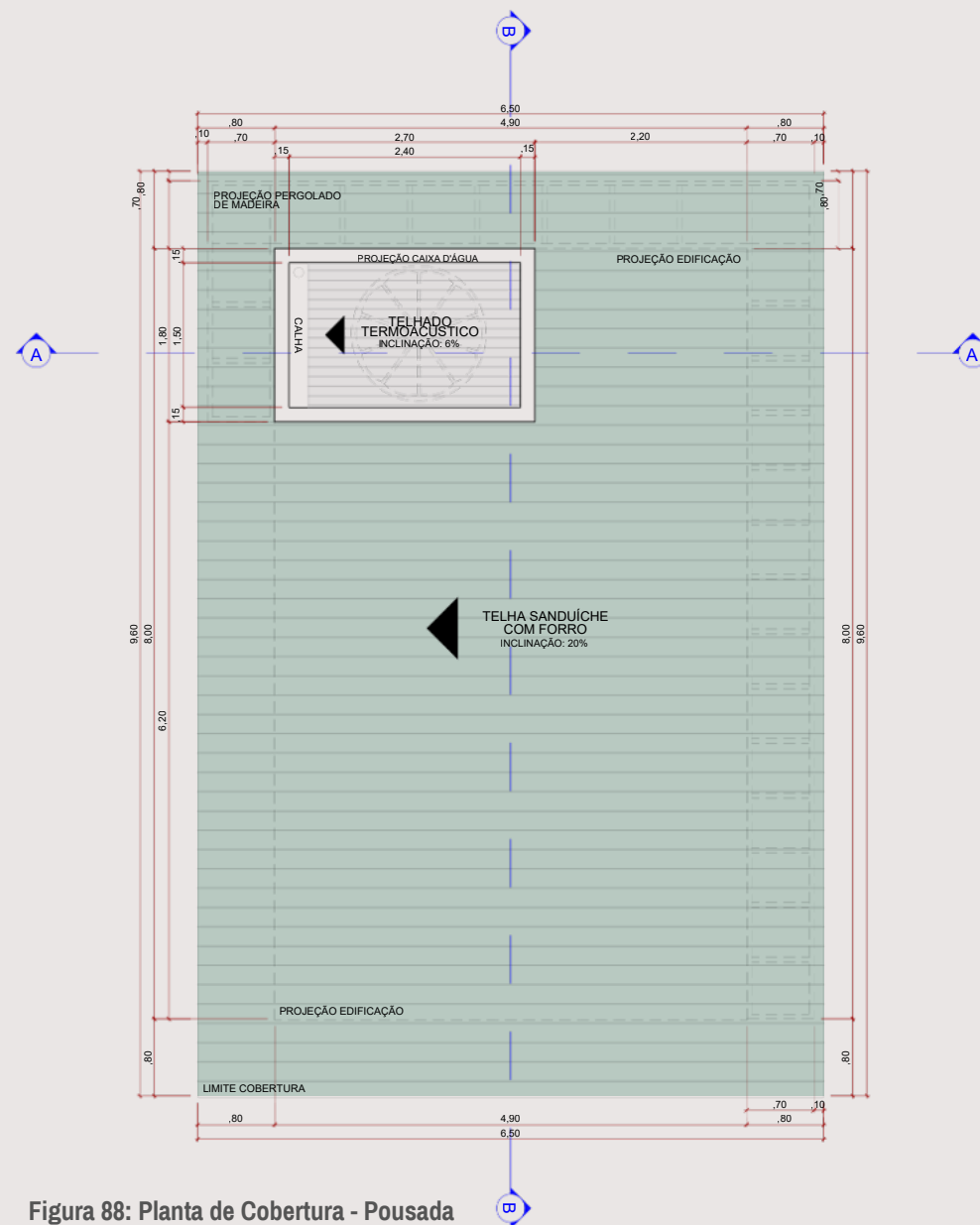


Figura 88: Planta de Cobertura - Pousada
Fonte: Produzido pela autora (2025).

O Ponto de Apoio Tipo 01 possui 65,92 m², composto um sanitário feminino com dois boxes, sanitário masculino com dois boxes e dois mictórios, além de um DML. Na parte externa, possui um sanitário acessível unissex (PCD) e bebedouro com duas alturas. A edificação tem a estrutura em madeira de reflorestamento e alvenaria nas áreas molhadas. A cobertura em telha sanduíche tem uma calha central em concreto impermeabilizado para drenagem. As janelas são em palha sextavada com tela de mosquiteiro que permite a iluminação e a ventilação natural, reduzindo a necessidade manutenção.



Figura 89 : Perspectiva frontal - Ponto de apoio - tipo 01
Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 90: Perspectiva frontal - Ponto de apoio - tipo 01
Fonte: Produzido pela autora (2025).

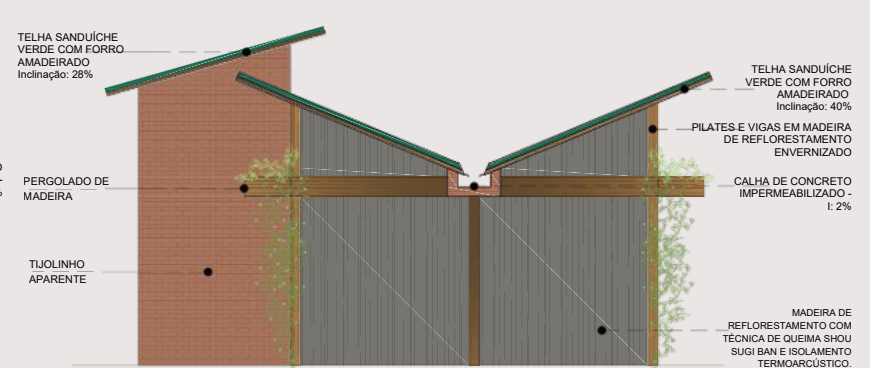


Figura 92: Fachada Lateral Esquerda - Ponto de Apoio - Tipo 01
Fonte: Produzido pela autora (2025).

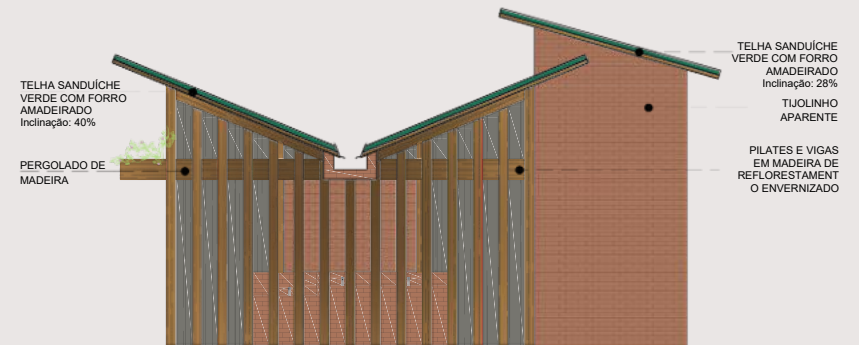


Figura 94: Fachada Lateral Direita - Ponto de Apoio - Tipo 01
Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.6.7.2. PLANTA BAIXA E PLANTA DE LAYOUT

128

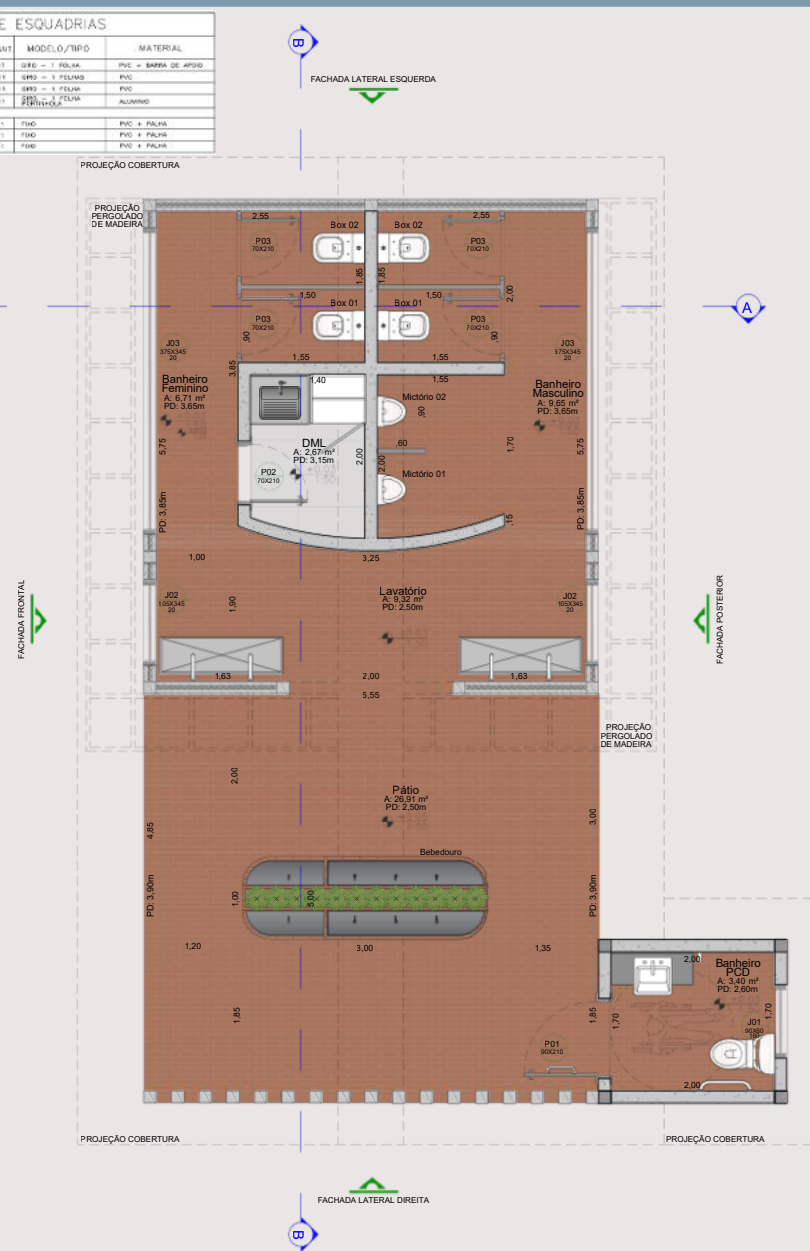
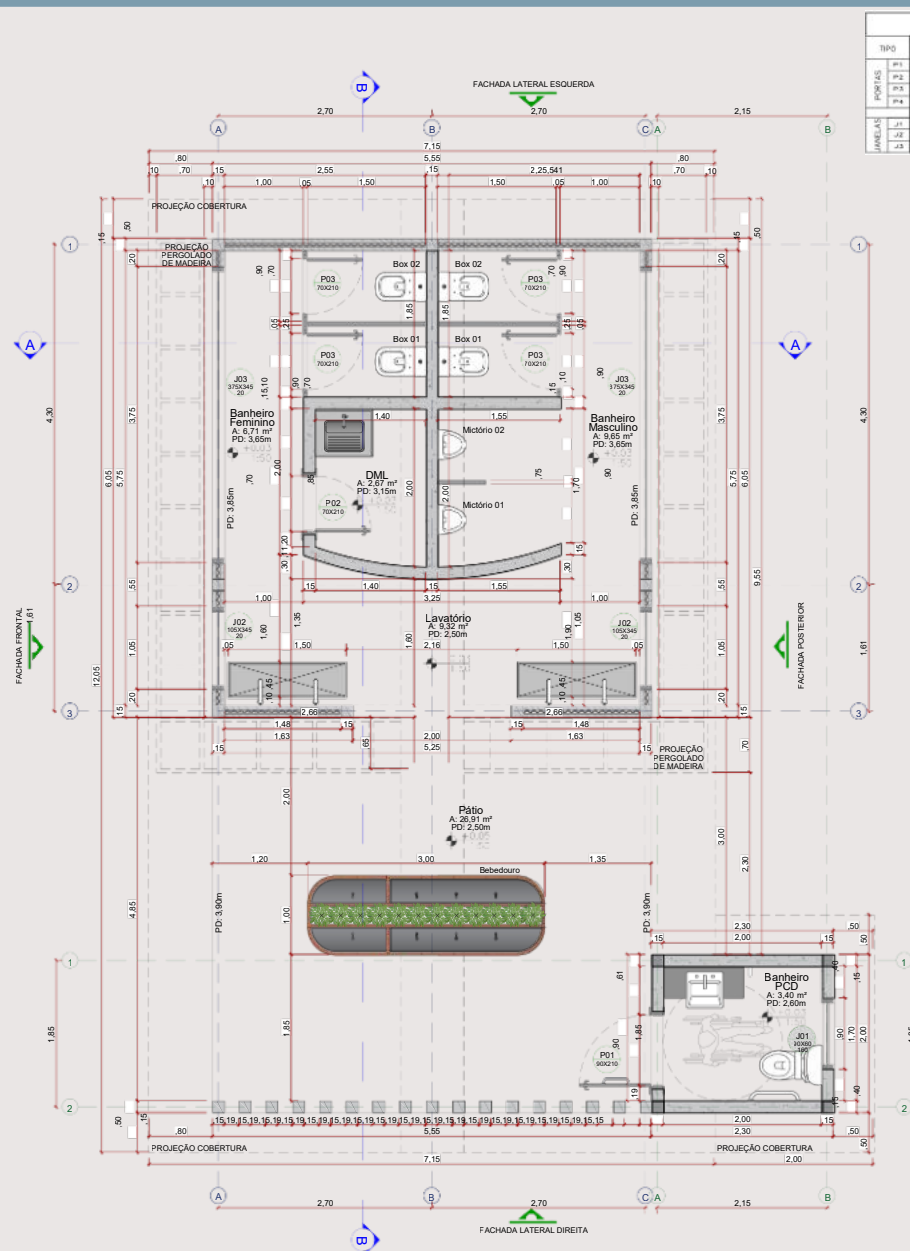


Figura 95: Planta Baixa - Ponto de Apoio - Tipo 01
Fonte: Produzido pela autora (2025).

Figura 96: Planta de Layout - Ponto de Apoio - Tipo 01
Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.6.7.2. CORTE E COBERTURA

129

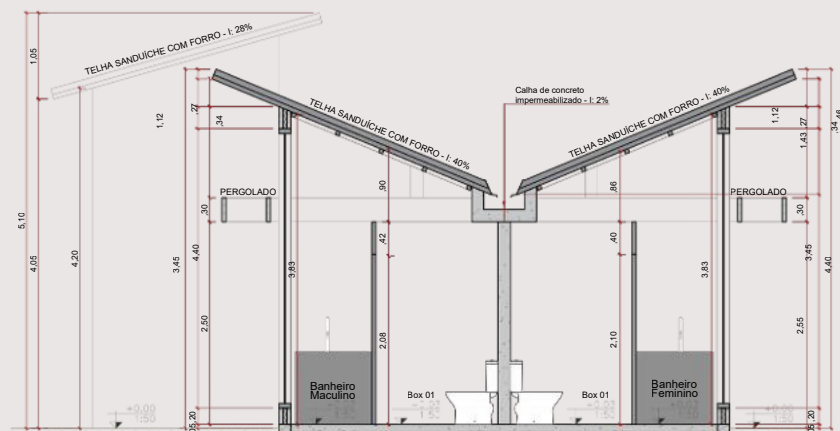


Figura 97: Corte AA - Ponto de Apoio - Tipo 01

Fonte: Produzido pela autora (2025).

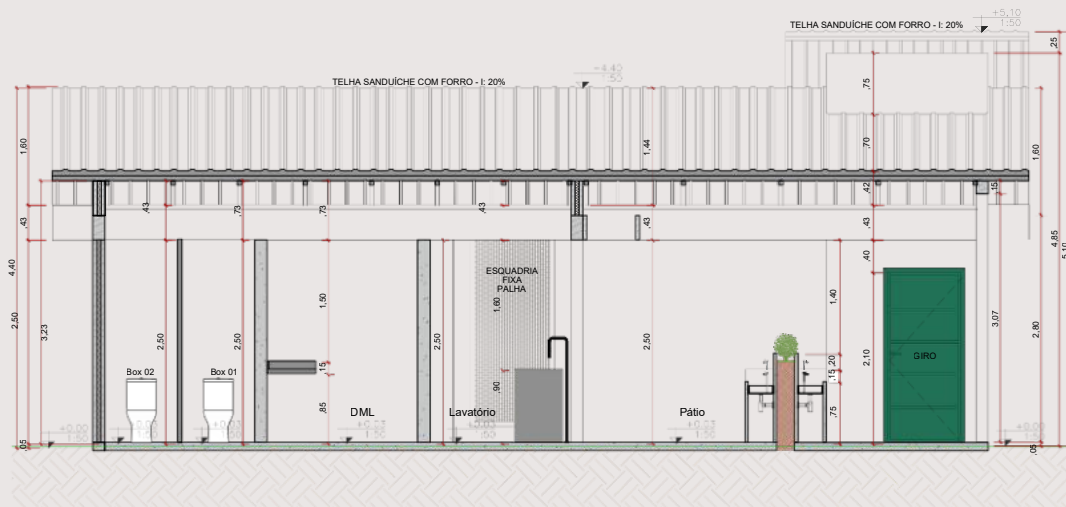


Figura 98: Corte BB - Ponto de Apoio - Tipo 01

Fonte: Produzido pela autora (2025).

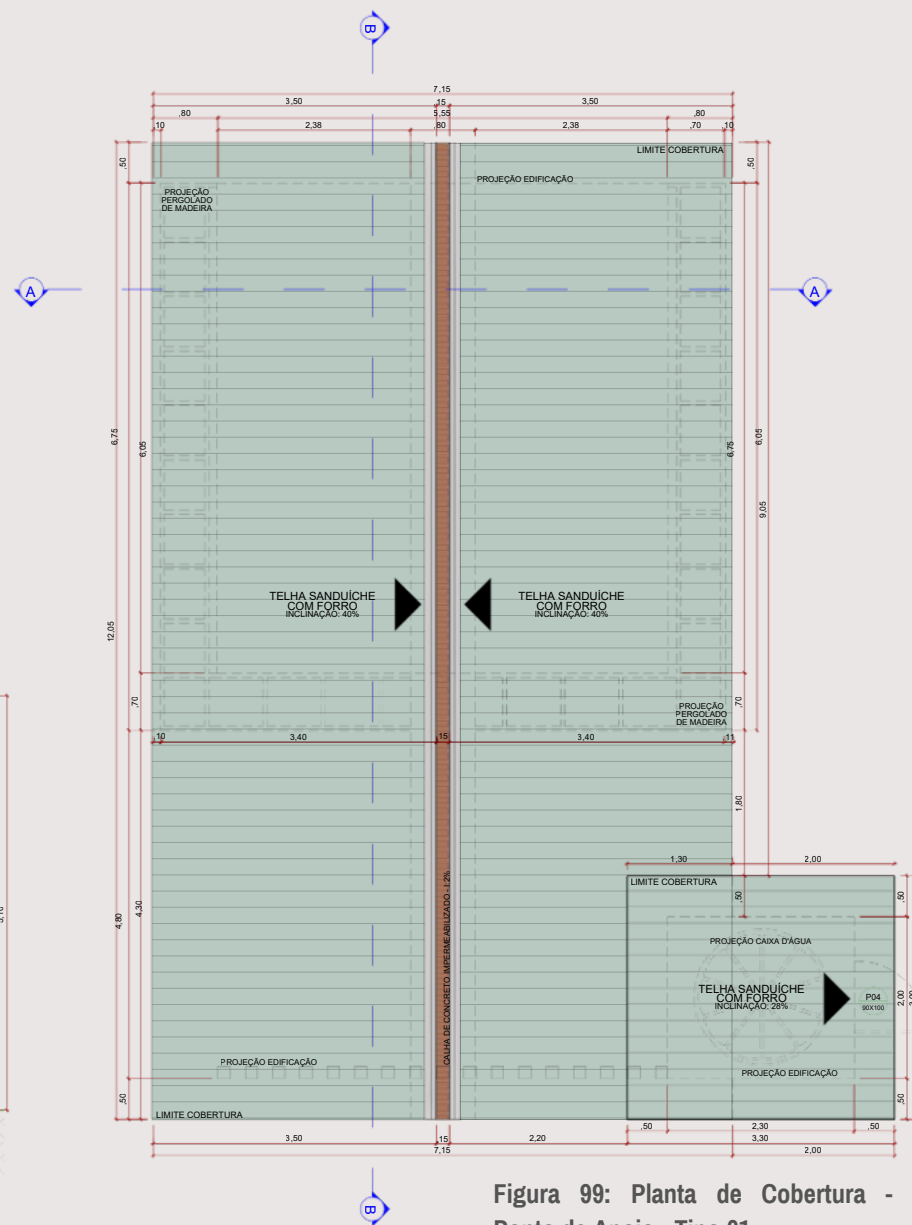


Figura 99: Planta de Cobertura - Ponto de Apoio - Tipo 01

Fonte: Produzido pela autora (2025).

O Ponto de Apoio Tipo 02 possui 88,55 m², composto um sanitário feminino com quatro boxes, sanitário masculino com três boxes e três mictórios, além de um DML. Na parte externa, possui um sanitário acessível unissex (PCD) e bebedouro com duas alturas. A edificação tem a estrutura em madeira de reflorestamento e alvenaria nas áreas molhadas. A edificação possui um terraço que é acessado pela escada na fachada lateral esquerda. As janelas são em palha sextavada com tela de mosquito que permite a iluminação e a ventilação natural, reduzindo a necessidade manutenção.



Figura 100: Perspectiva frontal - Ponto de Apoio - Tipo 02
Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 101: Perspectiva Frontal - Ponto de Apoio - Tipo 02
Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 102: Fachada Frontal - Ponto de Apoio - Tipo 02

Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 103: Fachada Lateral Esquerda - Ponto de Apoio - Tipo 02

Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 104: Fachada Posterior - Ponto de Apoio - Tipo 02

Fonte: Produzido pela autora (2025).

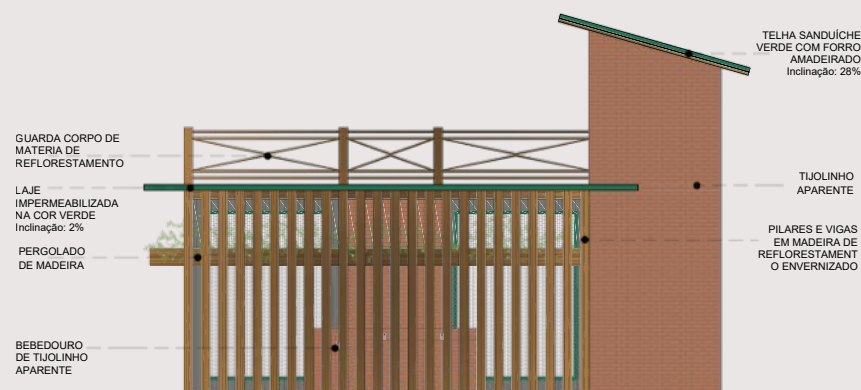


Figura 105: Fachada Lateral Direita - Ponto de Apoio - Tipo 02

Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.6.8.2. PLANTA BAIXA E PLANTA DE LAYOUT

132

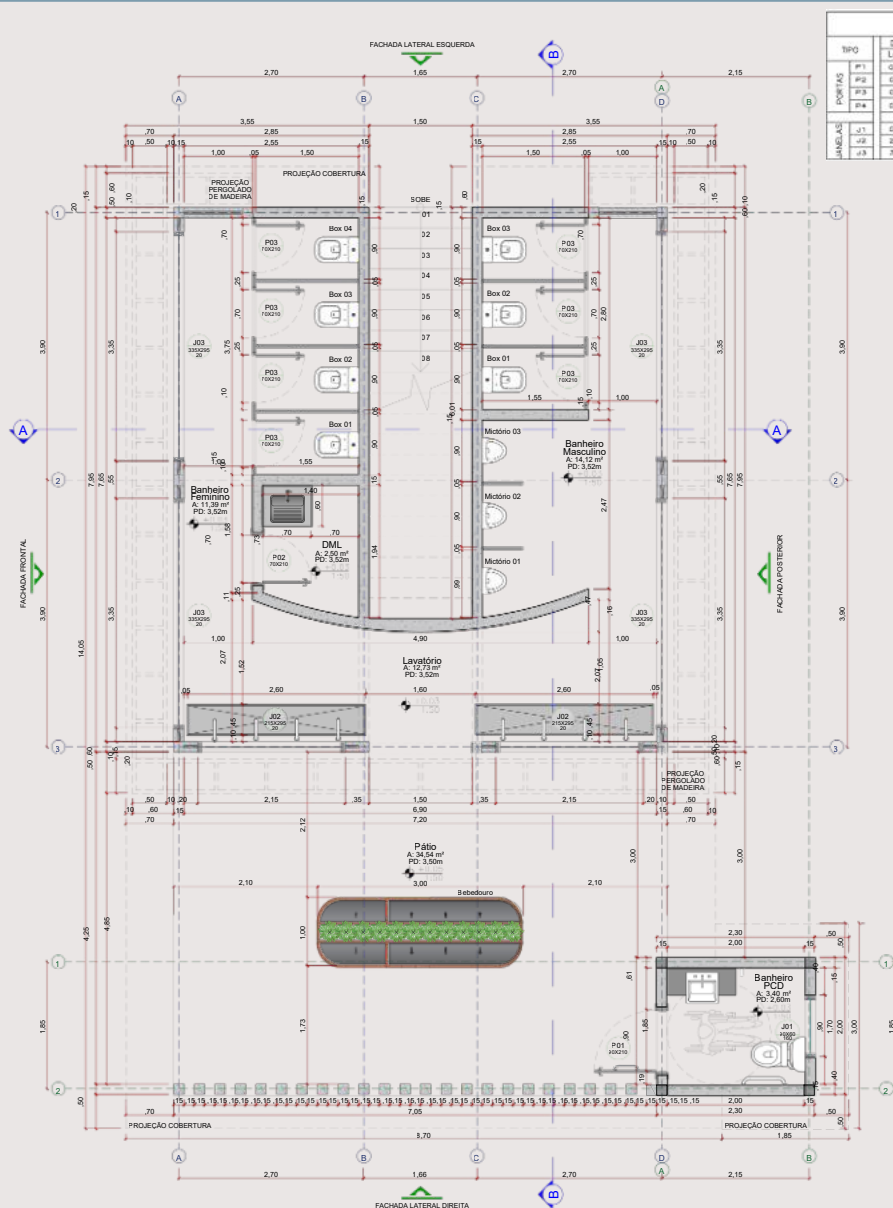


Figura 106: Planta Baixa - Ponto de Apoio - Tipo 02
Fonte: Produzido pela autora (2025).

TPO	DIMENSÕES	PE/100	QUANT	MODELO/TIPO	MATERIAL
P1	0,90 x 2,10	—	01	3/4" - 1 P.O. - 1/2"	PVC + BARRA DE APOIO
P2	0,70 x 2,10	—	01	3/4" - 1 P.O. - 1/2"	PVC
P3	0,70 x 2,10	—	01	3/4" - 1 P.O. - 1/2"	PVC
P4	0,90 x 1,00	—	01	3/4" - 1 P.O. - 1/2"	ALUMÍNIO
J1	0,90 x 0,40	1,40	01	1/2"	PVC + PÁLHA
J2	2,10 x 2,00	0,20	01	1/2"	PVC + PÁLHA
J3	3,30 x 2,00	0,20	01	1/2"	PVC + PÁLHA

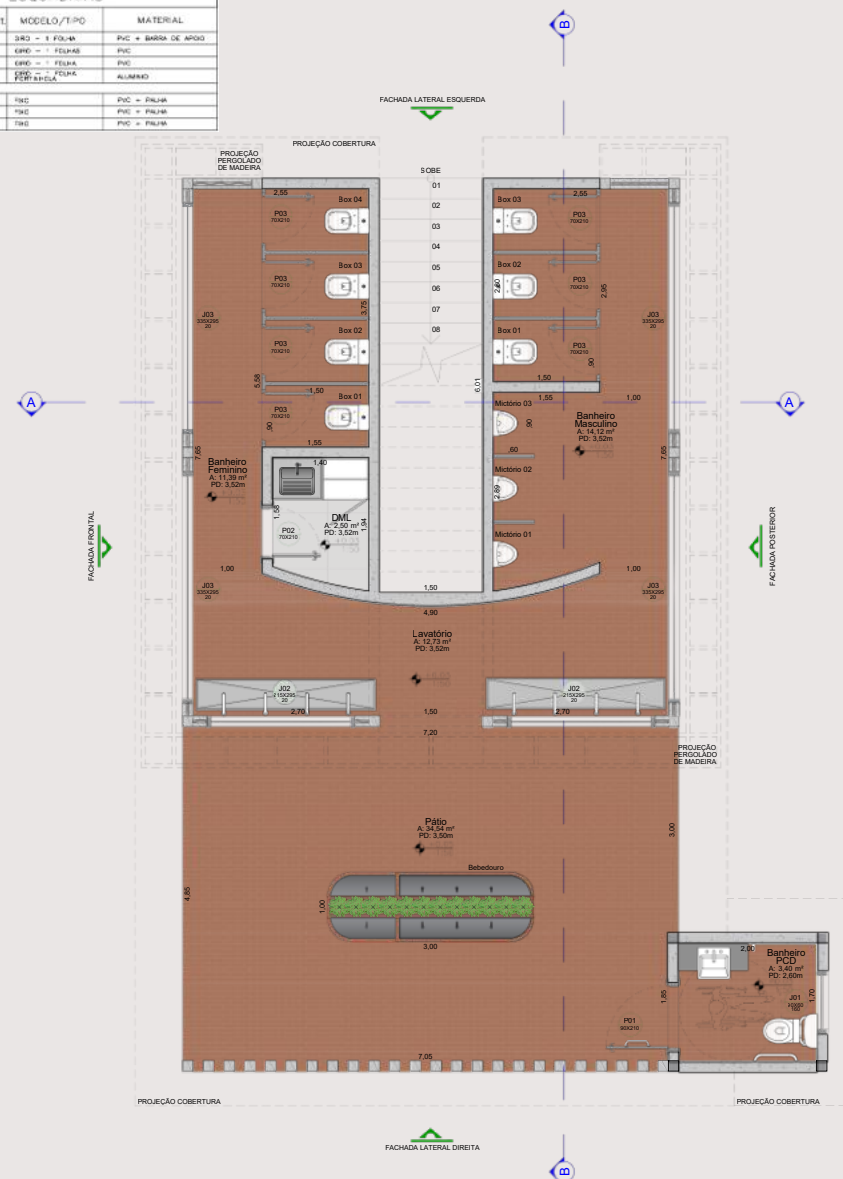


Figura 107: Planta de Layout - Ponto de Apoio - Tipo 02
Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.6.8.3. CORTE E COBERTURA

133

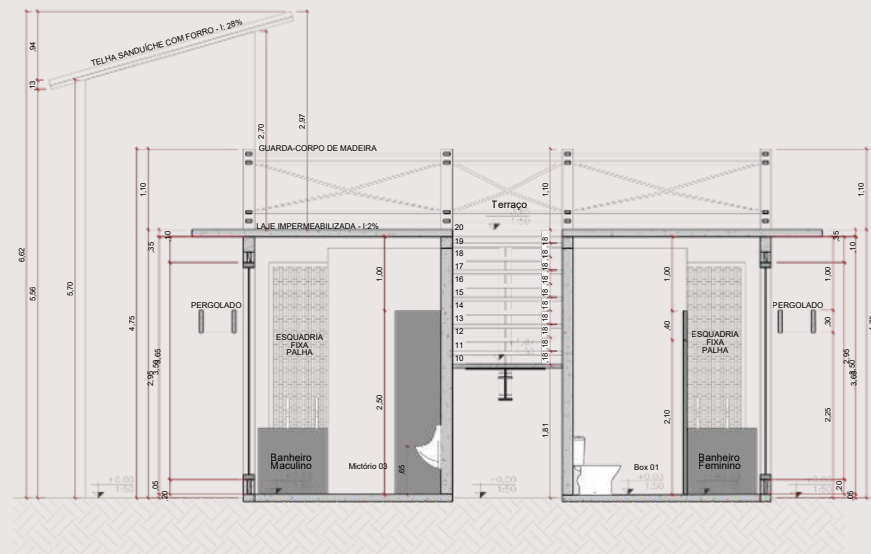


Figura 108: Corte AA - Ponto de Apoio - Tipo 02

Fonte: Produzido pela autora (2025).

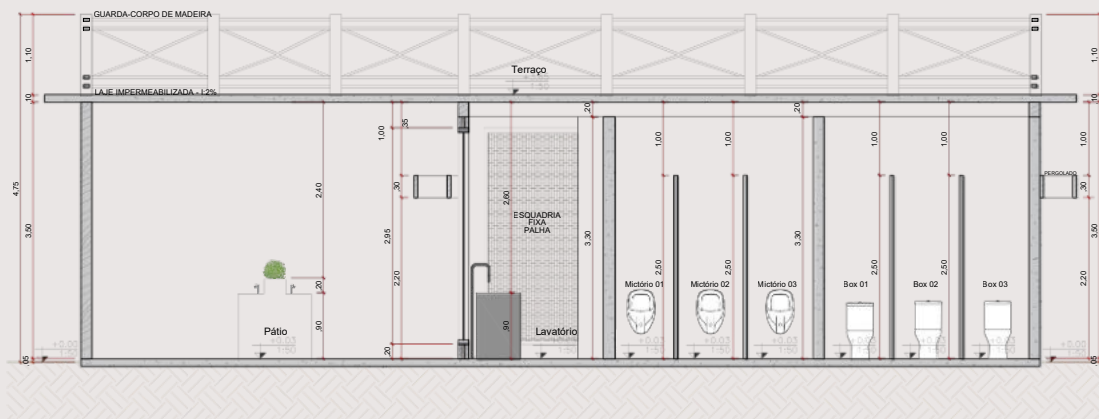


Figura 109: Corte BB - Ponto de Apoio - Tipo 02

Fonte: Produzido pela autora (2025).

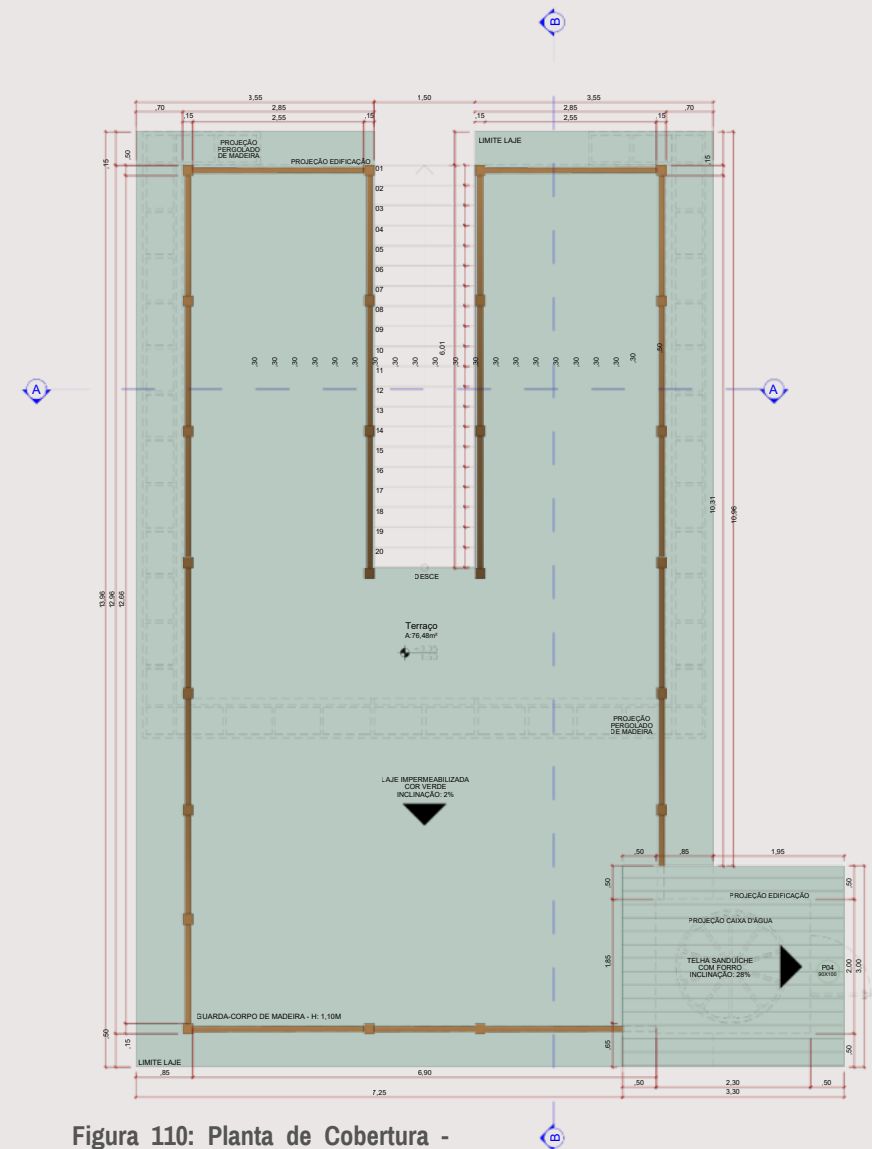


Figura 110: Planta de Cobertura - Ponto de Apoio - Tipo 02

Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.7. PERSPECTIVAS DO PROJETO

134

6.7.1. USINA ITAICY



Figura 111: Perspectivas Usina Itaicy - Ponto de vista: Deck de madeira.

Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 112: Perspectivas Usina Itaicy - Ponto de vista: Início do Percurso.

Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.7. PERSPECTIVAS DO PROJETO

135

6.7.1. USINA ITAICY



Figura 113: Perspectivas Usina Itaicy - Ponto de vista: Percurso de contemplação.

Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 114: Perspectivas Usina Itaicy - Ponto de vista: Percurso de trilha.

Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.7. PERSPECTIVAS DO PROJETO

136

6.7.1. USINA ITAICY



Figura 115: Perspectivas Usina Itaicy - Demais vistas.

Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.7. PERSPECTIVAS DO PROJETO

137

6.7.2. BAÍA DE CHACORORÉ

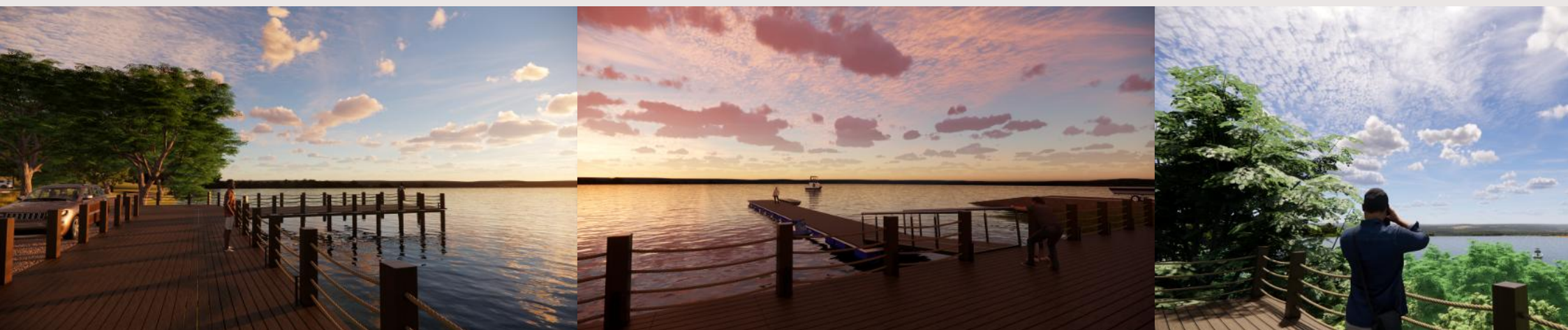


Figura 116: Perspectivas Baía de Chacororé - Ponto de vista: Pontos de contemplação da Baía.

Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 117: Perspectivas Baía de Chacororé - Ponto de vista: Via proposta.

Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.7. PERSPECTIVAS DO PROJETO

138

6.7.2. BAÍA DE CHACORORÉ



Figura 118: Perspectivas Baía de Chacororé - Ponto de vista: Área comun da pousada.

Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 119: Perspectivas Baía de Chacororé - Ponto de vista: Acesso aos Chalés da pousada.

Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.7. PERSPECTIVAS DO PROJETO

139

6.7.3. MEMORIAL MARECHAL RONDON



Figura 120: Perspectivas Memorial Marechal Rondon - Ponto de vista: Contemplação do Memorial.
Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 121: Perspectivas Memorial Marechal Rondon - Ponto de vista: Conexão entre novo e existente.
Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.7. PERSPECTIVAS DO PROJETO

140

6.7.3. MEMORIAL MARECHAL RONDON



Figura 122: Perspectivas Memorial Marechal Rondon - Ponto de vista: Passeios.

Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 123: Perspectivas Memorial Marechal Rondon - Ponto de vista: Mobiliários urbano.

Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.7. PERSPECTIVAS DO PROJETO

141

6.7.4. INTERIORES POUSADA



Figura 124: Perspectivas Interiores Pousada.

Fonte: Produzido pela autora (2025).



Figura 125: Perspectivas Interiores Pousada.

Fonte: Produzido pela autora (2025).

6.7.5. INTERIORES PONTO DE APOIO - TIPO II



Figura 126: Perspectivas Interiores Ponto de Apoio - Tipo II.

Fonte: Produzido pela autora (2025).

7

A poposta do percurso histórico-turístico “Preservando a memória: sobre as águas do Pantanal” mostra que a arquitetura e o urbanismo, quando são feitos com atenção ao território e respeito a memória das pessoas que vivem ali, podem atuar como ferramentas de proteção e desenvolvimento. O estudo mostra que os ciclos das águas do pantanal moldam não apenas a paisagem natural, mas também a cultura e o modo de viver das populações ribeirinhas. Ao analisar a Usina Itacy, o Memorial Marechal Rondon e em especial as baías de Chacororé e Siá Mariana, foi possível entender o valor simbólico desses espaços e como eles fazem parte da identidade da região, reforçando que sua preservação precisa ir além da contemplação, por meio ações de cuidado e proteção.

Os diagnósticos mostraram que a fragilidade da infraestrutura e a falta de planejamento adequado reduzem o potencial de permanência dos turistas e limitam seu potencial econômico para quem realmente depende da região, como os moradores e pequenos empreendedores locais. A proposta apresentada buscou pensar também nesse público, priorizando acessibilidade, conforto ambiental, segurança, integração com a paisagem, reflorestação, valorização da cultura da região e inserção de equipamentos de apoio adequados ao contexto pantaneiro.

As intervenções nos três pontos estratégicos dialogaram com diretrizes internacionais como a UNESCO e ODS, nacionais como a Constituição Federal e Lei do Turismo e municipais, reforçando que o desenvolvimento turístico sustentável só é possível quando se junta a conservação ambiental e a inclusão social. O percurso e os projetos arquitetônicos desenvolvidos mostraram que requalificar um espaço no Pantanal não é mudar o que o lugar realmente é, mas valorizar a sua história, dar mais força as pessoas que fazem parte dele e melhorar a forma como é usado, sempre com respeito a natureza e a cultura local.

Assim, preservar a memória das águas do pantanal é também imaginar e construir futuros melhores para suas comunidades, mostrando que turismo sustentável e requalificação urbana podem andar juntas, desde que o território, a cultura e as pessoas sejam sempre o ponto de partida e o objetivo final das intervenções.

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- "Rota Turística Eggum / Snohetta" [Eggum Tourist Route / Snøhetta] 20 Jun 2013. ArchDaily Brasil. Acessado 03 Out 2025. <<https://www.archdaily.com.br/br/01-121524/rota-turistica-eggum-slash-snohetta>> ISSN 0719-8906
- BARRETTO, Margarita. Revitalização Urbana, lazer e turismo. Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade, v. 5, n. 4, 2013.
- BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 62, p. 1, 31 mar. 2017.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 set. 1981.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Em 2023, Mato Grosso atraiu 242 mil viagens, movimentando cerca de R\$ 377 mi na economia estadual. Brasília: Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-2023-mato-grosso-atraiu-242-mil-viagens-movimentando-cerca-de-r-377-mil-na-economia-estadual>. Acesso em: 2025.
- BRUTALISTA, Arquitetura. Ficha técnica: Paço e Centro Cívico de Santo André. Disponível em: <http://www.arquiteturabrutalista.com.br/fichas-tecnicas/DW%201965-86/1965-86-fichatecnica.htm>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- CARTA DE LISBOA SOBRE A REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA. Lisboa: I Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, 1995.
- CASARIN, Rafael Farina. ROBERTO BURLE MARX:: relações entre arte e paisagismo. 2018. 155 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CHOU, José Walter Teles; ANDRADE, José Roberto de Lima. Intervenção Urbana e Patrimônio Cultural. s.d.
- Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org>. Acesso em: 20 maio 2025.
- FAVA, Bárbara. Memorial Marechal Rondon em MT está abandonado. TV Centro América. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/04/21/apos-abandono-memorial-de-marechal-rondon-em-mt-deve-ser-reformado-ainda-neste-ano-diz-secretaria.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2025
- FRANK, Eduardo Klock. Cândido Mariano da Silva Rondon e sua Obra. 2019. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de Bacharel em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.
- ICOMOS – CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Carta de Veneza (1964): Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios. 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964.
- IPESA - Cartinha Manejo Adequado da Água - Rio limpo e comunidade integrada. 2º edição, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá – Diagnóstico Consolidado. Governo do Estado de Mato Grosso, 2017.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Usina de Itaicy. Cuiabá: IPHAN, 1984.
- JARDINS, De Cerrado. ARENA BSB Concurso: primeiro lugar. 2020. Disponível em: <https://www.jardinsdecerrado.com/arena-bsb>. Acesso em: 28 maio 2025.
- KARDEC, Allan. Deputado destaca justiça social na homenagem a Rondon. Assembleia Legislativa de Mato Grosso, 2023. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- KON, Nelson. Centro Cívico de Santo André, Rino Levi - Santo André/SP, 1965. Disponível em: <https://www.nelsonkon.com.br/centro-civico-de-santo-andre/>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- LATOUCHE, Serge. Pequeno tratado do decrescimento sereno. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- LEITE, Mário Cezar Silva. No reino das águas: encantados, natureza e cultura do pantanal. Organon, v. 21, n. 42, 2007.
- MARICATO, Ermínia et.al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121–192.
- MARQUES, Fábio (ed.). Em 2023, Mato Grosso atraiu 242 mil viagens, movimentando cerca de R\$ 377 milhões na economia estadual. 2024. Comunicação do Ministério do Turismo. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-2023-mato-grosso-atraiu-242-mil-viagens-movimentando-cerca-de-r-377-mil-na-economia-estadual>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa. Universidade de São Paulo, p. 289-300. maio/ago.2004.
- MARTINS, Luana A.; TOIGO, Murythely M.; MACIESKI, Victória P.. Arquitetura Matogrossense: arquiteto José Afonso Botura Portocarrero. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v. 2, n. 1, p. 106-121, set. 2018
- MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. Cidades, Comunidades e Territórios, n. 12/13, Lisboa: CET, 2006. p. 15-34.
- NOMURA, Hitoshi. Centenário da fundação da Comissão Rondon (1907-2007) – Personagens, descobertas e produção bibliográfica. Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan, São Paulo, p. 79-105, ago. 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/sdgs>. Acesso em: 29 maio 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO).
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 03 de Ago. 2025.
- PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009. p. 41-51.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- PORTOCARRERO, José Afonso Botura. Báí, a casa Bóe: Báí, a casa Bororo: uma história da morada dos índios bororo. 2001. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.
- PORTOCARRERO, José Afonso Botura. Tecnologia Indígena em Mato Grosso: Habitação. Mato Grosso: Entrelinhas, 2010.
- PRESOTTI, Thereza Martha Borges. Rede de vida nas águas: biodiversidade e cultura ribeirinha pantaneira no rio Cuiabá, Mato Grosso. Sustentabilidade em Debate, Brasília, v. 5, n. 1, p. 179-182, jan/abr 2014.
- REVISTA RICA. O distrito de Mimoso e sua importância histórica. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, v. 6, n. 2, 2022.
- ROCHA, Jefferson Marçal da. DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DO TURISMO: Preceitos da teoria da capacidade de carga turística. Rosa dos Ventos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Turismo, Caxias do Sul, Brasil, v. 3, n. 3, p. 382-392, jul-dez 2011. Universidade de Caxias do Sul.
- ROLNIK | Sesc São Paulo. CIDADE PELA VIDA | entrevista com Raquel Rolnik. 2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/cidade-pela-vida-entrevista-com-raquel-rolnik/>. Acesso em: 09 maio 2025.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; LTDA, Ichus Soluções em Turismo; PASQUALI, Rejane; RIBEIRO, Marcela de Almeida Silva; SANTOS, Jamilly Mendonça dos. Diagnóstico Integrado do Turismo do Bioma Pantanal Mato-grossense. Mato Grosso: Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2022.
- SECEL. 150 anos do Marechal Rondon são celebrados com projetos diversos. Secretaria de Cultura de Mato Grosso, 2023. Disponível em: <https://www.secel.mt.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- SILVA, Carolina Joana da et al. Análise de alterações hidrológicas das baías de Chacororé e Sinhá Mariana (Pantanal MatoGrossense) e recomendações para recuperação. Cáceres - Mt: Editora Unemat, 2021. 41 p.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- SINFRA, Betell Fontes. Estrada Verde será ligação alternativa entre Cuiabá e Sul do estado. 2018. SINFRA -MT. Disponível em: <https://www.sinfra.mt.gov.br/-/9440282-estrada-verde-sera-ligacao-alternativa-entre-cuiaba-e-sul-do-estado>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- SOTRATTI, Marcelo Antonio. Pelas Ladeiras do Pelô: A Requalificação Urbana Como Afirmação de Um Produto Turístico. 2005. 308 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - Sp, 2005.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S.. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas S.A, 1987. 175 p.
- VARGAS, Heliana Comin. Centros Urbanos: Por Que Intervir? In: Intervenção em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: EPUSP, 2006.

#VISITEOPANTANAL